



ANUAL
2023



Ministério
das Finanças

Unidade de Acompanhamento
do Setor Empresarial do Estado

RELATÓRIO ANUAL
DE DESEMPENHO
DO SPE
DE CABO VERDE

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS	3
ÍNDICE DE FIGURAS	4
ACRÓNIMOS	5
MENSAGEM DO COORDENADOR DA UASE	7
(versão PT)	7
(versão EN)	7
1. SUMÁRIO EXECUTIVO <i>EXECUTIVE SUMMARY</i>	11
2. CONJUNTURA MACROECONÓMICA	16
Economia internacional	17
Economia nacional	19
3. GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL DO ESTADO	21
GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL	23
COMPETÊNCIAS DA UASE NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ACIONISTA DO ESTADO	24
COMPETÊNCIAS DA UASE NA COORDENAÇÃO DE PRIVATIZAÇÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	25
ÓRGÃOS SOCIAIS	25
APROVAÇÃO DE CONTAS	26
PARTICIPAÇÕES SOCIAIS	27
SUSTENTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL	27
4. SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL	28
ANÁLISE AGREGADA DO DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO DAS EMPRESAS DO SPE	31
VOLUME DE NEGÓCIOS	33
VALOR ACRESCENTADO BRUTO	34
EBITDA	35
EBIT	35
RESULTADO LÍQUIDO	36
FINANCIAMENTO E GESTÃO DO RISCO	37
POSIÇÃO PATRIMONIAL	38
PASSIVO CONTINGENTE	41
TRANSAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS DO SPE E O ESTADO	45
RISCO MACRO FISCAL	46
RENTABILIDADE	47
LIQUIDEZ	48
ENDIVIDAMENTO E SOLVABILIDADE	49
5. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO DAS 6 MAIORES EMPRESAS DO SPE	50
ASA	53
ELECTRA	56
EMPROFAC	59
ENAPOR	62
IFH	65
TACV	68
6. ANEXOS	71
Anexo 1: Balanço das empresas que compõem o SPE	72
Anexo 2: Resultados por empresa do SPE	73
Anexo 3: Passivo detalhado por empresa do SPE	74
Anexo 4: Risco por empresa	75

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: Resumo do resultado líquido das empresas do SPE <i>Overview of the SBS's net income</i>	14
TABELA 2: Performance das empresas do SPE (em mECV) <i>Overview of the economic situation of the SBS's (in mECV)</i>	15
TABELA 3: Avaliação de risco das empresas do SPE <i>SBS's risk assessment</i>	15
TABELA 4: Conformidade da prestação de contas 2023	26
TABELA 5: Volume de Negócios das empresas do SPE por ramo de atividades (em mECV).	27
TABELA 6: Participação acionista do Estado	27
TABELA 7: Empresas públicas e participadas do SPE analisadas, por setor de atividade e respetiva participação social detida pelo Estado (%)	29
TABELA 8: Resumo da situação económica das empresas do SPE (em mECV e %)	32
TABELA 9: Peso das subclasses/rubricas do balanço agregado das empresas do SPE (em mECV e %)	38
TABELA 10: Dinâmica do <i>stock</i> do passivo contingente por empresas do SPE (em mECV e %)	39
TABELA 11: Transações das empresas do SPE para o Estado (em mECV e %)	42
TABELA 12: Garantias prestadas pelo Estado às empresas do SPE (em ECV)	44
TABELA 13: Transação entre as empresas do SPE e o Estado (em mECV e %)	45
TABELA 14: Evolução dos indicadores de rentabilidade das empresas do SPE, de 2021 a 2023 (em %)	47
TABELA 15: Evolução dos indicadores de liquidez das empresas do SPE (em mECV e %)	48
TABELA 16: Evolução dos indicadores de endividamento e solvabilidade das empresas do SPE (em %)	49
TABELA 17: Peso das 6 maiores empresas no SPE (em mECV e %)	51
TABELA 18: Desempenho económico e financeiro da ASA, de 2021 e 2023 (em mECV e %)	54
TABELA 19: Evolução dos rácios da ASA, entre 2021 e 2023	55
TABELA 20: Desempenho económico e financeiro da ELECTRA, de 2021 e 2023 (em mECV e %)	57
TABELA 21: Evolução dos Rácios da ELECTRA, entre 2021 e 2023 (em %)	58
TABELA 22: Desempenho económico e financeiro da EMPROFAC, de 2021 a 2023 (em mECV e %)	60
TABELA 23: Evolução dos Rácios da EMPROFAC, entre 2021 e 2023 (em %)	61
TABELA 24: Desempenho económico e financeiro da ENAPOR, de 2021 a 2023 (em mECV e %)	63
TABELA 25: Evolução dos Rácios da ENAPOR, entre 2021 e 2023 (em %)	64
TABELA 26: Desempenho económico e financeiro da IFH, de 2021 a 2023 (em mECV e %)	66
TABELA 27: Evolução dos Rácios da IFH, entre 2021 e 2023 (em %)	67
TABELA 28: Desempenho económico e financeiro dos TACV (em mECV e %)	69
TABELA 29: Evolução dos Rácios da TACV, entre 2021 e 2023 (em %)	70

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: Estrutura da carteira das empresas do SPE em 2023	14
FIGURA 2: Forma jurídica <i>Legal form</i>	14
FIGURA 3: Órgãos Sociais das empresas SPE	25
FIGURA 4: Empresas públicas e participadas do SPE analisadas, por setor de atividade e respetiva participação social detida pelo Estado (%)	30
FIGURA 5: Evolução do volume de negócios das empresas do SPE (em mECV)	33
FIGURA 6: Evolução do valor acrescentado bruto das empresas do SPE (em mECV)	34
FIGURA 7: Evolução do EBITDA das empresas do SPE (em mECV)	35
FIGURA 8: Evolução do EBIT das empresas do SPE (em mECV)	35
FIGURA 9: Evolução do resultado líquido e da margem líquida das empresas do SPE (em mECV)	36
FIGURA 10: Evolução do ativo e do ROA das empresas do SPE (em mECV e %)	39
FIGURA 11: Evolução dos capitais próprios e do ROE das empresas do SPE, de 2020 a 2023 (em mECV e %)	40
FIGURA 12: Evolução do passivo das empresas do SPE (em mECV e %)	41
FIGURA 13: Evolução do stock dos avales das empresas do SPE, de 2020 a 2023 (em mECV e %)	43
FIGURA 14: Seis maiores empresas do SPE e respetiva participação social detida pelo Estado (%)	51
FIGURA 15: Risco das 6 maiores empresas do SPE, 2021, 2022, 2023 e PA02023	52

ACRÓNIMOS

- ADR** – Água de Rega, S.A.
- ADS** – Águas de Santiago, S.A.
- AEB** – Água e Energia de Boavista, S.A.
- APN** – Águas de Porto Novo, S.A.
- ASA** – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.
- BVC** – Bolsa de Valores de Cabo Verde, S.A.
- CA** – Conselho de Administração
- CABNAVE** – Estaleiros Navais, S.A.
- CCV** – Correios de Cabo Verde, S.A.
- CERMI** – Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial, E.P.E.
- CP** – Capital Próprio
- CVB** – Cabo Verde Broadcast, S.A.
- CVE** – Escudo de Cabo Verde
- CVFF** – Cabo Verde Fast Ferry, S.A.
- CVT** – Cabo Verde Telecom, S.A.
- DR** – Demonstração de resultados
- E.P.E.** – Entidades Públicas Empresariais
- EBIT** – *Earnings Before Interest and Taxes* - Lucro antes dos juros e Impostos
- EBITDA** – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização
- EHTCV** – Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde, E.P.E.
- ELECTRA** – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.
- EMAR** – Escola do Mar, E.P.E.
- EMPROFAC** – Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, S.A.
- ENAPOR** – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.
- FIC** – Feira Internacional de Cabo Verde, S.A.
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FSE** – Fornecimento de Serviços Externos
- ICV** – Infraestruturas de Cabo Verde, S.A.
- IFH** – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.
- IFRS** – *International Financial Reporting Standards*- Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro
- INCV** – Imprensa Nacional de Cabo Verde, S.A.
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- INFORPRESS** – Agência de Notícias de Cabo Verde, S.A.
- LEC** – Laboratório de Engenharia Civil, E.P.E.
- mECV** – Milhares de escudos cabo-verdianos
- MEP** – Método de Equivalência Patrimonial
- MFFE** – Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial
- NEWCO** – Sociedade de Resolução de Créditos, S.A.
- NOSI** – Núcleo Operacional Sistema Informação, E.P.E.
- P.P.** – Pontos Percentuais
- PAO** – Plano de Atividades e Orçamento
- PIB** – Produto Interno Bruto

ACRÓNIMOS

RL - Resultado líquido

ROA - *Return on assets* - Taxa de Retorno Adicional sobre Investimentos

ROE - *Return on equity* - Taxa de Retorno sobre o Património Líquido

RTC - Rádio Televisão Cabo-verdiana, S.A.

S.A. - Sociedade Anónima

SBS - *State Business Setor* - Setor Público Empresarial

SCS - Sociedade Caboverdiana de Sabões, S.A.

SDTIBM - Sociedade de Desenvolvimento de Turismo Integrado das Ilhas de Boavista e Maio, S.A.

SPE - Setor Empresarial do Estado

SISP - Sociedade Interbancária de Sistemas de Pagamentos, S.A.

SNCRF - Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro

SOE - *State-Owned Enterprises* - Empresas Públicas

T - Trimestre

TACV - Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A.

TICV - Transportes Interilhas de Cabo Verde, S.A.

UASE - Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado

VAB - Valor acrescentado bruto

VAR.% - Variação em %

VN - Volume de negócios



MENSAGEM DO COORDENADOR DA UASE

MESSAGE FROM THE UASE COORDINATOR

Dear collaborators and partners,

The world is navigating a challenging era, marked by volatility, uncertainty, complexity and ambiguity. Sudden and unexpected shifts have disrupted traditional governance models and structures, compelling decision-makers to make choices that are both carefully considered and swiftly implemented. In these times – characterised by heightened unpredictability, political polarisation, environmental and climate risks, and the rapid advancement of artificial intelligence with its implications for misinformation—a strong and capable State is essential. A State that can fulfil its functions under adverse and unpredictable conditions, lead the way in finding solutions, and mobilise both national and international partners to achieve reforms, accelerate economic growth, diversify the economy, reduce inequality, eradicate extreme poverty, diminish absolute poverty and regional disparities, and foster shared opportunities and prosperity.

Three years ago, the world faced the greatest shock in over seven decades, culminating in the geopolitical crisis triggered by the war in Ukraine. This resulted in a sharp increase in energy and food prices, amplifying global inflationary pressures and eroding real household incomes.

Estimados colaboradores e parceiros,

O Mundo vive tempos difíceis, marcado pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade. As dinâmicas bruscas e inesperadas têm posto em causa estruturas e modelos de governança tradicionais, obrigando a escolhas ponderadas, mas céleres. Estes tempos – também marcados pela imprevisibilidade e pela polarização política, pelos riscos climáticos e ambientais, assim como pelo avanço significativo da inteligência artificial com os seus potenciais efeitos na desinformação – exigem um Estado forte. Um Estado capaz de cumprir as suas funções, em contexto adverso e imprevisível, de liderar soluções e mobilizar parceiros nacionais e internacionais, em campo de convergências para realizar reformas, acelerar o crescimento económico, diversificar a economia, reduzir as desigualdades, erradicar a pobreza extrema, reduzir a pobreza absoluta, reduzir as assimetrias regionais e construir oportunidades e prosperidade partilhadas.

Há três anos atrás, o Mundo enfrentou o maior choque dos últimos 75 anos, tendo culminado com a crise geopolítica causada pela guerra na Ucrânia. Em consequência, verificou-se uma subida dos preços dos produtos energéticos e alimentares, o que amplificou as pressões inflacionistas a nível mundial e reduziu o rendimento disponível real das famílias.

A economia mundial continua a recuperar dos impactos dos referidos fenómenos, que apesar da resiliência demonstrada no início de 2023, impulsionada pela retoma da atividade económica e pelos progressos no controlo da inflação, diversas instituições internacionais consideram ainda prematuro declarar um ambiente de estabilidade económica, especialmente nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento.

De acordo com as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento global previsto para 2023 foi de 3,0% e 2,9% para 2024. Nas economias avançadas, estimou-se um

The global economy continues its recovery from these impacts. Despite the resilience demonstrated in early 2023—driven by economic rebound and progress in controlling inflation—several international institutions still caution against declaring a stable economic environment, particularly in emerging and developing economies.

According to the International Monetary Fund (IMF), global growth was projected at 3.0% for 2023 and 2.9% for 2024. Advanced economies were expected to grow by 1.5% in 2023 and 1.4% in 2024, while emerging and developing economies were forecast to grow by 4.0% in both years.

Following this trend, yet exceeding expectations, Cabo Verde's economy grew by 5.5% in 2023, according to national accounts data from the National Institute of Statistics (INE), following exceptional growth of 15.8% in 2022. This performance was driven largely by the tertiary sector, notably tourism, which contributed 4.8 percentage points to GDP growth.

The country's external position in 2023 was impacted by global and climatic factors. Provisional figures from the Bank of Cabo Verde (BCV) indicate a current account deficit of -2.5% of GDP, resulting from a widening trade deficit (-3.9%), partially offset by improvements in the primary income balance (+3.3%) and secondary income balance (+0.2%).

Against this backdrop, and guided by national strategic planning instruments—particularly Ambition 2030, the Strategic Plan for Sustainable Development (PEDS II, 2022–2026), and the Government Programme of the 10th Legislature—the State-Owned Enterprise Monitoring Unit (UASE) has ensured the implementation of public policies for the State-Owned Enterprise (SOE) sector, whose assets and liabilities, as of end-2023, represented approximately 49.2% and 45.5% of GDP, respectively. This sector is vital to overcoming Cabo Verde's development challenges.

In fulfilment of its reporting obligations and commitment to transparency, UASE hereby presents the 2023 Annual Performance Report of the SOE sector. This report provides a comprehensive analysis of the economic and financial performance of public and state-participated companies, with particular focus on governance, sustainability, transactions between the State and SOEs, financing, and macro-fiscal risk management. Special attention is given to the six largest public enterprises, alongside information on initiatives undertaken.

The 33 SOEs analysed reflect the continued recovery of Cabo Verde's economy, with a 9.5% increase in EBITDA compared to 2022—evidence of the positive momentum in the national economy. Notably, the net result, which despite a 72.9% improvement remained negative in the previous year, turned positive in 2023, registering a substantial increase of 124.1% to CVE 277.07 million. This is a remarkable turnaround from the net results of -CVE 4.232 billion in 2021, to -CVE 1.149 billion in 2022, and to a positive CVE 277.07 million in 2023.

This positive trajectory reflects consistent improvement in the sector's overall profitability, attributable to rigorous monitoring and oversight, and to ongoing efforts aimed at financial consolidation and operational efficiency. In this

crescimento de 1,5% para 2023 e de 1,4% para 2024, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento deverão registar um crescimento de 4,0% em ambos os anos.

Seguindo tal tendência, mas com uma performance superior, em 2023, a economia cabo-verdiana registou um crescimento de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB), em comparação com os 15,8% verificados em 2022, conforme os dados das contas nacionais do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV). Este desempenho foi impulsionado pelo setor terciário, em particular pelo turismo, que contribuiu com 4,8 pontos percentuais (p.p.) para o crescimento do PIB.

A posição externa do país foi impactada por fatores externos e climáticos ao longo de 2023. Os dados provisórios do Banco de Cabo Verde (BCV) indicam um défice na balança de -2,5% do PIB. Este resultado decorre do aumento do défice da balança de bens e serviços (-3,9%), atenuado pelo crescimento da balança de rendimento primário (+3,3%) e pela melhoria da balança de rendimento secundário (+0,2%).

A Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE), tendo por base o atual contexto e os instrumentos de planeamento estratégico do país, em particular a Ambição 2030, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II, 2022–2026) e o Programa do Governo da X Legislatura, tem assegurado que o Governo de Cabo Verde implemente políticas públicas para o Setor Público Empresarial (SPE), cujo ativo e passivo representam, em finais de 2023, cerca de 49,2% e 45,5% do PIB, respetivamente, sendo um setor vital para vencer os desafios de Cabo Verde.

Cumprindo a obrigação de reporte e o imperativo da transparência, apresentamos o presente Relatório Anual de Desempenho do SPE referente ao ano de 2023, através do qual a UASE analisa a performance económica e financeira das empresas públicas e participadas do Estado, com enfoque nas questões relacionadas com a governança, sustentabilidade, transação entre o Estado de Cabo Verde e as empresas do SPE, financiamento e gestão de risco macro fiscal, com destaque para as 6 (seis) maiores empresas públicas, bem como informa as sociedades das ações que tem levado a cabo.

As 33 empresas do SPE em análise confirmam a tendência contínua de recuperação da economia cabo-verdiana, com o crescimento do EBTIDA em cerca de 9,5% em relação ao ano de 2022, comprovando a boa dinâmica da economia nacional. O resultado líquido, que no período homólogo, embora com melhoria de 72,9%, foi negativo, passou para o campo positivo, com um aumento significativo de 124,1% face ao período homólogo, cifrando-se em 277,07 milhões de ECV. Vale destacar que a performance do SPE tem sido bastante positiva, quando se olha para a trajetória do resultado líquido que passou de -4,232 mil milhões de ECV em 2021, para -1,149 mil milhões de ECV em 2022 e agora 277,07 milhões de ECV positivos em 2023.

Acreditamos que este desempenho positivo reflete uma melhoria consistente da rentabilidade global do setor, traduzindo o resultado do acompanhamento e monitorização rigoroso do SPE, bem como dos esforços em curso no sentido da consolidação financeira e da eficiência operacional das empresas públicas. Neste processo, a monitorização e avaliação do SPE, através da UASE, ganhou maior relevância com a análise de risco fiscal, calculado com base no SOE Health Check Tool do Fundo Monetário Internacional (FMI).

context, UASE's fiscal risk analysis – based on the IMF's SOE Health Check Tool – has become an essential part of its oversight function.

In 2023, SOE risk levels improved, with nine companies showing reduced risk. Compared to the previous year, seven companies experienced positive changes in their risk ratings: three moved from very high to high risk; another three from high to moderate risk; and one company improved from moderate to low risk.

While encouraging, this evolution underscores the critical importance of a preventative and systematic approach to risk management within the SOE sector. The existence of contingent liabilities with potential fiscal impact makes it imperative to strengthen governance, transparency, and control mechanisms to mitigate default risks and ensure fiscal resilience.

Pursuant to the duties established under Ministerial Order No. 48/2021 of 15 October, and in line with our financial transparency and fiscal risk control policy, UASE has intensified the culture of accountability. Through UASE's digital portal, we have ensured the public disclosure of individual and consolidated financial reports of SOEs, accompanied by supervisory board opinions and independent audit reports, including analyses of macro-fiscal performance and risk, among others. This transparency guarantees public access to economic, financial, social, and operational data, enabling scrutiny of the management of public enterprises.

In 2023, in pursuit of the digital transformation vision and ambition for a Digital Platform for Monitoring and Evaluating SOEs, **we officially launched the SOE**

MANAGER, one of the first tools integrated into the IGRPWeb (Integrated Government Resource Planning).

This platform leverages advanced business intelligence and data analytics technologies.

At the launch, the Government of Cabo Verde—through the Minister of Finance—hailed the SOE MANAGER as one of the Ministry's most significant innovations, serving digital governance and oversight, operational, social, environmental, and fiscal risk management, regulatory improvement, SOE management, and financial transparency. Likewise, the Minister of State Modernisation and Public Administration affirmed that the SOE MANAGER aligns with strategic objectives under Cabo Verde's Digital Governance Strategy Implementation Plan.

Internationally, the initiative has drawn high praise. The IMF's Senior Economist from the Fiscal Affairs Department commended Cabo Verde for positioning itself at the forefront of digital transformation. Similarly, the World Bank's Programme Leader for Equitable Growth, Finance and Institutions recognised SOE MANAGER as a pioneering achievement likely to inspire similar efforts across the region.

Em 2023, o nível de risco das empresas foi favorável, tendo nove empresas apresentado melhoria do nível de risco. Comparativamente ao período homólogo, observou-se uma melhoria na classificação de risco de sete empresas: três transitaram de *very high risk* para *high risk*; três passaram de *high risk* para *moderate risk*; e uma registou uma melhoria de *moderate risk* para *low risk*.

Ainda que favorável, tal evolução reforça ainda mais a importância de uma abordagem preventiva e sistemática à gestão do risco no SPE, em linha com a nossa atuação. A existência de passivos contingentes com potencial impacto nas finanças públicas torna imperativo o reforço dos mecanismos de governação, transparência e controlo, de forma a mitigar os riscos de incumprimento e a assegurar a resiliência orçamental do país.

Em 2023, tendo por base o estabelecimento dos deveres de informação das empresas do SPE, através da Portaria nº 48/2021, de 15 outubro, no âmbito da política de transparência financeira e de controlo do risco fiscal, bem como, de reporte da UASE, reforçamos e consolidamos a cultura de prestação de contas. Garantimos, através do portal digital da UASE, a publicação de relatórios e contas individuais e agregadas das empresas do SPE, acompanhados dos relatórios e pareceres do órgão de fiscalização, bem como do auditor independente, com análise da performance global e do risco macro fiscal, entre outras. Com isso, cumprimos com o dever de transparência e a garantia de acesso à sociedade de todas as informações económicas, financeiras, sociais e operacionais, para o escrutínio social ao governo das sociedades públicas empresariais.

Do esforço e dedicação assente na visão e aposta no digital para tornar realidade a ambição de Cabo Verde em contar com uma Plataforma Digital de Monitorização e Avaliação das Entidades do Setor Público Empresarial, em 2023,

lançamos publicamente o SOE MANAGER, umas das primeiras aplicações integradas no IGRPWeb (Integrated Government Resource Planning), que utiliza tecnologia avançada de business intelligence e data analytics.

No ato de lançamento, o Governo de Cabo Verde, através do Ministro das Finanças, considerou como sendo, uma das maiores inovações desenvolvidas pelo Ministério das Finanças, que permite colocar o digital ao serviço da monitorização e avaliação, da boa gestão dos riscos operacional, social, ambiental e fiscal, da regulação económica, da melhoria da gestão do Setor Público Empresarial e da transparência financeira. Na mesma linha, a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, assegurou que o desenvolvimento da plataforma SOE MANAGER está alinhado com um dos objetivos estratégicos do Plano de Ação para implementação da Estratégia para a Governação Digital de Cabo Verde (EGDCV).

Na perspetiva internacional, as organizações como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional não pouparam palavras. O Economista Sénior do Departamento de Finanças Públicas FMI reconheceu que, com o lançamento do SOE MANAGER, Cabo Verde destaca-se na vanguarda dos processos de transformação digital ao nível internacional. Por sua vez, o Líder do Programa Crescimento Equitativo, Finanças e Instituições do

In the area of SOE reform, we continued to prioritise the privatisation, partial divestment, concession, and PPP agenda. Technical preparations accelerated in 2023 for:

i) divestment of State shares in Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. via the Stock Exchange; ii) sub-concession of port services currently managed by ENAPOR;

iii) pharmaceutical sector reform and privatisation of EMPROFAC/INPHARMA; iv) privatisation of CV Handling and 10% share transfer to workers and emigrants via the Stock Exchange; v) divestment of ASA and INPS shares in CV Telecom; vi) restructuring of the energy sector and splitting of ELECTRA, S.A., leading to the privatisation of EDEC and EPEC; vii) restructuring of CABNAVE; viii) operational stabilisation of TACV through capital injection by the State shareholder.

Institutionally, we advanced legal reforms by proposing amendments to Law No. 104/VIII/2016 of 6 January (as amended by Law No. 58/IX/2019 of 29 July), which sets out the principles and rules governing the SOE sector. These proposals integrate international best practices to equip SOEs with more autonomous, participative, and accountable governance instruments suited to a modern, competitive market environment. We also proposed improving the SOE governance model by centralising shareholder function and shareholding management under a dedicated entity –PARPÚBLICA, SGPS – and establishing fixed terms and renewal limits for external auditors to promote rotation and avoid conflicts of interest.

On behalf of UASE, I extend sincere thanks to all staff and partners for their continued commitment and belief in our mission. Special thanks go to the members of governing bodies of SOEs within UASE's portfolio, for their dedicated service to the country and for steering their organisations in line with their mandates and responsibilities.

Sandoney Fernandes

Banco Mundial, reconheceu que a plataforma é uma conquista pioneira que, sem dúvida, também inspirará outros países da região a desenvolver ferramentas similares.

No domínio das reformas do SPE, a implementação da agenda de empresas passíveis de privatização, alienação parcial, concessão e PPP continuou a merecer a nossa prioridade primeira. Acelerarmos os trabalhos técnicos relacionados com os processos de: i) alienação da participação do capital social detido pelo Estado na Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., através da Bolsa de Valores de Cabo Verde; ii) subconcessão dos serviços portuários, atualmente geridos pela ENAPOR; iii) reforma do setor farmacêutico e privatização da EMPROFAC/INPHARMA; iv) privatização da CV Handling e alienação de 10% de ações a trabalhadores e emigrantes, através da Bolsa de Valores; v) alienação da participação social detida pela ASA e INPS na CV Telecom; vi) reestruturação do setor energético e cisão da ELECTRA, S.A. e, conseqüentemente, privatização da EDEC e EPEC; vii) reestruturação da CABNAVE; e viii) estabilização das operações da TACV com aporte de capital por parte do acionista Estado.

Ainda, a nível institucional, aceleramos as reformas legais com a apresentação de alteração à Lei n.º 104/VIII/2016, de 6 de janeiro, alterada pela Lei n.º 58/IX/2019, de 29 de julho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Setor Público Empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas. Em destaque, incorporamos as melhores práticas internacionais, com vista a dotar as empresas do SPE de instrumentos e regras que tornem a sua gestão mais autónoma, mais participada e mais responsável perante a prossecução do interesse público no mercado cada vez mais exigente e moderno. Procuramos melhorar o modelo de governança do SPE, com a centralização do exercício da função acionista e gestão de participações sociais numa Entidade Gestora de Participações sociais, a PARPÚBLICA, SGPS, bem como a fixação da duração do contrato do auditor externo e do limite de renovações, para promover a rotatividade e limitar potenciais conflitos de interesses.

Em representação da UASE, agradeço a todos os colaboradores e parceiros pela colaboração, por continuarem a acreditar no sucesso das nossas ações, na melhoria contínua do desempenho e do cumprimento dos nossos objetivos. Agradecimentos extensivos aos membros dos Órgãos Sociais das Entidades do SPE que fazem parte do portefólio da UASE, pela forma como servem o país e como conduzem a gestão das empresas, assegurando as suas atividades, cumprindo as missões e responsabilidades para que foram criadas.

Sandoney Fernandes



1

SUMÁRIO EXECUTIVO
EXECUTIVE SUMMARY

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2023, a economia cabo-verdiana manteve uma trajetória de crescimento robusto, registando uma expansão de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com os dados das contas nacionais do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV). Este desempenho reflete a consolidação da recuperação económica, fortemente sustentada pelo dinamismo do setor terciário, em especial do turismo, que contribuiu com 4,8 pontos percentuais (p.p.) para o crescimento do PIB.

A taxa média de inflação situou-se em 3,7%, representando uma redução significativa de 4,2 p.p., face ao ano 2022. Esta desaceleração inflacionária deve-se, sobretudo, à evolução favorável dos preços internacionais dos produtos energéticos e alimentares, bem como à moderação dos preços domésticos nos setores dos transportes, equipamentos e ensino.

O crescimento económico foi acompanhado, em termos gerais, pelas 33 empresas do Setor Empresarial do Estado (SPE), em análise neste relatório, excetuando-se o indicador de Volume

de Negócios (VN). No acumulado de 2023, observou-se uma melhoria significativa da eficiência operacional, com um aumento da margem líquida de 3,48 p.p., impulsionada pela forte evolução do resultado operacional (+94,3%) e do resultado líquido (+124,1%).

Em 2023, o balanço agregado das empresas do SPE revelou o seguinte comportamento: o ativo total registou uma ligeira redução de 0,2%, enquanto o passivo aumentou 0,9% e o capital próprio registou uma contração de 11,5%.

O stock do passivo contingente representou 19,6% do passivo do SPE, correspondendo a 8,9% do PIB, com um aumento de 7,9% face ao ano anterior. Este aumento decorre dos mecanismos de apoio estatais dirigidos à proteção do emprego e da estabilidade económica das famílias e empresas. Adicionalmente, os empréstimos de retrocessão constituíram 20,1% para a formação do passivo total do SPE, traduzindo-se num desafio adicional à gestão do risco financeiro das empresas públicas.

EXECUTIVE SUMMARY

In 2023, the Cabo Verdean economy maintained a trajectory of robust growth, recording a 5.5% expansion in Gross Domestic Product (GDP), according to the National Accounts data published by the National Institute of Statistics of Cabo Verde (INECV). While this figure is below the exceptional 15.8% growth recorded in 2022, it nonetheless reflects the consolidation of the economic recovery, underpinned primarily by the dynamism of the tertiary sector, especially tourism, which contributed 4.8 percentage points (p.p.) to GDP growth.

The average annual inflation rate stood at 3.7%, marking a significant reduction of 4.2 p.p., compared to 2022. This deceleration was largely driven by favourable trends in international prices for energy and food products, alongside the moderation of domestic prices in sectors such as transport, household equipment, and education.

Economic growth was, in general, mirrored by the performance of the 33 companies within the State-Owned Enterprise (SOE)

sector, with the exception of turnover. Cumulatively in 2023, there was a notable improvement in operational efficiency, reflected in a 3.48 p.p increase in net margin, driven by a 94.3% rise in operating result and a 124.1% increase in net income.

In 2023, the balance sheets of the SOEs showed mixed trends: total assets declined slightly by 0.2%, while liabilities rose by 0.9%, and equity contracted by 11.5%.

The stock of contingent liabilities represented 19.6% of the total SOE liabilities, equivalent to 8.9% of GDP, an increase of 7.9% compared to the previous year. This rise reflects the State's continued support to safeguard employment and stabilise the income of households and businesses. Furthermore, retrocession loans accounted for 20.1% of total SOE liabilities, presenting an additional challenge to the financial risk management of public enterprises.

Apesar deste contexto, o SPE contribuiu positivamente para a consolidação fiscal, com um total de 1.694.458 mil escudos cabo-verdianos (mECV) arrecadados em impostos, o que representa um crescimento de 15,7% face ao período homólogo.

Em termos de risco global, o perfil do SPE evoluiu de forma favorável em 2023. Das 33 empresas avaliadas, 12,1% foram classificadas como *low risk*, 33,3% como *moderate risk*, 33,3% como *high risk* e 21,2% como *very high risk*. Comparativamente ao ano anterior, sete empresas melhoraram a sua classificação de risco, com destaque para a transição de três empresas de *very high risk* para *high risk*, três de *high risk* para *moderate* e uma de *moderate* para *low risk*. Contudo, também se registaram reclassificações negativas em sete empresas.

Destaca-se, ainda, o forte desempenho financeiro das seis principais empresas do SPE – ASA, ELECTRA, EMPROFAC, ENAPOR, IFH e TACV – que viram o seu EBIT crescer de 672.624 mECV em 2022 para 2.273.100 mECV em 2023, um aumento absoluto de 1.600.476 mECV. Estas empresas foram responsáveis por aproximadamente 68,4% do VN e 57,7% da riqueza gerada pelo SPE, representando 49,3% do ativo e 53,5% do passivo do setor.

Despite these pressures, the SOE sector contributed positively to fiscal consolidation, with 1,694,458 mECV collected in taxes, reflecting an 15,7% increase year-on-year.

From a risk perspective, the overall profile of the SOE sector improved in 2023. Of the 33 enterprises assessed, 12.1% were rated low risk, 33.3% moderate risk, 33.3% high risk, and 21.2% very high risk. Compared to the previous year, seven enterprises improved their risk classification, with three moving from very high to high risk, three from high to moderate risk, and one from moderate to low risk. However, seven enterprises also experienced a downgrade, with one moving from high to very high risk, three from moderate to high risk, and three from low to moderate risk.

Notably, the six leading SOEs – ASA, ELECTRA, EMPROFAC, ENAPOR, IFH, and TACV – posted a substantial improvement in financial performance, with their EBIT increasing from 672,624 mECV in 2022 to 2,273,100 mECV in 2023, an absolute increase of 1,600,476 mECV. These companies accounted for approximately 68.4% of total turnover and 57.7% of the wealth generated by the SOE sector, while representing 49.3% of total assets and 53.5% of total liabilities within the sector.



PORTFÓLIO ANALISADO – VISÃO GLOBAL

O Setor Empresarial do Estado conta com um universo de 43 empresas, sendo que para este relatório estão contempladas uma amostra de 33 empresas.

Figura 1: Estrutura da carteira das empresas do SPE em 2023

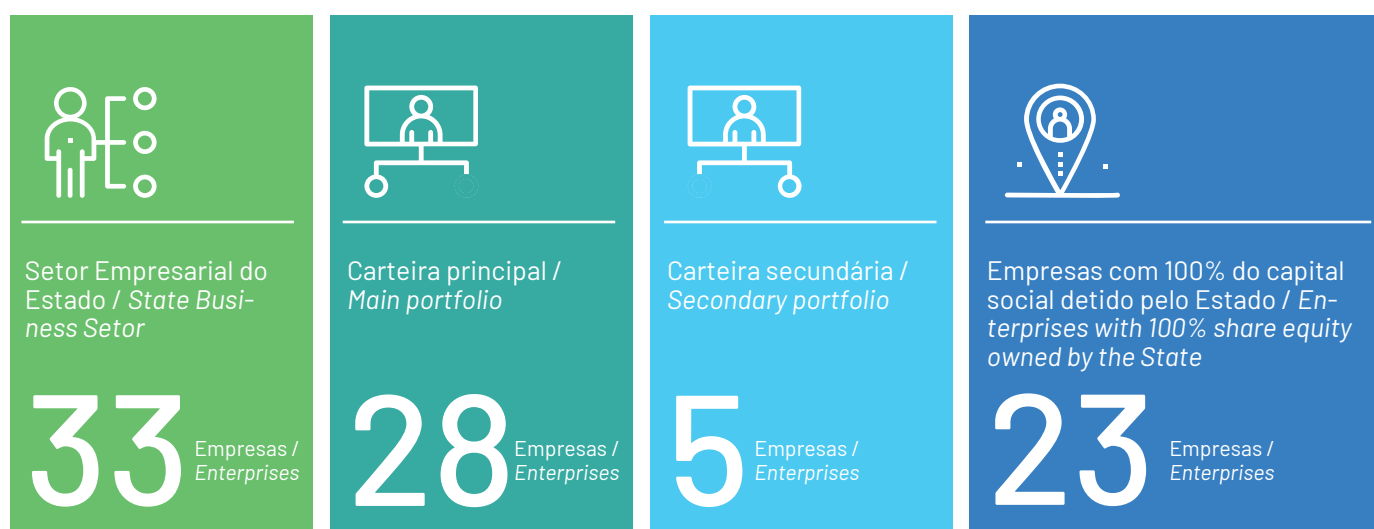


Figura 2: Forma jurídica / Legal form



Tabela 1: Resumo do resultado líquido das empresas do SPE / Overview of the SBS's net income

Resultado líquido / Net income	2022		2023	
	Positivo / Positive	Negativo / Negative	Positivo / Positive	Negativo / Negative
Nº	16	19	17	15
%	46%	54%	53%	47%

Nota: Excluindo a empresa Newco com resultado líquido de zero em 2023

Tabela 2: Performance das empresas do SPE (em mECV)
 Overview of the economic situation of the SBS's (in mECV)

	2021	2022	PAO_2023	2023
Volume de negócios <i>Turnover</i>	30 742 063	41 482 235	38 909 485	38 892 629
Valor acrescentado bruto <i>Gross margin</i>	7 948 321	12 729 195	11 928 147	13 683 182
EBITDA	3 544 381	7 303 480	6 396 817	7 998 028
EBIT	-1 956 680	1 774 444	1 406 301	3 447 310
Resultado líquido <i>Net income</i>	-4 232 688	-1 149 013	-2 012 752	277 067
Ativo <i>Asset</i>	123 744 770	130 104 423	128 982 233	129 865 723
Passivo <i>Liability</i>	112 436 757	118 946 099	115 538 920	119 989 791
Capital próprio <i>Equity</i>	11 308 013	11 158 322	13 443 313	9 875 932

Tabela 3: Avaliação de risco das empresas do SPE / SBS risk assessment

Risco / Risk	2021		2022		2023	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>Low risk</i>	4	12%	6	17%	4	12,1
<i>Moderate risk</i>	11	32%	9	25%	11	33,3
<i>High risk</i>	8	24%	10	29%	11	33,3
<i>Very high risk</i>	11	32%	10	29%	7	21,2
Total	34	100%	35	100%	33	100%





2

Conjuntura
Macroeconómica

ECONOMIA INTERNACIONAL
ECONOMIA NACIONAL

3,0%

De acordo com as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento global previsto foi de 3,0% em 2023 e 2,9% em 2024. Nas economias avançadas, estimou-se um crescimento de 1,5% em 2023 e de 1,4% em 2024, ...

ECONOMIA INTERNACIONAL

Mais de três anos após a economia global ter sofrido o maior choque dos últimos 75 anos, os países continuam a recuperar dos seus impactos. Neste contexto, apesar da resiliência demonstrada no início de 2023, impulsionada pela retoma da atividade económica e pelos progressos no controlo da inflação, diversas instituições internacionais consideram prematuro declarar um ambiente de estabilidade económica, especialmente nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento.

Observa-se, assim, um aumento das disparidades no crescimento económico entre as diferentes regiões, resultante de múltiplos fatores que comprometem a recuperação de longo prazo, tais como os efeitos persistentes da crise pandémica, o conflito na Ucrânia e a crescente fragmentação geoeconómica. Adicionalmente, fatores de natureza cíclica, como os impactos da restrição da política monetária necessária à redução da inflação, bem como fenómenos climáticos e ambientais extremos, têm condicionado a trajetória da recuperação global.

De acordo com as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento global previsto foi de 3,0% em 2023 e 2,9% em 2024. Nas economias avançadas, estimou-se um crescimento de 1,5% em 2023 e de 1,4% em 2024, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento deverão registar um crescimento de 4,0% em ambos os anos.

No que se refere ao setor das commodities, as restrições de oferta impostas pela *Organisation of the Petroleum Exporting Countries* (OPEP) foram, em parte, compensadas pelo aumento da produção petrolífera em países não pertencentes ao grupo, nomeadamente nos Estados Unidos da América (EUA). O preço do gás natural manteve-se abaixo dos níveis registados em 2022, refletindo um aumento da capacidade de armazenamento e do fornecimento por parte da Noruega e do Norte de África. Por sua vez, os preços dos produtos alimentares registaram uma diminuição moderada em 2023, resultado de uma menor procura, apesar das restrições na oferta decorrentes, nomeadamente, da retirada da Rússia da Iniciativa de Cereais do Mar Negro, em julho, o que afetou a disponibilidade global de trigo.



A inflação global apresentou uma redução significativa, passando do seu pico histórico de 11,6% no segundo trimestre de 2022 para 5,3% no segundo trimestre de 2023. Esta trajetória descendente foi impulsionada pela queda dos preços da energia e por uma ligeira redução nos preços dos produtos alimentares.

Em 2023, as cadeias de distribuição global evidenciaram uma tendência de estabilização, projetando-se um crescimento de volume de US\$ 15,85 bilhões em 2020 para US\$ 30,91 bilhões até 2026. Esta projeção reflete a aposta em tecnologias e soluções inovadoras para melhorar a eficiência e a resiliência do setor. Paralelamente, registou-se um aumento anual de 5,0% nas interrupções das cadeias de distribuição global em 2023, indicando uma estabilização face aos anos anteriores.

No domínio financeiro, a tensão no setor bancário abrandou, refletindo sinais de normalização após as intervenções das autoridades suíças e norte-americanas em março de 2023, destinadas a conter a escalada de riscos nos respetivos setores bancários. Contudo, a implementação de políticas monetárias mais restritivas, em resposta às pressões inflacionistas, levou a aumentos significativos das taxas de juro nas principais economias avançadas. Os bancos na Europa e nos EUA adotaram critérios mais rigorosos no acesso ao crédito ao longo do último ano, uma tendência que se prevê que continue. Ainda assim, não se verificaram indícios imediatos de uma contração global do crédito. Por outro lado, as projeções relativas às taxas de juro globais foram revistas em alta, refletindo novas medidas restritivas por parte dos principais bancos centrais. Assim, enquanto as expectativas de inflação a curto prazo se atenuam, prevê-se que as taxas de juro reais permaneçam elevadas.

Na Zona Euro, registaram-se sinais de recuperação, com um crescimento de 2,2%, ainda abaixo das projeções pré-pandemia. Este desempenho reflete a maior exposição ao conflito na Ucrânia, bem como os efeitos adversos do comércio global e do aumento dos preços das importações energéticas. A inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), deverá atingir o nível mais baixo dos últimos dois anos, passando de 5,6% em 2023 para 3,2% em 2024 e 2,4% em 2025. Apesar da taxa de desemprego reduzida, persiste um desfasamento entre a oferta e a procura de emprego, indicando desequilíbrios no mercado de trabalho. O Banco Central Europeu aumentou as taxas de juro diretas em setembro de 2023 em 25 pontos base, com previsões para a Euribor a três meses apontando para uma descida gradual de 4,0% em outubro de 2023 para 3,0% até ao final de 2025. Assim, estima-se que o crescimento na Zona Euro reduza de 3,3% em 2022 para 0,7% em 2023, ajustando-se para 1,2% em 2024 e 1,6% em 2025.

Nos EUA, a recuperação revelou-se mais robusta, com o Produto Interno Bruto (PIB) a superar a trajetória pré-pandemia. O mercado de trabalho tornou-se mais restritivo, verificando-se uma redução no rácio de ofertas de emprego por desempregado. A taxa de desemprego deverá aumentar de 3,6% no segundo trimestre de 2023 para 4,0% no último trimestre de 2024. O consumo privado manteve-se elevado, impulsionado pelo apoio governamental concedido durante a pandemia. Projeta-se um crescimento económico de 2,1% em 2023 e de 1,5% em 2024. A inflação registou uma descida de 7,1% no quarto trimestre de 2022 para 3,2% no quarto trimestre de 2023. O Federal Reserve prevê que a sua taxa diretora atinja os 5,4%.

Na China, o crescimento abrandou devido a novos surtos de COVID-19 no início de 2023, com a taxa de crescimento a cair de 8,9% no primeiro trimestre para 4,0% no segundo trimestre do ano. O setor imobiliário enfrenta uma crise de liquidez, impactando a confiança dos compradores e prolongando a recessão do setor. O desemprego juvenil ultrapassou os 20% em junho de 2023, e a produção industrial, o investimento empresarial e as exportações registaram um abrandamento, refletindo a redução da procura externa.

Em África, o crescimento económico foi condicionado por restrições financeiras globais e perturbações nas cadeias de distribuição. Apesar dos desafios, a resiliência do continente permitiu que cinco países africanos figurassem entre as dez economias de crescimento mais rápido em 2023-24. A inflação média aumentou de 14,2% em 2022 para 15,1% em 2023, com uma redução estimada para 9,5% em 2024. O crescimento económico deverá atingir 4,0% em 2023 e consolidar-se em 4,3% em 2024, embora fatores como as alterações climáticas, a inflação global e as fragilidades nas cadeias de distribuição possam impactar negativamente esta trajetória.

ECONOMIA NACIONAL

Cabo Verde tem registado progressos significativos no seu desenvolvimento económico, financeiro e social ao longo das últimas décadas. Contudo, persistem desafios estruturais, nomeadamente a vulnerabilidade a choques externos, agravada pelas crises geopolíticas na Europa de Leste e no Médio Oriente, bem como pelos efeitos das alterações climáticas. Não obstante, o país continua a apresentar oportunidades de investimento atrativas, sustentadas por um ambiente macroeconómico estável e reformas estruturais orientadas para a melhoria do ambiente de negócios e a eficiência do setor público, aliadas a uma crescente integração na economia global.

Em 2023, a economia cabo-verdiana registou um crescimento de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB), em comparação com os 15,8% verificados em 2022, conforme os dados das contas nacionais do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV). Este desempenho foi impulsionado pelo setor terciário, em particular pelo turismo, que contribuiu com 4,8 pontos percentuais (p.p.) para o crescimento do PIB.

Do lado da procura, o crescimento da economia resultou, essencialmente, do aumento das despesas de consumo final e das exportações. As despesas de consumo final registaram um acréscimo homólogo de 5,7% (+9,4% em 2022), contribuindo com 5,5 p.p. para o crescimento do PIB. O consumo privado cresceu 6,6%, com um contributo de 5,0 p.p., apesar do impacto de uma política monetária mais restritiva para o controlo da inflação. O consumo público aumentou em 5,3 p.p., refletindo a elevação das despesas com pessoal, benefícios sociais, juros correntes, transferências correntes e aquisição de bens, contribuindo com 0,6 p.p. para o crescimento do PIB.

As exportações registaram um crescimento de 5,0% em termos homólogos, impulsionadas, sobretudo, pelo aumento de 13,5% nas exportações de serviços, destacando-se o setor do turismo. Em contrapartida, as importações registaram uma redução de 5,3%, resultado da contração de 11,9% na importação de bens, compensada pelo aumento de 34,2% nas importações de serviços. No mesmo período, o investimento registou uma retração de 23,3%.

O crescimento económico de 2023 foi impulsionado, do lado da oferta, por diversos setores, nomeadamente “Pescas” (+9,5%), “Indústria Transformadora” (+11,2%), fornecimento de “Água e Eletricidade” (+6,5%), “Transportes” (+9,4%), “Alojamento e Restauração” (+18,1%), atividades de “Informação e Comunicação” (+20,0%), “Serviços Financeiros” (+8,2%), “Imobiliária e Outros Serviços” (+7,0%), atividades de “Serviços às Empresas” (+17,2%), “Administração Pública” (+20,1%) e “Outras atividades de Serviços” (+24,5%).

Por outro lado, verificaram-se contrações em setores como a “Agricultura” (-12,6%), “Indústrias Extrativas” (-16,8%), “Construção” (-16,8%), devido à menor execução do “Investimento Público e Privado, Comércio e Reparação” (-4,6%), afetado por estrangulamentos logísticos internacionais, “Educação” (-15,0%) e “Saúde e Ação Social” (-27,0%). Os impostos líquidos de subsídios cresceram 5,8%, acompanhando a dinâmica da atividade económica.

5,5%

Em 2023, a economia cabo-verdiana registou um crescimento de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB), em comparação com os 15,8% verificados em 2022, conforme os dados das contas nacionais do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV).

A taxa de inflação média anual situou-se em 3,7% em 2023, registando uma redução de 4,2 p.p. face a 2022. Este decréscimo reflete, sobretudo, as oscilações nos preços dos produtos energéticos e alimentares no mercado internacional, bem como a redução interna dos preços nos transportes, acessórios e equipamentos domésticos e ensino. A menor pressão da procura sobre os preços contribuiu para a redução da inflação subjacente, que se situou em 4,0% (face a 6,5% em 2022).

A posição externa do país foi impactada por fatores externos e climáticos ao longo de 2023. Os dados provisórios do Banco de Cabo Verde (BCV) indicam um défice na balança corrente de 6.506,9 milhões de ECV (-2,5% do PIB), representando um agravamento de 1.836,6 milhões de ECV face a 2022. Este resultado decorre do aumento do défice da balança de bens e serviços (-3,9%), atenuado pelo crescimento da balança de rendimento primário (+3,3%) e pela melhoria da balança de rendimento secundário (+0,2%).

As exportações de serviços, particularmente no setor do turismo, registaram um crescimento de 31,8%, impulsionado pelo aumento da procura turística. Em paralelo, as importações de bens aumentaram 4,8%, com destaque para bens de consumo (+4,6%), bens de capital (+72,6%) e outros bens (+8,0%), conforme dados da Direção-Geral das Alfândegas (DGA). As remessas dos emigrantes registaram uma contração de 4,3%, apesar das melhorias no mercado de trabalho dos principais países de destino dos emigrantes cabo-verdianos.

Os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) cresceram 25,9%, sendo canalizados, predominantemente, para o setor turístico, com destaque para as ilhas de Santiago, Boavista, São Vicente e Sal.

Em 2023, as contas definitivas da execução orçamental indicam um défice global de 707,6 milhões de ECV, equivalente a -0,3% do PIB (-3,5% do PIB em 2022), sendo o menor défice registado desde 2004. Este desempenho resulta, sobretudo, da melhoria na arrecadação das receitas. O saldo corrente primário registou um aumento significativo, situando-se em 9.242,4 milhões de ECV (+3,6% do PIB), refletindo o crescimento das receitas totais (+19,3%), a maior eficiência da Autoridade Tributária e o controlo das despesas totais (+4,9%).

O rácio do *stock* da dívida pública atingiu 114,8% do PIB (296.015,7 milhões de ECV), registando uma redução de 11,1 p.p. face a 2022, devido à diminuição das necessidades de financiamento decorrente do aumento da receita e da contenção da despesa. O *stock* da dívida interna fixou-se em 93.428,3 milhões de ECV (36,2% do total), enquanto o *stock* da dívida externa totalizou 202.587,4 milhões de ECV (78,5%).

O serviço da dívida, excluindo as amortizações dos bilhetes do Tesouro, atingiu 24.808,8 milhões de ECV, um acréscimo de 16,0% face a 2022, essencialmente devido ao pagamento do serviço da dívida externa, incluindo as moratórias concedidas no âmbito da iniciativa de alívio da dívida do Clube de Paris. Em termos relativos ao PIB, o serviço da dívida representou 9,6%, dos quais 4,9% corresponderam à dívida interna e 4,8% à dívida externa.

No setor monetário, os dados do BCV indicam que, em dezembro de 2023, a massa monetária registou um crescimento de 6,3%, face aos 5,9% observados em 2022, impulsionado pelo aumento dos ativos externos líquidos e do crédito à economia. O crédito ao setor privado cresceu 6,1%, refletindo o aumento da concessão de crédito às pequenas e médias empresas e a particulares, apesar de uma política monetária mais restritiva.

As reservas internacionais aumentaram 9,4%, garantindo um nível suficiente para cobrir 5,7 meses de importações, reforçando a sustentabilidade da posição externa do país.

Apesar das projeções económicas positivas, persiste a existência de riscos significativos que podem afetar o crescimento económico nos próximos períodos. Entre os principais fatores de risco, destacam-se os conflitos geopolíticos, as perturbações nas cadeias de abastecimento de petróleo e gás natural e os impactos das alterações climáticas, que afetam particularmente a agricultura e outras atividades económicas sensíveis.





3

GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL DO ESTADO

GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL
SUSTENTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL

GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL DO ESTADO

Cabo Verde distingue-se como um Estado democrático consolidado, com um longo historial de estabilidade política e um forte compromisso com a participação ativa da sociedade civil, da academia e do setor privado na formulação e implementação das políticas públicas. Nesse sentido, e não obstante os desafios inerentes à sua condição de Estado insular, aos recursos naturais limitados e à vulnerabilidade às alterações climáticas, a governança no país é reconhecida como um ativo estratégico e intangível. Este princípio atribui responsabilidades tanto às entidades governamentais como aos atores não governamentais, orientando esforços conjuntos para o desenvolvimento sustentável da economia nacional.

Em resultado deste compromisso, Cabo Verde ocupa uma posição de destaque no continente africano no que respeita à qualidade da governação pública. O país lidera os índices de Governança Pública na África Subsariana, evidenciando-se particularmente nos domínios das Liberdades Cívicas, Direitos

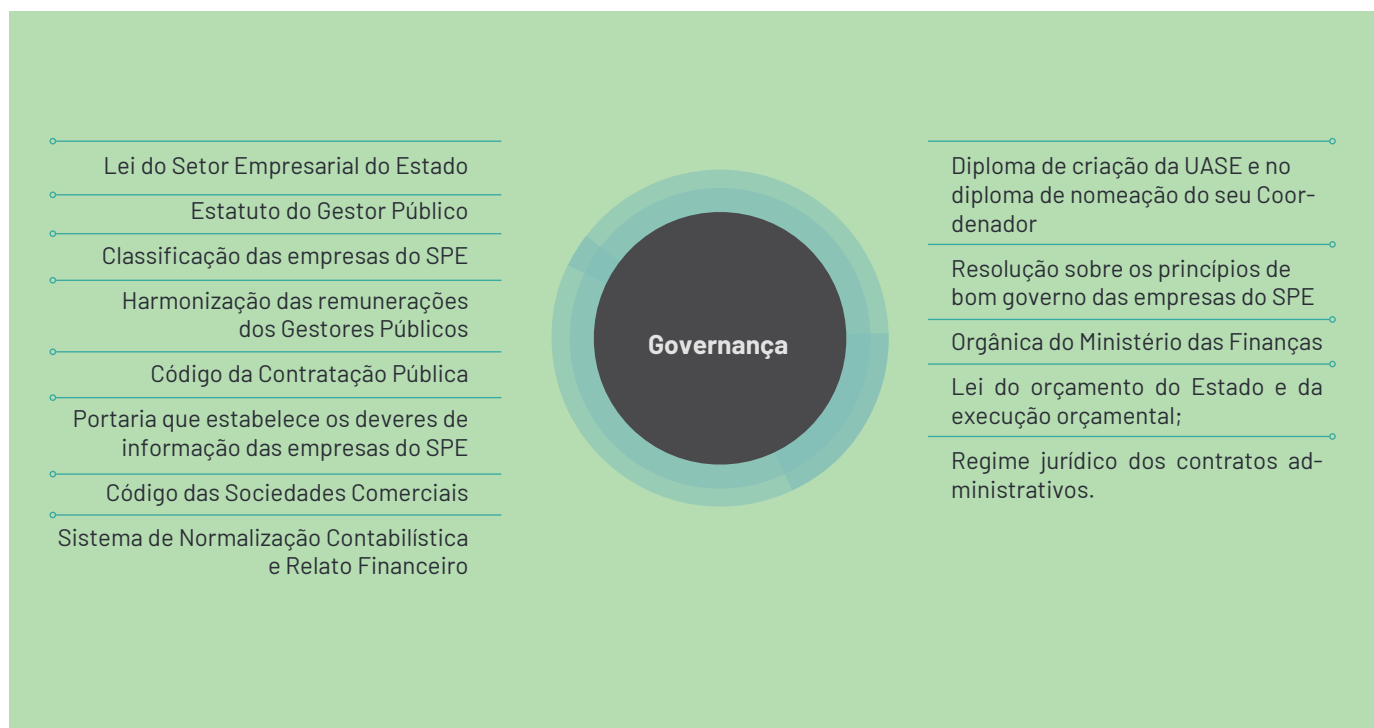
Políticos, Democracia e Cidadania. Adicionalmente, encontra-se na segunda posição em matéria de Transparência e na quarta posição no que se refere à Boa Governação.

Neste contexto, a presente secção dedica-se à análise da Boa Governação e à Sustentabilidade do Setor Empresarial do Estado, proporcionando uma visão abrangente sobre a liderança e as boas práticas de governo societário. Paralelamente, aborda-se a sustentabilidade do setor e a sua contribuição para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo, nomeadamente no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos na Agenda 2030 das Nações Unidas. Estes princípios encontram-se igualmente refletidos nos principais instrumentos de planeamento estratégico do país, em particular na Estratégia de Desenvolvimento Sustentável - Ambição 2030, no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II, 2022-2026) e no Programa do Governo da X Legislatura.



GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL

A governança do SPE está regulamentada por um quadro legislativo abrangente, que estabelece os princípios e normas fundamentais para a gestão eficiente e transparente das empresas públicas e participadas. Este enquadramento normativo inclui, nomeadamente:



Todos estes instrumentos jurídicos são essenciais para a definição e implementação da política de governança do SPE. Destaca-se, contudo, a relevância da UASE, estrutura central responsável por apoiar o Ministério das Finanças no exercício da função acionista do Estado. A UASE assegura o acompanhamento das empresas públicas e participadas, intervindo ainda em matérias relativas a privatizações, parcerias público-privadas e concessões, garantindo a sua condução em conformidade com os objetivos estratégicos nacionais.

COMPETÊNCIAS DA UASE NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ACIONISTA DO ESTADO

No âmbito da função acionista do Estado, compete à UASE:

a)
Propor a política de participações sociais do Estado, assegurando a sua supervisão, coordenação e acompanhamento

b)
Analisar a situação financeira das empresas e entidades sujeitas à tutela financeira do Estado, incluindo as sociedades de capitais maioritariamente públicos, direta ou indiretamente participadas pelo Estado, ou onde este detenha direitos acionistas especiais

c)
Propor e coordenar a execução de medidas de reestruturação e saneamento das entidades do setor público empresarial e sociedades de capitais públicos

d)
Avaliar operações de subscrição, aquisição e alienação de ações ou participações sociais detidas pelo Estado

e)
Acompanhar a gestão das sociedades de capitais maioritariamente públicos ou onde o Estado detenha direitos acionistas especiais

f)
Representar o Estado junto das empresas e sociedades participadas, diretamente ou através de representantes designados nos respetivos órgãos sociais, por indicação ministerial

g)
Participar nos processos de negociação relativos à alienação de participações financeiras, bem como nos processos de reestruturação, privatização, fusão ou liquidação de empresas

h)
Apoiar na seleção e designação dos membros dos órgãos sociais das empresas participadas pelo Estado, bem como na negociação e elaboração dos respetivos contratos de gestão e cartas de missão

i)
Colaborar, em articulação com os setores relevantes da atividade económica, na definição de metas quantitativas e qualitativas para os gestores públicos, estabelecendo objetivos e parâmetros de eficiência da gestão

j)
Desenvolver e implementar um sistema de monitorização do desempenho das empresas participadas do Estado, tanto sob a perspetiva financeira como técnica, em articulação com os respetivos setores de atividade

k)
Analisar e emitir pareceres sobre relatórios de auditoria e monitorização externa

l)
Coordenar e dinamizar o funcionamento dos conselhos fiscais das empresas públicas

m)
Assegurar e executar todas as demais atividades de análise e operações relacionadas com o Setor Empresarial do Estado

n)
Cumprir quaisquer outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, regulamento ou determinação superior

COMPETÊNCIAS DA UASE NA COORDENAÇÃO DE PRIVATIZAÇÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

No que concerne à liderança e coordenação dos processos de privatizações e parcerias público-privadas, compete à UASE:

- A** Promover a realização de estudos necessários à implementação das várias fases dos processos de privatização e parceria público-privada;
- B** Apoiar a promoção e mobilização de parcerias estratégicas internacionais;
- C** Analisar as propostas técnicas e financeiras apresentadas pelos interessados;
- D** Representar o Governo nas negociações, sempre que formalmente mandatada para o efeito;
- E** Emitir recomendações ao Governo sobre propostas de privatização e parcerias público-privadas, assegurando a sua conformidade com os objetivos estratégicos nacionais.

A atuação ativa e contínua da UASE tem sido determinante para a melhoria da governança do SPE, refletindo-se positivamente no desempenho das empresas públicas. Este impacto é evidenciado, nomeadamente, pelo crescimento dos dividendos, reforçando o compromisso com uma gestão eficiente, transparente e orientada para a criação de valor para o Estado e para a sociedade.

ÓRGÃOS SOCIAIS

No que tange ao governo societário, as Sociedades Anónimas e as Empresas Participadas do Estado, em conformidade com os quadros legais, são constituídas pelos seguintes órgãos sociais:

Figura 3: Órgãos Sociais das empresas SPE.



Os órgãos sociais das empresas que compõem o SPE são providos nos termos da lei.

APROVAÇÃO DAS CONTAS E PUBLICAÇÃO

A Aprovação de Relatórios de Contas das empresas do SPE em Cabo Verde segue um conjunto de normas e procedimentos que garantem a transparência, a prestação de contas e a boa governação das empresas públicas e participadas pelo Estado. Cada empresa pública deve preparar os seus relatórios de contas, em linha com as normas do Sistema Nacional de Contabilidade e Registo Financeiro (SNCRF), em conformidade com a International Financial Reporting Standards (IFRS).

O Conselho de Administração (CA) das empresas aprova os relatórios antes de submetê-los à Assembleia Geral (AG) da empresa. No caso de empresas com participação estatal, o Estado, como acionista, faz análise técnica ao relatório de gestão, às contas e aos seus anexos, bem como aos relatórios e pareceres do órgão de fiscalização e do auditor independente, por forma a fundamentar a sua apreciação e sentido de voto em Assembleia Geral.

Os relatórios e contas são auditados por entidades externas, garantindo que a auditoria seja um processo fundamental no quadro do processo de prestação de contas. Posteriormente, conforme prazo fixado, as empresas submetem também ao Tribunal de Contas. O objetivo é garantir a conformidade com as normas de relatos financeiros e a transparência na gestão dos recursos públicos.

Cumprindo com o disposto, mormente os deveres fundamentais de Accountability para o SPE aliado aos deveres de informação, no âmbito da política de transparência financeira e de controlo do risco fiscal, os relatórios e contas das empresas do SPE, encontram-se publicados no website do Ministério das Finanças.

O presente relatório baseia-se nas demonstrações financeiras das empresas, cujo estado relativamente à auditoria é detalhado na tabela infra. À data da elaboração deste relatório, duas empresas encontravam-se na condição de “não auditadas”, trinta e uma na condição de “auditadas”, conforme a tabela infra.

Tabela 4: Conformidade da prestação de contas 2023

Sigla	Denominação	Auditoria
Cabeólica	Cabeólica, S.A.	Auditadas
CVT	Cabo Verde Telecom, S.A.	Auditadas
APN	Águas de Porto Novo, S.A.	Auditadas
SISP	Sociedade Interbancária de Sistemas de Pagamentos, S.A.	Auditadas
TICV	Transportes Interilhas de Cabo Verde, S.A.	Sem contas 2023
AdS	Águas de Santiago, S.A.	Auditadas
SDTIBM	Sociedade de Desenvolvimento de Turismo Integrado das Ilhas de Boavista e Maio, S.A.	Auditadas
SCS	Sociedade Caboverdiana de Sabões, S.A.	Auditadas
ELECTRA	Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.	Auditadas
TACV	Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A.	Não Auditadas
CVFF	Cabo Verde Fast Farry, S.A.	Auditadas
AdR	Água de Rega, S.A.	Auditadas
AEB	Água e Energia de Boavista, S.A.	Auditadas
ASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	Auditadas
BVC	Bolsa de Valores de Cabo Verde, S.A.	Auditadas
CABNAVE	Estaleiros Navais, S.A.	Auditadas
CCV	Correios de Cabo Verde, S.A.	Auditadas
CERMI	Centro de Energia Renováveis e Manutenção Industrial, E.P.E.	Auditadas
CVB	Cabo Verde Broadcasting, S.A.	Auditadas
ECV	Estradas de Cabo Verde, E.P.E.	Não Auditadas
EHTCV	Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde, E.P.E.	Auditadas
EMAR	Escola do Mar, E.P.E.	Auditadas
EMPROFAC	Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, S.A.	Auditadas
ENAPOR	Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.	Auditadas
FIC	Feira Internacional de Cabo Verde, S.A.	Auditadas
ICV	Infraestruturas de Cabo Verde, S.A.	Auditadas
IFH	Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	Auditadas
INCV	Imprensa Nacional de Cabo Verde, S.A.	Auditadas
INFORPRESS	Agência de Notícias de Cabo Verde, S.A.	Auditadas
LEC	Laboratório de Engenharia Civil, E.P.E.	Auditadas
NEWCO	Sociedade de Resolução de Créditos, S.A.	Auditadas
NOSI	Núcleo Operacional Sistema Informação, E.P.E.	Auditadas
SONERF	Sociedade Nacional de Engenharia Rural e Flores-tas, E.P.E.	Sem contas 2023
RTC	Rádio Televisão Cabo-verdiana, S.A.	Auditadas
TECHPARCK	TECHPARCK, S.A.	Auditadas

PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

Ao longo dos anos, o Estado de Cabo Verde tem vindo a investir em empresas nos mais diversos setores da atividade económica, conforme as necessidades de dinamização das mesmas, com objetivo de garantir bens e serviços públicos aos cidadãos. Quanto aos setores da atividade económica, a carteira de empresas está distribuída da seguinte forma:

Tabela 5: Volume de negócios das empresas do SPE por ramo de atividades (em mECV)

Nº	Setor Atividade	VN
6	Energia, água e saneamento	17 361 483
5	Engenharia, construção e infraestruturas	2 245 356
1	Farmacêutico	2 096 558
2	Financeiro	1 722 445
1	Indústria	27 889
6	Serviços	180 602
6	Tecnologia, media e telecomunicações	5 355 031
6	Transportes e logística	9 903 264
33		38 892 629

No que se refere à forma jurídica, das 33 empresas analisadas neste relatório, 27 estão constituídas como S.A. - Sociedades Anónimas e as restantes 6 empresas estão constituídas como E.P.E. - Entidades Públicas Empresariais. Relativamente à participação do Estado de Cabo Verde no capital social, é dada pela seguinte tabela:

Tabela 6: Participação acionista do Estado

% Participação Social	Nº Empresas
100	23
96	1
90	1
78	1
69	1
51	1
49	1
10	2
3	2
2	1
Total	33

SUSTENTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL

A sustentabilidade económica e financeira, ambiental e social assume um papel central na gestão moderna das economias e das empresas, constituindo um fator essencial para o desenvolvimento sustentável e a criação de valor a longo prazo.

As empresas pertencentes ao SPE não são exceção, devendo alinhar-se com os compromissos assumidos pelo Governo de Cabo Verde no âmbito das metas estabelecidas nos ODS e no novo NDC no contexto das mudanças climáticas. Assim, no cumprimento das medidas de mitigação e adaptação aos desafios climáticos, estas empresas devem apresentar, em conjunto com o Relatório e Contas, o Relatório de Governança e o Relatório de Sustentabilidade, assegurando uma prestação de contas transparente e alinhada com as melhores práticas internacionais.

Neste sentido, a UASE tem promovido e incentivado, junto das empresas públicas e participadas do Estado de Cabo Verde, um reforço das preocupações sociais e ambientais, fomentando a criação de sinergias e proximidade entre estas entidades. O objetivo é assegurar que as áreas de atuação de cada empresa estejam em conformidade com os princípios dos ODS, contribuindo, de forma concreta, para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo.

Adicionalmente, a UASE tem impulsionado a adoção e implementação de instrumentos de Boa Governança e estratégias de sustentabilidade em cada uma das empresas do SPE. Esta abordagem visa garantir a obtenção de informação agregada e sistematizada sobre o desempenho global do setor, permitindo uma monitorização eficaz dos impactos económicos, sociais e ambientais das empresas públicas e participadas do Estado de Cabo Verde.

Desta forma, reforça-se o compromisso do Governo de Cabo Verde com uma gestão pública transparente, responsável e orientada para a sustentabilidade, assegurando que o SPE contribua ativamente para os objetivos nacionais e internacionais de desenvolvimento sustentável.



4

SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL

ANÁLISE AGREGADA DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DAS EMPRESAS DO SPE
FINANCIAMENTO E GESTÃO DO RISCO

SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL

O SPE desempenha um papel de relevo em diversas áreas estratégicas, como a energia, a telecomunicação, as infraestruturas e as finanças, fornecendo bens e serviços públicos essenciais e promovendo a eficiência económica e social em nível nacional e internacional. Contudo, uma parcela significativa dessas empresas opera em setores cruciais para a transição energética e para a mitigação das mudanças climáticas, tendo um impacto direto nas

políticas ambientais e na sustentabilidade do desenvolvimento nacional.

Para a elaboração do presente relatório, considera-se as empresas do SPE, conforme a tabela que se segue, distribuídas pelos seus respetivos setores de atividade económica.

Tabela 7: Empresas públicas e participadas do SPE analisadas, por setor de atividade e respetiva participação social detida pelo Estado de Cabo Verde (%)

Sigla	Denominação	Participação do Estado
Cabeólica	Cabeólica, S.A.	2,00%
CVT	Cabo Verde Telecom, S.A.	3,00%
APN	Águas de Porto Novo, S.A.	10,00%
SISP	Sociedade Interbancária de Sistemas de Pagamentos, S.A.	10,00%
AdS	Águas de Santiago, S.A.	49,00%
SDTIBM	Sociedade de Desenvolvimento de Turismo Integrado das Ilhas de Boavista e Maio, S.A.	51,00%
SCS	Sociedade Caboverdiana de Sabões, S.A.	69,00%
ELECTRA	Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.	78,00%
TACV	Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A.	90,00%
CVFF	Cabo Verde Fast Farry, S.A.	96,00%
AdR	Água de Rega, S.A.	100,00%
AEB	Água e Energia de Boavista, S.A.	100,00%
ASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	100,00%
BVC	Bolsa de Valores de Cabo Verde, S.A.	100,00%
CABNAVE	Estaleiros Navais, S.A.	100,00%
CCV	Correios de Cabo Verde, S.A.	100,00%
CERMI	Centro de Energia Renováveis e Manutenção Industrial, E.P.E.	100,00%
CVB	Cabo Verde Broadcasting, S.A.	100,00%
ECV	Estradas de Cabo Verde, E.P.E.	100,00%
EHTCV	Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde, E.P.E.	100,00%
EMAR	Escola do Mar, E.P.E.	100,00%
EMPROFAC	Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, S.A.	100,00%
ENAPOR	Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.	100,00%
FIC	Feira Internacional de Cabo Verde, S.A.	100,00%
ICV	Infraestruturas de Cabo Verde, S.A.	100,00%
IFH	Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	100,00%
INCV	Imprensa Nacional de Cabo Verde, S.A.	100,00%
INFORPRESS	Agência de Notícias de Cabo Verde, S.A.	100,00%
LEC	Laboratório de Engenharia Civil, E.P.E.	100,00%
NEWCO	Sociedade de Resolução de Créditos, S.A.	100,00%
NOSI	Núcleo Operacional Sistema Informação, E.P.E.	100,00%
RTC	Rádio Televisão Cabo-verdiana, S.A.	100,00%
TECHPARCK	TECHPARCK, S.A.	100,00%

Para efeitos de elaboração deste relatório, constam da carteira do SPE, as empresas listadas na tabela infra, distribuídas por setores de atividade económica.

Figura 4: Empresas públicas e participadas do SPE analisadas, por setor de atividade e respetiva participação social detida pelo Estado (%)



ANÁLISE AGREGADA DO DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO DAS EMPRESAS DO SPE

Em Cabo Verde, o SPE opera sob a supervisão direta do Ministério das Finanças e dos ministérios setoriais, sendo a Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE) o organismo responsável pela gestão e monitorização das suas atividades. A unidade foi instituída ao abrigo da Lei n.º 58/IX/2019, de 29 de julho, que introduziu alterações à Lei n.º 104/VIII/2016, de 6 de janeiro, a qual estabelece o quadro normativo e os princípios orientadores do SPE.

A missão central da UASE consiste em garantir o cumprimento rigoroso das normas legais e regulamentares aplicáveis às empresas do SPE, com especial enfoque na elaboração e submissão atempada de relatórios financeiros periódicos. Estes relatórios constituem instrumentos cruciais para a monitorização contínua do desempenho económico e financeiro destas entidades.

Neste contexto, a atuação da UASE está igualmente enquadrada pela Portaria n.º 48/2021, de 15 de outubro, que estabelece a obrigatoriedade de reporte financeiro regular, com periodicidade trimestral e anual. Este regime de reporte visa reforçar a transparência, a responsabilização e a eficiência na gestão do setor público empresarial, proporcionando aos decisores públicos e demais *stakeholders* dados fiáveis para a avaliação do impacto das empresas públicas na economia nacional e nos objetivos de desenvolvimento sustentável.

A análise agregada do SPE referente ao exercício económico de 2023 foi realizada com base nos relatórios e contas anuais, acompanhados dos relatórios e pareceres dos órgãos de fiscalização e de auditoria externa independente. No entanto, importa referir que, à data de elaboração do presente relatório, alguns desses instrumentos ainda se encontravam por entregar. Ainda assim, o relatório inclui as demonstrações financeiras

completas de todas as empresas públicas e participadas, em conformidade com o Sistema Nacional de Contabilidade e Relato Financeiro (SNCRF) e alinhadas com as International Financial Reporting Standards (IFRS), alinhada com a política nacional de transparência financeira e mitigação do risco fiscal, bem como com as obrigações de reporte instituídas pela UASE.

O relatório contempla a análise de 33 empresas do SPE, das quais 28 integram a carteira principal – caracterizada por participações estatais superiores a 51% do capital social. Importa salientar que as empresas TICV e SONERF, que cessaram atividade em 2023, foram excecionadas dos resultados agregados.

O período em análise foi marcado por constrangimentos significativos decorrentes da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 e pela crise energética global, os quais afetaram negativamente o desempenho das empresas públicas, condicionando a sua recuperação financeira e operacional.

Assim, em termos comparativos, o exercício de 2023 evidenciou dinâmicas positivas dos resultados operacionais e dos indicadores de rentabilidade, que se mantiveram em terreno positivo, o que revela resiliência por parte do SPE. Por outro lado, os indicadores de liquidez e endividamento registaram um agravamento, refletindo os desafios estruturais que ainda persistem.

Este relatório reafirma o compromisso de Cabo Verde com uma gestão mais transparente, eficiente e sustentável do seu setor empresarial público, em consonância com os princípios de boa governação e com as melhores práticas internacionais.

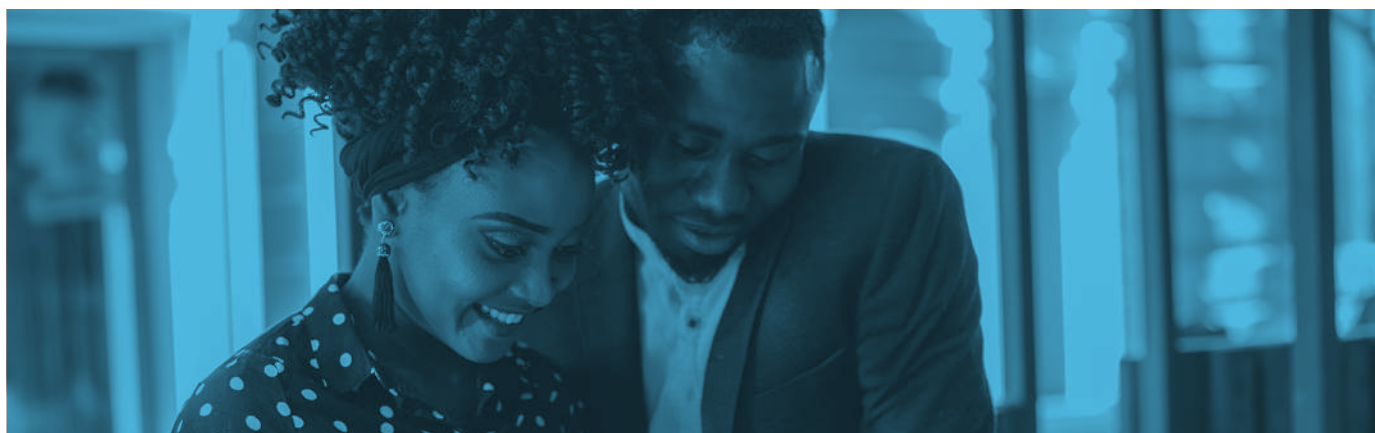
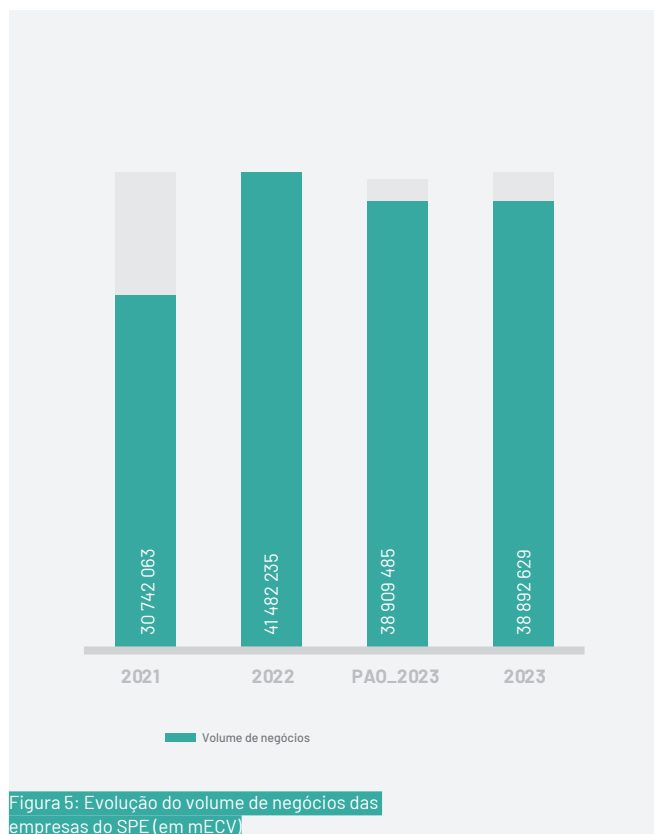


Tabela 8: Resumo da situação económica das empresas do SPE (em mECV e %)

Descrição	2021	2022	PAO_2023	2023
Volume de negócios/Turnover	30 742 063	41 482 235	38 909 485	38 892 629
Var. %	-3,0%	34,9%	-6,2%	-6,2%
Tx. Realização				100,0%
% PIB	16,0%	17,7%	14,7%	14,7%
Valor acrescentado bruto/Gross margin	7 948 321	12 729 195	11 928 147	13 683 182
Var. %	31,0%	60,1%	-6,3%	7,5%
Tx. Realização				114,7%
% PIB	4,1%	5,4%	4,5%	5,2%
EBITDA	3 544 381	7 303 480	6 396 817	7 998 028
Var. %	68,8%	106,1%	-12,4%	9,5%
Tx. Realização				125,0%
% PIB	1,8%	3,1%	2,4%	3,0%
EBIT	-1 956 680	1 774 444	1 406 301	3 447 310
Var. %	40,8%	190,7%	-20,7%	94,3%
Tx. Realização				245,1%
% PIB	1,8%	0,8%	0,5%	1,3%
Resultado líquido/Net income	-4 232 688	-1 149 013	-2 012 752	277 067
Var. %	13,6%	72,9%	-75,2%	124,1%
Tx. Realização				13,8%
% PIB	-2,2%	-0,5%	-0,8%	0,1%
Ativo/Asset	123 744 770	130 104 423	128 982 233	129 865 723
Var. %	-4,1%	5,1%	-0,9%	-0,2%
Tx. Realização				100,7%
% PIB	64,3%	55,4%	48,9%	49,2%
Passivo/Liability	112 436 757	118 946 099	115 538 920	119 989 791
Var. %	1,4%	5,8%	-2,9%	0,9%
Tx. Realização				103,9%
% PIB	58,4%	50,6%	43,8%	45,5%
Capital próprio/Equity	11 308 013	11 158 322	13 443 313	9 875 932
Var. %	-37,7%	0,0	20,5%	-11,5%
Tx. Realização				73,5%
% PIB	5,9%	4,6%	5,1%	3,7%



VOLUME DE NEGÓCIOS

No exercício de 2023, o Volume de Negócios (VN) agregado do SPE atingiu os 38.892.629 mECV, refletindo uma diminuição de 6,2% face ao período homólogo (41.482.235 mECV em 2022), o que corresponde a uma taxa de realização de 99,8% relativamente ao valor orçamentado para o mesmo período, evidenciando um elevado grau de cumprimento orçamental.

A análise por empresa evidencia que entidades como a ASA, ELECTRA, CVT, CABNAVE e ENAPOR foram responsáveis por cerca de 95,0% da variação negativa do VN do setor, com destaque particular para a SONERF e a TICV, cujas atividades cessaram em 2023. A sua saída do mercado representou, por si só, uma redução de aproximadamente 2.120.437 mECV no VN total do SPE, o que em parte pode explicar a dinâmica negativa do VN.

Em contrapartida, o dinamismo demonstrado por empresas como a TACV, AEB, IFH, NOSi e SISP contribuiu significativamente para mitigar o impacto negativo global. Estas cinco entidades destacaram-se como os principais motores do crescimento dentro do SPE, sendo responsáveis por 96,7% da variação positiva registada no VN no ano em análise.

VALOR ACRESCENTADO BRUTO

No ano de 2023, o VAB gerado pelas empresas do SPE atingiu 13.683.182 mECV, representando um crescimento de 7,5% face ao período homólogo de 2022. Este desempenho superou de forma expressiva a meta orçamentada, com uma taxa de realização de 114,7%, refletindo ganhos relevantes em termos de eficiência económica e produtividade. Em termos macroeconómicos, o VAB do SPE correspondeu a 5,2% do PIB nacional, sublinhando o contributo significativo do SPE para a criação de valor na economia cabo-verdiana.

A análise da distribuição deste crescimento revela uma contribuição particularmente relevante de quatro empresas: ECV, ELECTRA, ICV e TACV, que, em conjunto, foram responsáveis por 87,1% da variação positiva do VAB, registando um incremento agregado de cerca de 2.562.876 mECV.

Em contrapartida, algumas empresas registaram variações negativas no seu VAB, contribuindo para um impacto global menos favorável. Empresas como a AdS, ASA, CABEÓLICA, CCV, CABNAVE, CVT e ENAPOR totalizaram uma variação negativa agregada de 1.612.218 mECV, o que representa 81,0% da variação total negativa. Destaca-se o caso da ASA, cuja contribuição negativa correspondeu a 26,0% deste total, explicado pela alteração do seu perfil de atividade: a partir de julho de 2023, a

empresa passou a concentrar-se exclusivamente nos serviços de navegação aérea, deixando de integrar no exercício de 2023 uma parte significativa do segmento aeroportuário que estava presente no período homólogo.

Além disso, a cessação de atividade da SONERF e da TICV durante o ano em análise implicou a exclusão das suas operações do VAB de 2023, ao contrário de 2022, em que estas empresas ainda se encontravam ativas. Esta mudança introduz um fator de distorção na base comparativa entre os dois períodos, afetando de forma significativa a interpretação da evolução líquida do indicador.

Assim, ainda que os resultados do VAB do SPE em 2023 sejam globalmente positivos, importa considerar que a sua análise deve ter em conta estas alterações estruturais no universo empresarial em questão. Esta perspetiva é essencial para garantir uma leitura realista e estratégica do desempenho do setor, sobretudo no que diz respeito à sua capacidade de gerar valor acrescentado e de contribuir para o crescimento económico sustentável do país.

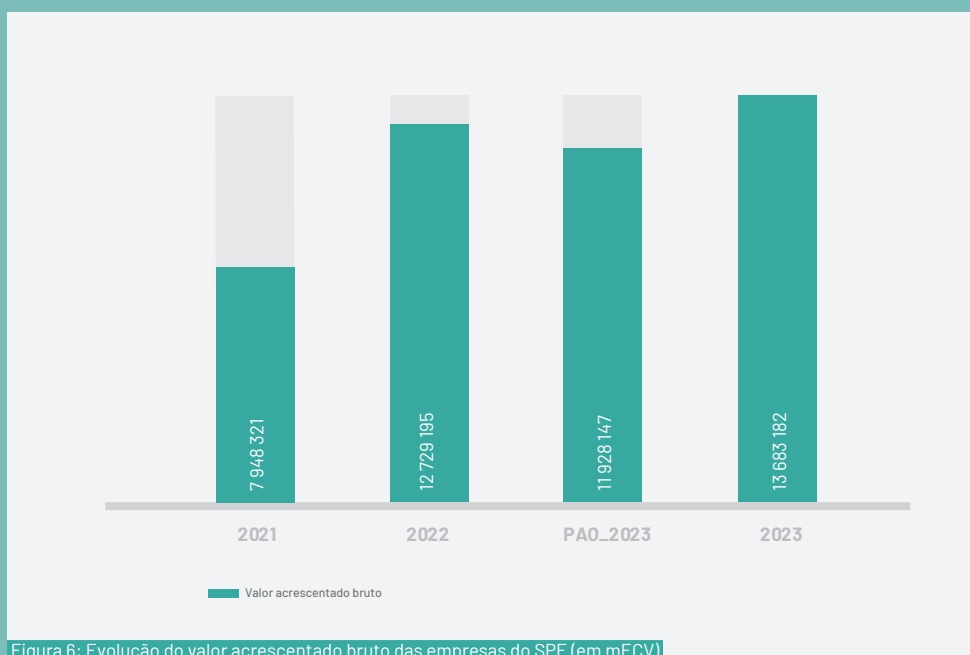


Figura 6: Evolução do valor acrescentado bruto das empresas do SPE (em mECV)

EBITDA

Em 2023, o SPE demonstrou uma melhoria na sua capacidade de geração de fluxos de caixa operacionais, com o *Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortisation* (EBITDA) a atingir 7.998.028 mECV. Este valor representa um crescimento de 9,5% em relação ao ano anterior, evidenciando um fortalecimento da rentabilidade operacional do setor, apesar de um contexto económico ainda marcado por desafios.

A análise desagregada do desempenho revela uma contribuição positiva da maioria das empresas do SPE. Vinte e quatro empresas registaram EBITDA positivo, acumulando um total de 9.688.833 mECV. Entre estas, destacam-se a ASA, CABEÓLICA, CVT, ELECTRA, ENAPOR, IFH e SISP, que, em conjunto, foram responsáveis por 90,4% do valor total positivo, demonstrando elevada eficiência operacional e um contributo expressivo para o desempenho global do setor.

Por outro lado, nove empresas registaram resultados negativos ao nível do EBITDA, totalizando 1.690.805 mECV negativos. Este desempenho adverso foi fortemente concentrado em três entidades – TACV, AdS e SDTIBM – que, em conjunto, representaram cerca de 95,7% do total negativo. Estes casos refletem desafios específicos, tanto estruturais como conjunturais, que exigem atenção particular em termos de acompanhamento e possíveis medidas de reestruturação ou reposicionamento estratégico.

O crescimento do EBITDA agregado do SPE em 2023 reflete, portanto, não apenas a melhoria da performance de várias empresas estratégicas, mas também o resultado de políticas de controlo orçamental, reforço da eficiência e maior disciplina financeira nas entidades públicas empresariais. Estes avanços são fundamentais para garantir a sustentabilidade das empresas do SPE, reduzir a sua dependência de apoios orçamentais e aumentar a sua capacidade de gerar valor económico e social de forma autónoma e sustentável.

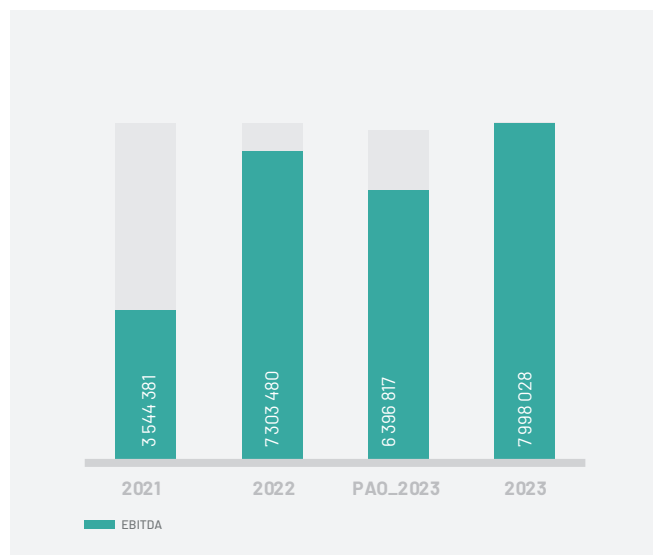


Figura 7: Evolução do EBITDA das empresas do SPE (em mECV)

EBIT

Em 2023, o desempenho operacional do SPE, medido pelo *Earnings Before Interest and Tax* (EBIT), evidenciou uma melhoria expressiva, acompanhando a tendência positiva verificada ao nível do EBITDA. O EBIT ascendeu a 3.447.310 mECV, face aos 1.774.444 mECV registados em 2022, o que representa um aumento de 94,3%. Este resultado corresponde a uma taxa de execução de 245,1% face à meta orçamentada, sinalizando um desempenho muito acima das expectativas iniciais.

A análise detalhada revela que catorze empresas apresentaram resultados negativos, acumulando um total de 2.440.135 mECV negativos. Este impacto adverso esteve fortemente concentrado em cinco entidades – CVFF, SDTIBM, TACV, AdS e AEB – que, em conjunto, foram responsáveis por 94,3% do total negativo, refletindo situações particulares que requerem atenção no âmbito da gestão e da política de intervenção do Estado de Cabo Verde.

Em contrapartida, o grupo remanescente de empresas públicas obteve um EBIT positivo no valor de 5.887.445 mECV, com destaque para ASA, CABEÓLICA, CVT, IFH, ENAPOR e SISP, que, em conjunto, responderam por 83,2% da contribuição positiva. Estes resultados demonstram não só a resiliência destas entidades, como também a eficácia das medidas de eficiência operacional e disciplina financeira implementadas.

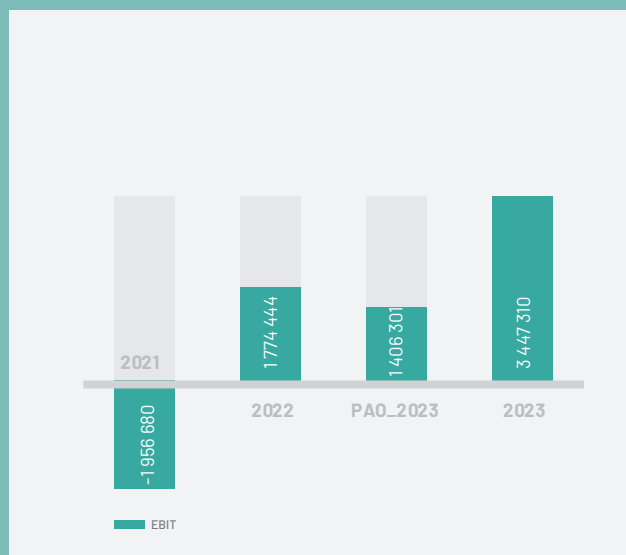


Figura 8: Evolução do EBIT das empresas do SPE (em mECV)

RESULTADO LÍQUIDO

277.067 mECV positivos

No período em análise, com base nas contas apresentadas pelas empresas em análise, o SPE registou um resultado líquido agregado positivo de 277.067 mECV, o que representa um aumento significativo de 124,1% face ao período homólogo de 2022. Este desempenho positivo reflete uma melhoria consistente da rentabilidade global do setor, traduzindo os esforços em curso no sentido da consolidação financeira e da eficiência operacional das empresas públicas.

Do universo de empresas analisadas, dezassete entidades registaram resultados líquidos positivos, alcançando um valor agregado de 3.965.401 mECV. Entre os principais contributos destacam-se as empresas ASA, CVT, SISP, ENAPOR, EMPROFAC, IFH e CABEÓLICA, que, em conjunto, foram responsáveis por 92,0% do total positivo, evidenciando um forte desempenho individual e um contributo determinante para o equilíbrio global do setor.

Por outro lado, quinze empresas registaram resultados líquidos negativos, totalizando 3.688.335 mECV. As principais contribuições para este resultado adverso foram provenientes das empresas TACV, AdS, AEB, ELECTRA e SDTIBM, que, em conjunto, representaram 91,8% do total negativo, evidenciando desafios estruturais que continuam a exigir atenção prioritária em termos de governação, financiamento e reestruturação.

Importa destacar que o valor do resultado líquido do SPE inclui os dados não auditados da TACV, empresa que assume um peso significativo no total das contas agregadas do setor, pelo que os resultados finais poderão ainda estar sujeitos a ajustamentos após a conclusão do processo de auditoria.

No que diz respeito à margem líquida, indicador essencial para a avaliação da capacidade das empresas em gerar lucros a partir das suas receitas, registou-se uma evolução favorável. O valor passou de -2,77% em 2022 para 0,71% em 2023, traduzindo um aumento de 3,48 p.p, o que evidencia a tendência e marca o início do SPE com níveis positivos de rentabilidade líquida, após um período prolongado de desempenho deficitário.

Este resultado global demonstra não apenas a capacidade de recuperação de várias empresas estratégicas do setor, mas também os efeitos positivos das políticas de monitorização, disciplina orçamental e reforço da transparência implementadas pelo Estado de Cabo Verde. O progresso alcançado, ainda que com assimetrias, constitui um sinal claro de que o SPE se encontra num caminho de consolidação e maior sustentabilidade económica.

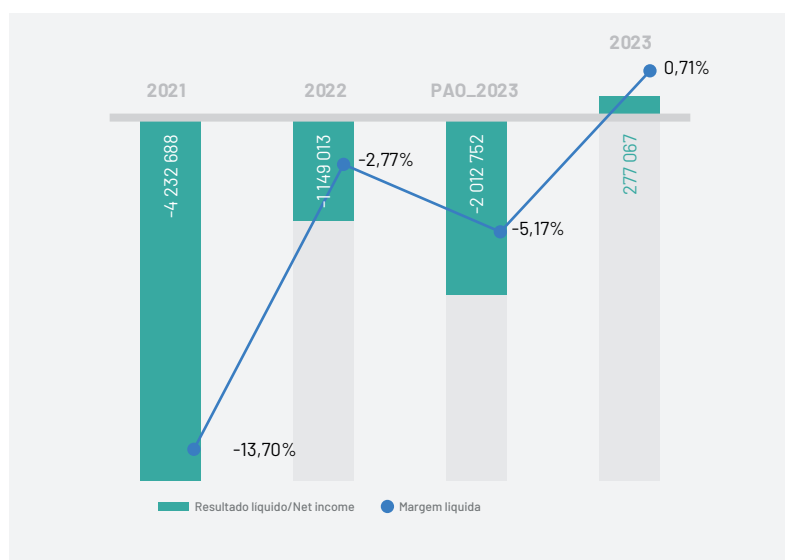


Figura 9: Evolução do resultado líquido e da margem líquida das empresas do SPE (em mECV e %)

FINANCIAMENTO E GESTÃO DO RISCO

Tendo em consideração os recursos financeiros disponibilizados pelo Estado de Cabo Verde às empresas do SPE, bem como as políticas de gestão de riscos atualmente em vigor, será desenvolvida uma análise abrangente da estrutura de balanço do setor, com enfoque nos principais indicadores financeiros e exposição a riscos fiscais.

Esta análise tem como objetivo central avaliar a evolução do balanço das empresas do SPE, com especial atenção às suas dinâmicas de ativo, passivo e capital próprio. Paralelamente, serão examinadas as estratégias de mitigação de risco implementadas, tanto a nível individual como de forma agregada, no sentido de garantir uma gestão prudente e proativa das responsabilidades financeiras.

Adicionalmente, o exercício permitirá a identificação de alternativas e mecanismos complementares que possam contribuir para a redução do risco macro fiscal associado ao setor, assegurando, simultaneamente, a preservação da sustentabilidade financeira das empresas públicas e a proteção efetiva das finanças públicas nacionais.

Este esforço analítico alinha-se com os princípios das boas práticas internacionais de governação económica e financeira, promovendo uma cultura de responsabilidade, eficiência e transparência na gestão dos ativos e passivos públicos. Trata-se, assim, de um instrumento fundamental para o reforço da confiança dos parceiros internacionais, dos investidores e da sociedade civil na condução da política económica do país.



POSIÇÃO PATRIMONIAL

A posição patrimonial do SPE é determinada pela análise dos principais elementos da estrutura do balanço (ativo, passivo e capital próprio) do SPE.

Tabela 9: Peso das subclasses/rubricas do balanço agregado das empresas do SPE (em mECV e %)

Estrutura do balanço	2021		2022		2023	
	mECV	%	mECV	%	mECV	%
Ativo	123 744 770	100,0%	130 104 423	100,0%	129 865 723	100,0%
Ativo não corrente	85 512 928	66,7%	83 015 752	63,8%	83 832 129	64,6%
Ativo corrente	41 231 842	33,3%	47 088 671	36,2%	46 033 594	35,4%
Passivo	112 436 757	90,9%	118 946 099	91,4%	119 989 791	92,4%
Passivo não corrente	67 436 739	54,5%	68 412 441	52,6%	67 294 452	51,8%
Passivo corrente	45 000 018	36,4%	50 533 657	38,8%	52 695 340	40,6%
Capital próprio	11 308 013	9,1%	11 158 324	8,6%	9 875 932	7,6%
Passivo + Cap. próprio	123 744 770	100,0%	130 104 423	100,0%	129 865 723	100,0%

No período em análise, os patrimónios do SPE refletiram uma ligeira contração, com o ativo total a fixar-se em 129.865.723 mECV, o que representa uma redução de 0,2% face ao ano anterior. Ainda assim, este montante corresponde a 100,7% do valor global previsto nos orçamentos das empresas para o exercício, evidenciando um elevado grau de conformidade orçamental e disciplina na execução financeira.

A estrutura dos ativos do SPE mantém-se estável, apresentando uma composição de 35,4% em ativos correntes e 64,6% em ativos não correntes, o que revela uma predominância de investimentos de médio e longo prazo e reflete a natureza estratégica e de capital intensivo das atividades desenvolvidas por muitas destas entidades.

A ligeira diminuição do valor agregado dos ativos do setor é justificada, em grande medida, por fatores extraordinários, nomeadamente a cessação de atividade das empresas TICV e SONERF. Para além disso, registaram-se variações patrimoniais negativas significativas em algumas empresas, com destaque para a INCV, AdS, AEB, CABEÓLICA e CVFF, cujo desempenho impactou negativamente o total do ativo consolidado do SPE.

A presente evolução evidencia a necessidade contínua de reforçar a solidez patrimonial das empresas públicas, garantindo que a sua estrutura de capitais seja compatível com os objetivos estratégicos definidos e com a redução dos riscos associados à exposição fiscal do Estado de Cabo Verde. Esta análise constitui uma base sólida para orientar intervenções futuras, reformas de governança e a priorização de investimentos, em linha com uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos públicos.

Tabela 10: Evolução da estrutura do balanço agregado das empresas do SPE (em mECV e %)

Descrição	2021	2022	PAO_2023	2023
Ativo / Asset	123 744 770	130 104 423	128 982 233	129 865 723
Var. %	-4,1%	5,1%	-0,9%	-0,2%
Tx. Realização				100,7%
% PIB	64,3%	55,4%	48,9%	49,2%
Passivo / Liability	112 436 757	118 946 099	115 538 920	119 989 791
Var. %	1,4%	5,8%	-2,9%	0,9%
Tx. Realização				103,9%
% PIB	58,4%	50,6%	43,8%	45,5%
Capital próprio / Equity	11 308 013	11 158 322	13 443 313	9 875 932
Var. %	-37,7%	0,0	20,5%	-11,5%
Tx. Realização				73,5%
% PIB	5,9%	4,6%	5,1%	3,7%

No que tange à Rentabilidade dos Ativos (*Return on Assets* – ROA), no exercício de 2023, o SPE registou uma melhoria assinalável no indicador, refletindo um progresso relevante na eficiência da utilização dos recursos económicos disponíveis.

O rácio passou de -0,88% em 2022 para 0,21% em 2023, traduzindo uma variação positiva de 1,10 p.p, face ao período homólogo. Esta evolução representa não apenas a inversão de uma trajetória negativa verificada em anos anteriores, mas também um sinal de reforço da capacidade das empresas públicas para gerar retorno económico a partir dos ativos sob sua gestão.

A melhoria do ROA revela, assim, ganhos de produtividade e maior eficácia operacional, ainda que persistam desafios em algumas áreas setoriais e empresariais. Este resultado deve ser interpretado como um indicador encorajador de que as medidas de consolidação financeira, reestruturação e reforço da governança económica estão a produzir efeitos concretos, contribuindo para a sustentabilidade do SPE e para a redução da exposição fiscal do Estado de Cabo Verde.

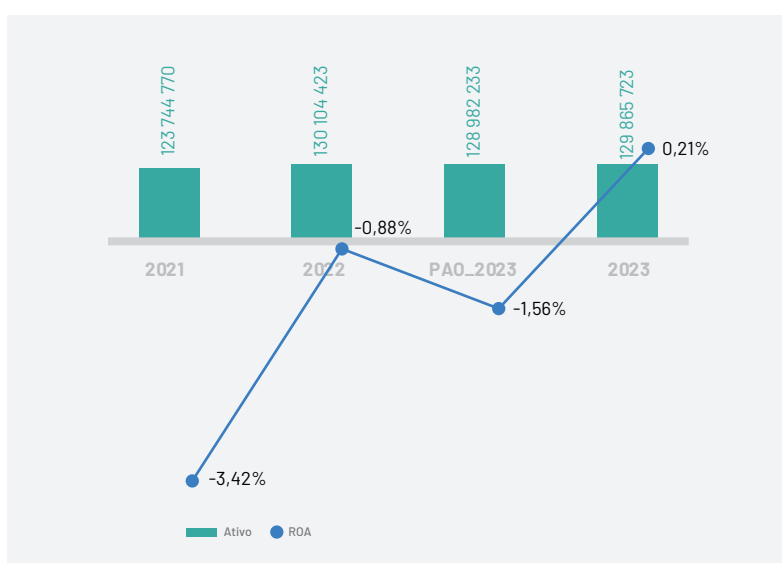


Figura 10: Evolução do ativo e do ROA das empresas do SPE (em mECV e %)

No exercício de 2023, o capital próprio do SPE registou uma diminuição de aproximadamente 11,5% face ao período homólogo, representando 3,7% do PIB. Com um peso de 7,6% na estrutura do balanço consolidado do SPE, o capital próprio ascendeu a 9.875.932 mECV.

A análise da estrutura agregada do balanço revela uma tendência decrescente do volume de capital próprio ao longo dos últimos anos. Esta evolução é essencialmente explicada pelos resultados líquidos negativos apresentados por várias empresas do SPE durante alguns períodos. Com efeito, e apesar do resultado líquido no período em análise, o peso relativo do capital próprio no balanço consolidado passou de 9,1% em 2021, para 8,6% em 2022, fixando-se nos 7,6% em 2023. Esta trajetória descendente evidencia que o financiamento dos ativos do setor tem sido predominantemente assegurado por capitais alheios, através de financiamento externo e/ou empréstimos de médio e longo prazo.

Importa destacar que empresas como a ASA, CABEÓLICA, CVT, ENAPOR, IFH e SISP contribuíram positivamente para o reforço do capital próprio do SPE, acumulando, em conjunto, um saldo

positivo de cerca de 29.454.780 mECV – o que corresponde a 82,3% do capital próprio positivo do setor.

Em contrapartida, entidades como a TACV, AdS, CVFF, ELECTRA e AEB registaram um impacto negativo significativo na estrutura patrimonial do SPE, com um saldo negativo acumulado de 25.772.768 mECV, equivalente a 99,5% da situação líquida negativa do setor no período em análise. À semelhança dos anos anteriores, a TACV continua a apresentar dificuldades na geração de resultados positivos, sendo responsável, isoladamente, por 49,0% do impacto negativo sobre o capital próprio do SPE em 2023.

No que concerne à rentabilidade do capital próprio, medida pelo *Return on Equity* (ROE), observou-se uma melhoria expressiva. O ROE aumentou 13,10 p.p, face ao ano anterior, passando de -10,3% em 2022 para 2,81% em 2023. Esta recuperação reflete o desempenho positivo do resultado líquido do SPE, sinalizando uma melhoria na rentabilidade do capital próprio investido no setor.

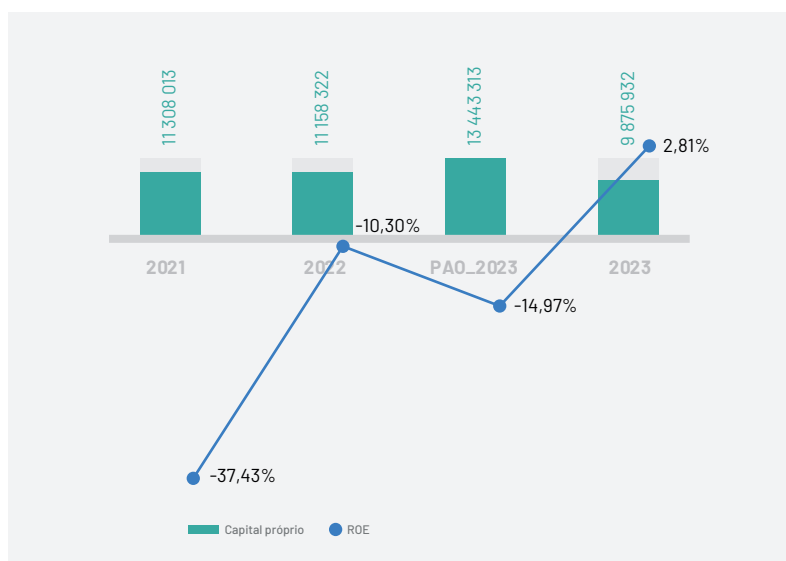


Figura 11: Evolução dos capitais próprios e do ROE das empresas do SPE, de 2020 a 2023 (em mECV e %)



O passivo do SPE atingiu o montante de 119.989.791 mECV, representando 92,4% do total do ativo e 45,5% do PIB. Este valor traduz um crescimento moderado de 0,9% face ao período homólogo, refletindo uma ligeira intensificação das obrigações financeiras do setor.

Importa sublinhar que, do total do passivo, aproximadamente 38,4% – correspondente a 46.129.890 mECV – diz respeito a passivos financeiros decorrentes de empréstimos bancários e emissões obrigacionistas. Esta estrutura evidencia uma dependência significativa do financiamento externo, particular-

mente através de instrumentos de dívida financeira, o que reforça a necessidade de uma gestão prudente e estratégica dos compromissos do setor.

A estabilidade relativa do passivo, num contexto económico desafiante, demonstra resiliência na capacidade de gestão financeira das empresas públicas. Contudo, a elevada proporção de passivo financeiro realça a importância de continuar a promover medidas que visem o reforço do capital próprio, a sustentabilidade financeira e o equilíbrio estrutural do SPE.

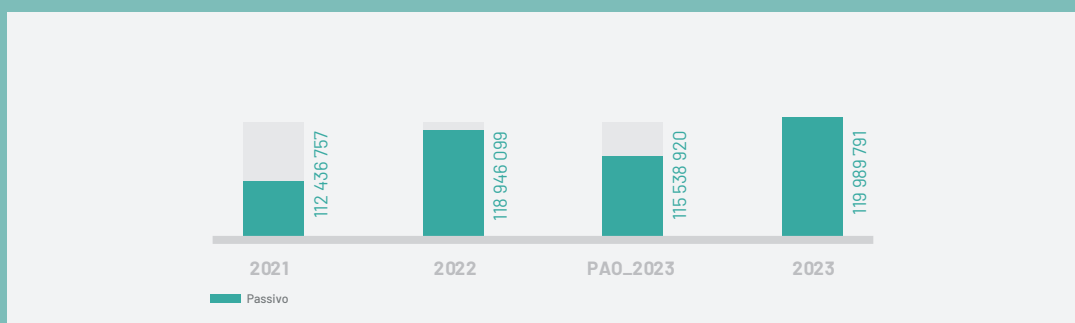


Figura 12: Evolução do passivo das empresas do SPE (em mECV e %)

PASSIVO CONTINGENTE

Em determinados contextos, as empresas do SPE necessitam de recorrer a financiamento em condições preferenciais, com o objetivo de reduzir o custo do capital e, consequentemente, mitigar o risco para os credores. Neste enquadramento, o Estado de Cabo Verde tem desempenhado um papel ativo ao longo dos anos, através da concessão de avales e da atribuição de empréstimos de retrocessão a várias empresas do SPE, promovendo, assim, o acesso a financiamento em condições mais vantajosas.

Contudo, importa sublinhar que, quando as empresas não conseguem cumprir atempadamente os seus compromissos financeiros, os avales concedidos pelo Estado de Cabo Verde podem representar riscos fiscais relevantes e impactar negativamente o défice e o *stock* da dívida pública. Por este motivo, o conjunto dos avales concedidos ao SPE é considerado um passivo contingente, devendo ser objeto de uma monitorização contínua e rigorosa por parte do Ministério das Finanças, através da Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE) e da Direção Geral do Tesouro.

A sustentabilidade deste passivo está ligada ao desempenho económico nacional e à capacidade das empresas públicas de honrarem os seus compromissos financeiros. No ano de 2023, o *stock* do passivo contingente, calculado com base nos avales concedidos, ascendeu a 23.477.978 mECV, registando um acréscimo de 7,9% face ao período homólogo. Este valor representa 19,6% do passivo total do SPE e corresponde a 8,9% do

PIB, indicadores que evidenciam a sua relevância no contexto das finanças públicas.

A evolução deste passivo deve-se, em grande parte, à emissão de novos avales, destacando-se os concedidos à TACV, no montante de 1.175.242 mECV, à ASA, no valor de 1.251.608 mECV e à ELECTRA no montante de 710.000 mECV. Em termos de variação homóloga, as empresas ELECTRA, SDTIBM, TACV, AdS e ASA foram as principais responsáveis pelo aumento do *stock* de avales, com um incremento absoluto de 2.221.105 mECV. Realce-se o caso da ASA, que passou a integrar, pela primeira vez, o grupo de empresas com avales registados, apresentando um valor significativo face a exercícios anteriores.

Dado o seu peso relativo no PIB, o *stock* do passivo contingente constitui uma preocupação legítima, na medida em que a eventual materialização do risco associado à incapacidade de algumas empresas cumprirem os seus compromissos pode refletir-se num aumento substancial do défice e da dívida pública.

Diante desta realidade, a evolução registada em 2023 reforça a necessidade de manter e aprofundar a monitorização rigorosa deste passivo, no quadro de uma estratégia abrangente de gestão do risco fiscal e de promoção da sustentabilidade financeira do SPE.

Tabela 11: Dinâmica do stock do passivo contingente por empresas do SPE (em mECV e %)

Empresas	2021	2022	2023	Var.2023/2022 (%)	
AdS	774 418	972 567	1 085 766	↑	11,6%
AEB	246 965	742 578	787 847	↑	6,1%
ASA	-	-	1 270 605	↑	100,0%
CERMI	16 336	14 023	12 442	↓	(11,3%)
CVT	2 243 427	2 120 808	1 916 113	↓	(9,7%)
ELECTRA	4 765 198	5 734 696	5 903 998	↑	3,0%
ENAPOR	57 957	34 819	10 498	↓	(69,9%)
ICV	202 296	842 151	690 101	↓	(18,1%)
IFH	1 248 385	664 569	350 000	↓	(47,3%)
INCV	54 712	142 225	253 000	↑	77,9%
NEWCO	3 721 715	3 465 726	3 407 967	↓	(1,7%)
NOSI	51 037	40 540	129 451	↑	219,3%
RTC	110 000	110 000	110 000	-	0,0%
SCS	-	19 057	18 568	↓	(2,6%)
SDTIBM	582 053	746 888	1 178 865	↑	57,8%
TACV	5 826 183	6 116 736	6 352 757	↑	3,9%
Total de Avals	19 900 682	21 767 382	23 477 978	↑	7,9%
Var.%	24,0%	9,0%	7,86%		
%PIB	11,1%	9,3%	8,9%		-0,36p.p.

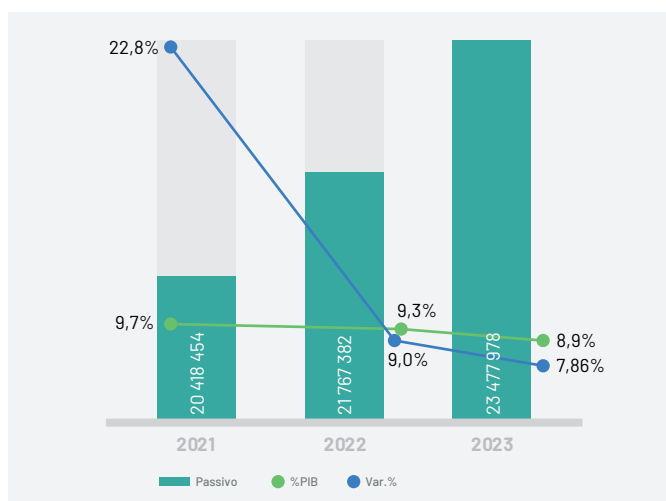


Figura 13: Evolução do stock dos avales das empresas do SPE, de 2021 a 2023 (em mECV e %)

No ano de 2023, três empresas do SPE mantinham registos de empréstimos de retrocessão nos seus balanços, refletindo o apoio financeiro contínuo por parte do Estado de Cabo Verde com vista à sustentabilidade e operacionalização destas entidades. Especificamente, a ELECTRA registava um stock de 14.139.625 mECV, a IFH 8.595.964 mECV, e a ENAPOR 1.334.965 mECV, totalizando 24.070.554 mECV em empréstimos de retrocessão.

Paralelamente, no âmbito das iniciativas de apoio ao financiamento do setor empresarial público, o Estado de Cabo Verde concedeu, durante o mesmo período, avales às empresas do SPE no valor acumulado de aproximadamente 4.095.267 mECV, destinados à obtenção de crédito junto da banca nacional.

Tabela 12: Garantias prestadas pelo Estado de Cabo Verde às empresas do SPE (em ECV)

2021 Beneficiários				
ICV	842 151 000	CECV/BAI	Resolução nº 6/2021, 14 de Janeiro BO nº 5, I Série	
TACV	110 265 000	CECV	Resolução nº 16/2021, 16 de Fevereiro, BO nº 18, I Série	
AdS	110 000 000	BCN	Resolução nº 12/2021, 29 de Janeiro, BO nº 18, I Série	
TACV	441 060 000	BCN	Resolução nº 25/2021, de 01 de março, BO nº 23	
TACV	1 323 180 000	IIB	Resolução nº 32/2021, de 05 de março, BO nº 24	
AEB	21 000 000	N/D	Despacho nº 34/2021, de 10 de março, B.O nº 57 de 30 de março	
NOSI	56 894 865	CECV	Resolução nº 53/2021, de 14 de abril, publicada no Boletim Oficial nº 38 de 14 de abril	
AEB	500 000 000	BCN/CECV	Resolução nº 74/2021, de 22 de julho, BO nº 73, I Série	
RTC	110 000 000	BVC	Resolução nº 109/2021, de 07 de dezembro, BO nº 121, I Série	
INCV	253 000 000	BCA	Resolução nº 111/2021, de 09 de dezembro, BO nº 122, I Série	
	3 767 550 865			
2022 Beneficiários				
ELECTRA	601 180 000	BVC	Resolução nº 16/2022, B. O nº 18, I Série de 17 de fev de 2022, que altera a Resolução nº 125/2020, de 14 de setembro	
TACV	100 000 000	CECV	Resolução nº 21/2022, de 26 de fevereiro, Boletim Oficial nº 23	
TACV	165 397 500	CECV	Resolução nº 22/2022, de 26 de fevereiro, Boletim Oficial nº 23	
SCS	20 000 000	BCA	Extrato do Despacho nº 25/2022 de 15 de fevereiro, Boletim Oficial nº 48, II Série	
NEWCO	771 855 000	BPI e BNI	Resolução nº 52/2022, de 10 de maio, Boletim Oficial nº 45, I Série	
ADS	191 117 330	CECV	Extrato do Despacho nº 67/2022 de 13 de junho, Boletim Oficial nº 94, II Série	
SDTIBM	220 000 000	CECV	Resolução nº 81/2022, de 11 de agosto, Boletim Oficial nº 79, I Série	
ELECTRA	1 080 000 000	CECV	Resolução nº 83/2022, de 09 de setembro, Boletim Oficial nº 87, I Série	
AEB	230 000 000	BCN	Resolução nº 92/2022, de 24 de outubro, publicada no Boletim Oficial nº 102, I Série	
ELECTRA	360 000 000	CECV	Resolução Nº 108/2022, De 22 De Novembro, Boletim Oficial Nº 110, I Série	
TACV	250 000 000	CECV	Resolução Nº 111/2022, De 02 De Dezembro, Boletim Oficial Nº 38, II Série	
ADS	424 000 000	BCN	Resolução Nº 112/2022, De 02 De Dezembro, Boletim Oficial Nº 38, II Série	
	4 413 549 830			
2023 Beneficiários				
IFH	350 000 000	BVC	Resolução nº 1/2023, de 2 de janeiro, Boletim Oficial nº 3, I Série	
ASA	1 251 607 523	BAI/CECV	Retificação nº 33/2023, de 18 de abril, Boletim Oficial nº 41, I Série	
TACV	650 000 000	BCN	Resolução nº 43/2023, de 15 de junho, Boletim Oficial nº 66, I Série	
TACV	525 241 627	BOEING	Resolução nº 46/2023, de 11 de julho, Boletim Oficial nº 73, I Série	
ELECTRA	350 000 000	BAI	Resolução nº 48/2023, de 25 de julho, Boletim Oficial nº 78, I Série	
SDTIBM	318 418 020	Ecobank	Resolução nº 54/2023, de 4 de agosto, Boletim Oficial nº 82, I Série	
SDTIBM	90 000 000	BCN	Resolução nº 53/2023, de 4 de agosto, Boletim Oficial nº 82, I Série	
AEB	100 000 000	CECV	Resolução nº 66/2023, de 12 de outubro, Boletim Oficial nº 106, I Série	
NOSI	100 000 000	CECV	Resolução nº 79/2023, de 15 de dezembro, Boletim Oficial nº 127, I Série	
ELECTRA	360 000 000	CECV	Resolução nº 81/2023, de 21 de dezembro, Boletim Oficial nº 129, I Série	
	4 095 267 170			

TRANSAÇÕES ENTRE AS EMPRESAS DO SPE E O ESTADO

O presente relatório incide sobre a análise das operações financeiras entre o Estado de Cabo Verde e as empresas do SPE, com particular enfoque nas transferências realizadas com fins de capitalização, nas obrigações fiscais das empresas, bem como nas receitas arrecadadas pelo Estado de Cabo Verde através de dividendos e rendas de concessões.

Enquanto entidades subsidiadas pelo Estado de Cabo Verde e frequentemente envolvidas em atividades de interesse público, as empresas do SPE beneficiam de condições de crédito preferenciais. Esta política visa não só aliviar os encargos financeiros, como também reduzir o risco para as instituições financeiras credoras. Através deste apoio, o Estado de Cabo Verde procura viabilizar a implementação eficaz dos planos de reestruturação financeira destas empresas, promovendo uma gestão orientada para a eficiência e sustentabilidade a longo prazo.

A posição estratégica do Estado de Cabo Verde enquanto principal acionista e avalista confere-lhe um papel central na negociação e mitigação de riscos, contribuindo para assegurar os melhores termos de financiamento para as empresas públicas.

No ano de 2023, o Estado de Cabo Verde realizou operações de capitalização nas empresas do SPE no montante de 2.200.394 mECV, refletindo um aumento de 6,7% face a 2022. Estes investimentos inserem-se na estratégia governamental de reforço

do setor catalisador da economia, visando garantir a retoma e a estabilidade das operações de serviços essenciais.

Os subsídios atribuídos às empresas do SPE atingiram 110.042 mECV, registando um ligeiro crescimento homólogo de 1,4%. Destacam-se, neste âmbito, os subsídios concedidos à INFORPRESS (60.000 mECV) e à RTC (50.043 mECV), no quadro dos contratos de prestação de serviço público noticioso, essenciais à promoção de uma comunicação pública livre e de qualidade.

No que diz respeito às contribuições das empresas do SPE para o Estado de Cabo Verde, foram pagos 1.694.458 mECV em impostos no ano 2023, representando um acréscimo de 15,7% em relação ao ano anterior, o que traduz uma melhoria no desempenho fiscal destas entidades.

Relativamente à distribuição de dividendos, em 2023, foram transferidos para o acionista Estado de Cabo Verde cerca de 795.835 mECV, referentes aos resultados de 2021, o que representa um aumento notável de 1.761,3% face ao ano anterior — um sinal claro da melhoria na rentabilidade de algumas empresas públicas.

Por fim, as rendas das concessões pagas ao Estado de Cabo Verde, provenientes dos contratos com a Cabo Verde Telecom e a Cabeólica, totalizaram aproximadamente 107.915 mECV em 2023.

Tabela 13: Transação entre as empresas do SPE e o Estado de Cabo Verde (em mECV e %)

	2021	2022	2023	Var.2022/2021(%)	Var.2023/2022(%)
Capitalização	751 940	2 061 568	2 200 394	174,2%	6,7%
Avais	4 067 551	4 763 550	598 522	17,1%	-87,4%
Subsídios	113 512	108 512	110 043	-4,4%	1,4%
Transferências	231 044	78 600	586 457	-66,0%	646,1%
Total	5 164 047	7 012 230	3 495 417	35,8%	-50,2%
%PIB	2,9%	3,9%	1,3%	1,0 p.p	-2,6 p.p
	2021	2022	2023	Var.2022/2021(%)	Var.2023/2022(%)
Impostos recebidos	1 354 413	1 464 828	1 694 458	8,2%	15,7%
Rendas das Concessões	65 884	107 915	3 859 275	63,8%	3476,2%
Dividendos	33 838	42 756	795 835	26,4%	1761,3%
Total	1 454 135	1 615 499	6 349 568	11,1%	293,0%
%PIB	0,8%	0,9%	2,40%	0,1 p.p	1,5 p.p

RISCO

MACRO FISCAL

O nível do passivo contingente associado às empresas do Setor Público Empresarial (SPE), em articulação com a evolução dos principais indicadores da estrutura de capital – rentabilidade, liquidez, endividamento e solvência –, representa um fator de risco relevante não apenas para as próprias empresas, mas também para a sustentabilidade das finanças públicas do Estado de Cabo Verde.

Apesar destes riscos, a concessão de garantias às empresas do SPE e a outras entidades públicas continua a constituir um instrumento estratégico de grande importância. Esta ferramenta tem como objetivos centrais a redução dos custos de financiamento, a minimização do risco para as instituições credoras e a garantia da continuidade de serviços públicos essenciais à população. Adicionalmente, estas garantias desempenham um papel catalisador na dinamização da atividade económica e no estímulo a setores estratégicos para o crescimento inclusivo e sustentável de Cabo Verde.

Não obstante os benefícios económicos e sociais associados a esta política, a atuação do Estado de Cabo Verde como avalista pode traduzir-se em encargos financeiros potenciais, caso se verifique o incumprimento das obrigações por parte das empresas públicas. Tal realidade impõe desafios significativos ao nível da monitorização e do controlo fiscal, uma vez que poderá ter impacto direto no aumento do *stock* da dívida pública.

Perante este cenário, torna-se imperativo reforçar o acompanhamento da sustentabilidade financeira do SPE, através da implementação de mecanismos eficazes de gestão de risco, com vista à salvaguarda da estabilidade macroeconómica e fiscal do país.

Com este objetivo, e também com o propósito de promover maior transparência, eficiência e responsabilização nas empresas do SPE, foram introduzidas importantes reformas institucionais. Destaca-se, neste âmbito, a publicação da Portaria n.º 48/2021, de 15 de outubro, que estabelece diretrizes para o reforço da fiscalização e do reporte de informação financeira estratégica. Adicionalmente, foi implementada a ferramenta *SOE Health Check Tool*, desenvolvida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que permite uma monitorização sistemática e aprofundada da saúde financeira das empresas públicas, contribuindo para uma melhor avaliação dos riscos fiscais e para a tomada de decisões fundamentadas.

Estas iniciativas demonstram o compromisso firme do Estado de Cabo Verde com a boa governação, a prudência fiscal e a modernização do setor público empresarial, em linha com as melhores práticas internacionais.

RENTABILIDADE

A rentabilidade das empresas integradas no SPE é avaliada com base num conjunto criterioso de indicadores financeiros que visam aferir a eficiência operacional, o retorno sobre o capital investido e a capacidade de geração de lucros, tanto com base nos ativos como no capital próprio.

O presente relatório analisa os principais rácios de rentabilidade, nomeadamente a Margem Operacional, a Margem EBITDA, a Margem Líquida, o *Return on Assets* (ROA) e o *Return on Equity* (ROE), refletindo uma melhoria generalizada dos indicadores financeiros durante o período em análise.

Tendo em conta que o resultado líquido foi positivo, registaram-se evoluções favoráveis nas variações homólogas dos indicadores de rentabilidade. A Margem Operacional, que mede a eficiência da atividade principal das empresas ao comparar receitas operacionais com os respetivos custos, registou um aumento de 4,59 p.p., atingindo os 8,86%.

A Margem EBITDA – indicador da capacidade de geração de resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – registou igualmente uma evolução positiva, com um acréscimo de 2,96 p.p., fixando-se nos 20,56%.

No que respeita à Margem Líquida, que avalia a proporção do lucro gerado por cada unidade de receita, observou-se um crescimento de 3,48 p.p., alcançando os 0,71%.

Paralelamente, o ROA que relaciona o lucro líquido com o total de ativos e permite aferir a eficiência na utilização dos recursos disponíveis, evidenciou uma melhoria de 1,10 p.p., fixando-se em 0,21% em 2023.

O ROE, indicador do retorno para os acionistas, registou igualmente um crescimento expressivo de 13,10 p.p. face ao período homólogo, atingindo os 2,81% no mesmo ano.

Estes resultados confirmam a melhoria da performance financeira e operacional das empresas do SPE, evidenciando uma trajetória de crescente eficiência, sustentabilidade e criação de valor. Esta evolução é particularmente relevante para o reforço da estabilidade macroeconómica do setor público empresarial e para a sua credibilidade junto de parceiros institucionais, nacionais e internacionais.

Tabela 14: Evolução dos indicadores de rentabilidade das empresas do SPE, de 2021 a 2023 (em %)

Indicadores de Rentabilidade (%)	2021	2022	PAO_2023	2023
Margem operacional	-6,36%	4,28%	3,61%	8,86%
Margem EBITDA	11,53%	17,61%	16,44%	20,56%
Margem líquida	-13,77%	-2,77%	-5,17%	0,71%
ROA	-3,42%	-0,88%	-1,56%	0,21%
ROE	-37,43%	-10,30%	-14,97%	2,81%

LIQUIDEZ

Os rácios de liquidez assumem um papel crucial na avaliação da capacidade das empresas do SPE em satisfazer, de forma atempada e eficaz, os seus compromissos financeiros perante os diversos *stakeholders*. Neste relatório, procedeu-se à análise da liquidez geral, da liquidez corrente e da evolução do fundo de maneiio, com o objetivo de proporcionar uma visão abrangente da resiliência e sustentabilidade financeira do setor.

Em 2023, o fundo de maneiio apresentou um saldo negativo de 6.661.746 mECV, o que representa uma deterioração de 93,37% face ao período homólogo. Este desempenho ficou consideravelmente aquém do montante orçamentado para o exercício, registando-se uma diferença negativa de 5.433.538 mECV. Tal variação evidencia fragilidades na gestão do equilíbrio entre os ativos e os passivos de curto prazo.

Contudo, o rácio de liquidez geral manteve-se acima da unidade, em consonância com o observado no ano anterior, refletindo uma estrutura financeira que, em termos agregados, continua a dispor de recursos suficientes para fazer face às responsabilidades de médio e longo prazo. Ainda assim, verificou-se um ligeiro agravamento de 1,15 p.p. em relação a 2022, o que requer monitorização atenta.

Por outro lado, o rácio de liquidez corrente situou-se abaixo da unidade, registando uma diminuição de 5,82 p.p. face ao período homólogo. Este indicador revela uma limitação significativa na capacidade do SPE para cumprir, no imediato, com as suas obrigações financeiras, o que reforça a urgência de uma gestão mais eficiente dos ativos e passivos circulantes.

Os resultados obtidos sublinham a importância de medidas estruturais que reforcem a solidez financeira do SPE, nomeadamente ao nível da gestão do fundo de maneiio e da liquidez corrente.

Tabela 15: Evolução dos indicadores de liquidez das empresas do SPE (em mECV e %)

Indicadores de Liquidez	2021	2022	PAO_2023	2023
Fundo de maneiio (mECV)	-3 768 176	-3 445 008	-1 228 209	-6 661 746
Liquidez geral	1,1	1,09	1,12	1,08
Liquidez corrente	0,92	0,93	0,97	0,87

ENDIVIDAMENTO E SOLVABILIDADE

Os rácios de endividamento e solvência constituem instrumentos analíticos essenciais para aferir, de forma rigorosa, o grau de exposição financeira das empresas do SPE, tanto numa perspetiva individual como ao nível consolidado. Neste relatório, a análise incide sobre quatro indicadores-chave: o rácio de endividamento geral e o rácio de endividamento corrente.

Em 2023, o rácio de endividamento geral revelou que os passivos representavam 92,40% do total dos ativos do SPE, evidenciando um ligeiro agravamento de 0,97 p.p. face ao período homólogo. Esta evolução aponta para uma elevada dependência de financiamento externo, o que requer uma gestão prudente da estrutura de capital.

No que respeita ao endividamento corrente, registou-se um aumento significativo de 7,16 p.p. face a 2022, fixando-se nos 114,47%. Este valor sugere que as obrigações de curto prazo ultrapassam os ativos circulantes, constituindo um sinal de alerta para a liquidez operacional do setor.

Não obstante estas pressões financeiras, importa sublinhar que as empresas do SPE operam em setores estratégicos cruciais para o desenvolvimento de Cabo Verde, nomeadamente energia, abastecimento de água, telecomunicações, finanças, saúde e imobiliário. A sua intervenção é indispensável para assegurar o bem-estar das populações, assegurar o acesso a serviços públicos essenciais e promover a coesão territorial e social.

Por conseguinte, a análise do endividamento no SPE deve ser enquadrada numa perspetiva multidimensional, que vá além da leitura estritamente económico-financeira. A relevância estrutural e o impacto socioeconómico destas entidades exigem uma abordagem equilibrada e criteriosa, que articule a sustentabilidade financeira com a prossecução do interesse público e com a salvaguarda da estabilidade macroeconómica do país.

Tabela 16: Evolução dos indicadores de endividamento e solvabilidade das empresas do SPE (em %)

Indicadores de Endividamento/Solvabilidade	2021	2022	PAO_2023	2023
Endividamento geral	91,0%	91,4%	89,6%	92,4%
Endividamento corrente	109,0%	107,3%	102,6%	114,5%
Passivo/Capital próprio	9,94	10,66	8,59	12,15
Passivo/EBITDA	31,72	16,29	18,06	15,00

Para além da análise dos indicadores financeiros previamente apresentados, procedeu-se à avaliação do nível de risco das empresas do SPE, com recurso à ferramenta SOE *Health Check Tool* do FMI, cujos resultados se encontram detalhados no Anexo 4 - Risco por Empresa do SPE.

Esta análise evidenciou que o risco associado às empresas do SPE está fortemente correlacionado com a evolução dos respetivos passivos contingentes, refletindo uma interdependência crítica entre o risco financeiro individual das empresas e o risco fiscal agregado suportado pelo Estado de Cabo Verde. Esta relação sublinha a necessidade de uma monitorização permanente e de uma gestão de riscos rigorosa, como forma de salvaguardar a estabilidade financeira do setor e contribuir para a sustentabilidade das finanças públicas.

Em termos globais, o perfil de risco do SPE apresentou uma evolução favorável no ano de 2023. De um total de 33 empresas analisadas, 12,1% foram classificadas como de baixo risco (*low risk*), 33,3% como de risco moderado (*moderate risk*), 33,3%

como de risco elevado (*high risk*) e 21,2% com um perfil de risco muito elevado (*very high risk*).

Comparativamente ao período homólogo, observou-se uma melhoria na classificação de risco de sete empresas: três transitaram de *very high risk* para *high risk*, três passaram de *high risk* para *moderate risk*, e uma registou uma melhoria de *moderate risk* para *low risk*. No entanto, verificaram-se igualmente deteriorações em sete outras empresas: uma foi reclassificada de *high risk* para *very high risk*, três passaram de *moderate risk* para *high risk*, e três de *low risk* para *moderate risk*.

Esta evolução reforça a importância de uma abordagem preventiva e sistemática à gestão do risco no setor empresarial do Estado. A existência de passivos contingentes com potencial impacto nas finanças públicas torna imperativo o reforço dos mecanismos de governação, transparência e controlo, de forma a mitigar os riscos de incumprimento e a assegurar a resiliência orçamental do país.



5

DESEMPENHO ECONÓMICO E
FINANCEIRO DAS 6 MAIORES
EMPRESAS DO SPE

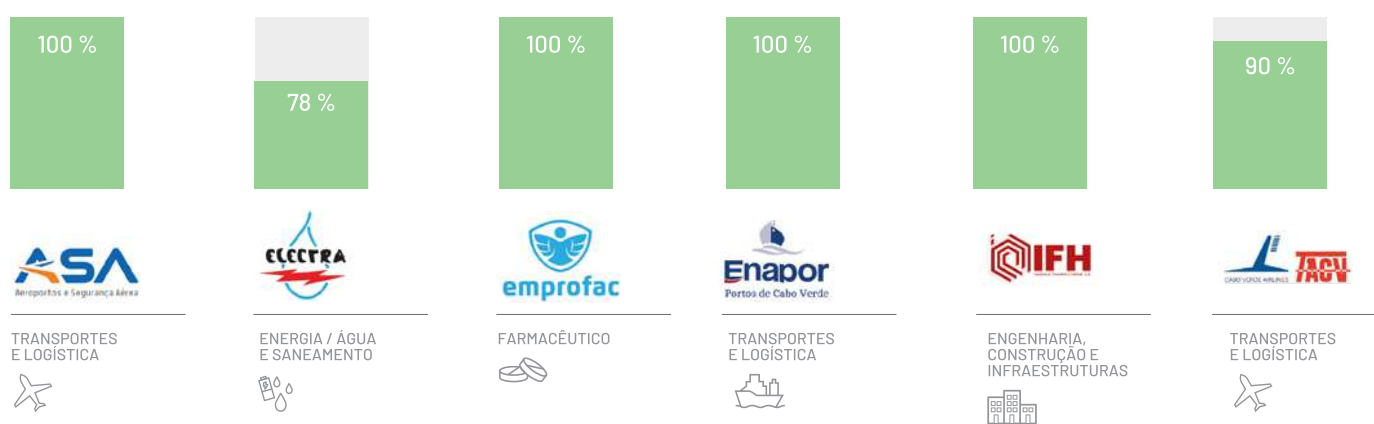
No universo das 33 empresas que integram o SPE, foram selecionadas, com base em critérios previamente definidos, as seis entidades com maior relevância e impacto nos resultados globais do setor. Esta seleção visa permitir uma análise individualizada, detalhando a forma como cada uma destas empresas contribuiu para o desempenho consolidado do SPE, bem como o nível de risco que representaram no contexto do portefólio empresarial do Estado de Cabo Verde.

As empresas selecionadas, dada a sua dimensão, peso económico, exposição ao risco e relevância estratégica, exercem

uma influência determinante na sustentabilidade financeira e na estabilidade operacional do setor. A sua avaliação individual permite identificar com maior precisão os fatores que impulsionam ou condicionam o desempenho agregado, sendo essencial para o desenho de políticas públicas informadas e orientadas para resultados.

As seis empresas selecionadas, conforme os critérios de materialidade, risco e impacto fiscal, são as seguintes:

Figura 14: Seis maiores empresas do SPE e respetiva participação do social do Estado (%)



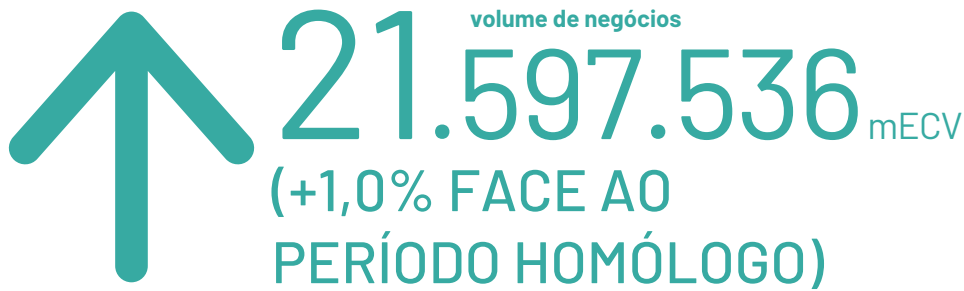
A presente avaliação incidirá sobre o desempenho económico e financeiro das seis principais empresas do SPE, com base em indicadores contabilísticos fundamentais, nomeadamente o VN, o VA, o EBITDA, o EBIT e o Resultado Líquido.

Complementarmente, será realizada uma análise aprofundada do perfil de risco das empresas, através da avaliação de indicadores-chave de rentabilidade, liquidez e endividamento/solvabilidade. Esta abordagem será conduzida em conformidade com as diretrizes metodológicas da ferramenta SOE Health Check Tool do FMI, assegurando uma avaliação alinhada com as melhores práticas internacionais.

Esta análise integrada tem como objetivo fornecer uma base técnica sólida para a formulação de políticas públicas eficazes, garantindo o reforço da sustentabilidade financeira, a mitigação de riscos fiscais e a valorização do papel estratégico das empresas públicas no desenvolvimento económico e social do país.

Tabela 17: Peso das 6 maiores empresas no SPE (em mECV e %)

Descrição	2021		2022		PAO_2023		2023	
	mECV	%	mECV	%	mECV	%	mECV	%
Volume de negócios	18 988 818	61,8%	26 337 707	63,5%	28 885 335	74,2%	26 597 536	68,4%
Valor acrescentado bruto	4 071 658	51,2%	6 985 154	54,9%	7 594 564	63,7%	7 895 527	57,7%
EBITDA	147 470	4,2%	3 332 651	45,6%	3 632 433	56,8%	4 429 071	55,4%
EBIT	-2 702 404	138,1%	672 624	37,9%	743 363	52,9%	2 273 100	65,9%
Resultado líquido	-3 600 231	85,1%	-861 669	75,0%	-1 177 056	58,5%	405 130	146,2%
Ativo	60 310 332	48,7%	62 628 859	48,1%	61 259 838	47,5%	63 976 097	49,3%
Passivo	61 449 222	54,7%	63 342 251	53,3%	60 899 295	52,7%	64 187 002	53,5%
Capital próprio	-1 138 890	-10,1%	-713 392	-6,4%	360 543	2,7%	-210 904	-2,1%



Em 2023, as seis principais empresas do SPE registaram um desempenho económico-financeiro de elevada relevância, tendo contribuído de forma significativa para os resultados consolidados do setor. Estas entidades representaram 68,4% do VN, 57,7% do VAB e foram responsáveis por 146,2% da formação do Resultado Líquido do conjunto do SPE, o que evidencia o seu peso estrutural e a sua capacidade de influenciar diretamente a saúde financeira do setor.

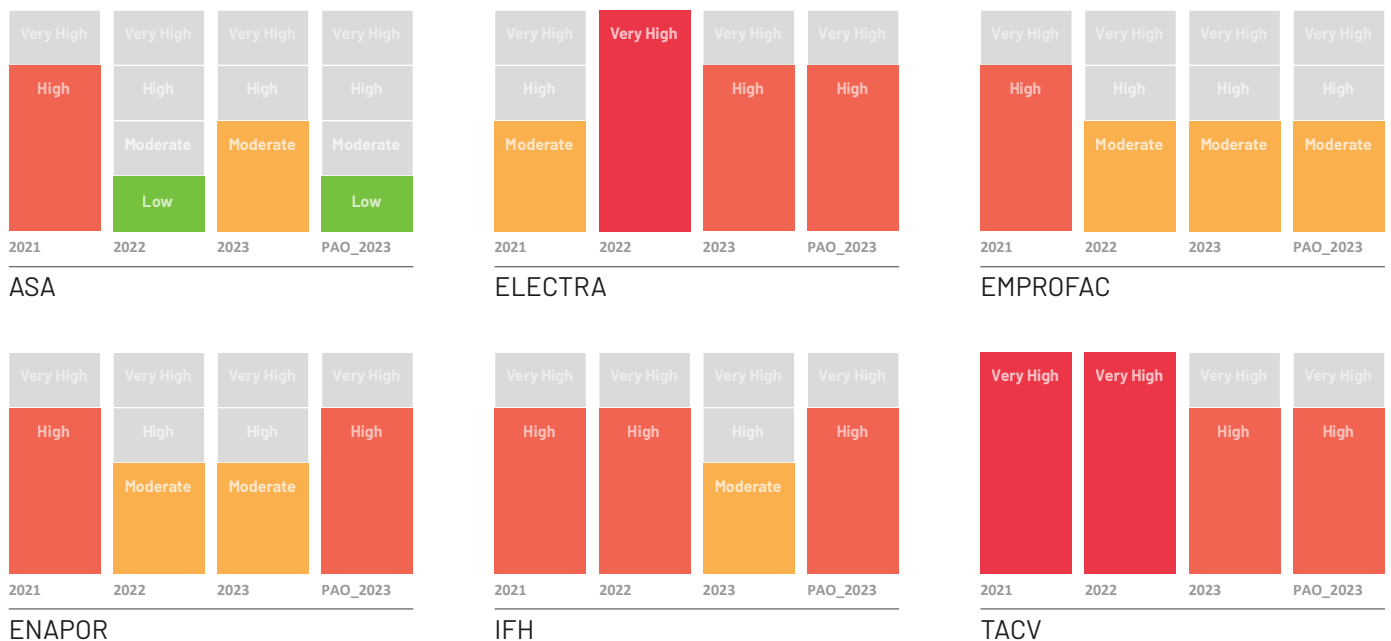
O VN agregado destas seis empresas ascendeu a 21.597.536 mECV, o que corresponde a um crescimento de 1,0% face ao período homólogo. A nível individual, destacaram-se positivamente a IFH e a TACV, com aumentos expressivos no VN, respetivamente de 63,1% e 66,7%. Em sentido inverso, ASA, ELECTRA, EMPROFAC e ENAPOR registaram quebras, com variações negativas de 10,6%, 3,0%, 1,0% e 7,0%, respetivamente.

No que respeita à estrutura patrimonial, estas seis empresas concentravam 49,3% do total do ativo do SPE, assumindo

53,5% do passivo global. Contudo, apresentavam um capital próprio agregado negativo de 210.904 mECV, o que reflete desequilíbrios financeiros relevantes. Particularmente, a TACV e a ELECTRA destacaram-se pelo impacto negativo mais acentuado, contribuindo com um capital próprio negativo acumulado de aproximadamente 20.066.937 mECV.

Quanto à avaliação de risco, com base na metodologia da SOE Health Check Tool do FMI, observou-se uma evolução positiva no perfil de risco de três das seis empresas analisadas: duas transitaram da categoria de *very high risk* para *high risk*, e uma evoluiu de *high risk* para *moderate risk*. Em contrapartida, uma empresa registou um agravamento, passando de *low risk* para *moderate risk*. As restantes duas mantiveram a sua classificação de risco inalterada face ao período homólogo, conforme ilustrado na figura abaixo.

Figura 15: Risco das 6 maiores empresas do SPE, 2021, 2022, 2023 e PAO2023



Estes resultados sublinham a importância de uma gestão estratégica e diferenciada para as empresas com maior impacto no setor, visando o reforço da sua sustentabilidade financeira, a mitigação do risco fiscal e a consolidação da sua relevância nos objetivos de desenvolvimento económico e social de Cabo Verde.



ASA

EMPRESA NACIONAL DE
AEROPORTOS
E SEGURANÇA AÉREA, S.A.

A Empresa Nacional de ASA, constituída sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integra o setor dos transportes e é detida a 100% pelo Estado de Cabo Verde. Até ao primeiro semestre de 2023, a ASA desenvolvia a sua atividade em dois segmentos principais: a gestão aeroportuária e a prestação de serviços de navegação aérea.

Contudo, na sequência da retirada da concessão do serviço público aeroportuário, ocorrida em julho de 2023, a ASA passou a concentrar a sua atividade económica exclusivamente na área da Navegação Aérea. Neste domínio,

assumem particular relevância as operações do Centro de Controlo Oceânico, situado na ilha do Sal, bem como a coordenação da alocação de slots nos aeroportos nacionais.

Neste contexto, a análise dos indicadores económicos e financeiros relativos ao exercício de 2023, face ao período homólogo, deve necessariamente considerar o impacto estrutural resultante da reorganização da sua atividade, nomeadamente a cessação da componente aeroportuária, com efeitos a partir do segundo semestre do referido ano.



A gestão da Empresa, no período em análise, encontrava-se composta por um Conselho de Administração (CA), com os seguintes membros:

PRESIDENTE:
Moisés Monteiro

ADMINISTRADOR/A EXECUTIVO/A:
Amado Alcântara Leitão Brito
Karine Helena Dias Lopes

SUPLENTE:
Carla Letícia Ramos Gomes

Tabela 18: Desempenho económico e financeiro da ASA, de 2021 e 2023 (em mECV e %)

Descrição	2021	2022	PAO_2023	2023
Volume de negócios	2 657 901	5 566 722	6 339 908	4 976 357
Var. %	8,4%	109,4%	13,9%	-10,6%
Tx. Realização				78,5%
% PIB	1,4%	2,3%	2,4%	1,9%
Valor acrescentado bruto	1 428 931	4 511 856	4 755 977	4 154 170
Var. %	57,5%	215,8%	5,4%	-7,9%
Tx. Realização				87,3%
% PIB	0,7%	1,9%	1,8%	1,6%
EBITDA	358 874	3 277 126	3 436 867	3 224 295
Var. %	146,6%	813,2%	4,9%	-1,6%
Tx. Realização				93,8%
% PIB	0,2%	1,4%	1,3%	1,2%
EBIT	-888 896	2 045 509	2 155 538	2 504 601
Var. %	54,3%	330,1%	5,4%	22,4%
Tx. Realização				116,2%
% PIB	-0,5%	0,8%	0,8%	0,9%
Resultado líquido	-928 919	1 535 680	1 400 363	1 890 565
Var. %	47,6%	265,3%	-8,8%	23,1%
Tx. Realização				135,0%
% PIB	-0,5%	0,6%	0,5%	0,7%
Ativo	18 884 313	19 619 376	18 584 349	20 600 597
Var. %	-7,4%	3,9%	-5,3%	5,0%
Tx. Realização				110,8%
% PIB	9,8%	8,1%	7,0%	7,8%
Passivo	8 587 792	7 787 176	6 194 331	7 645 672
Var. %	-6,4%	-9,3%	-20,5%	-1,8%
Tx. Realização				123,4%
% PIB	4,5%	3,2%	2,3%	2,9%
Capital próprio	10 296 521	11 832 201	12 390 018	12 954 925
Var. %	-8,3%	14,9%	4,7%	9,5%
Tx. Realização				104,6%
% PIB	5,4%	4,9%	4,7%	4,9%

No decurso do ano de 2023, a ASA implementou uma nova estrutura organizativa, acompanhada de uma profunda reformulação dos seus processos internos, com o objetivo de estabelecer uma nova dinâmica e cultura organizacional centrada, de forma exclusiva, nos serviços de Navegação Aérea e na coordenação de slots.

Apesar do contexto de instabilidade económica global, o setor da aviação civil manteve-se resiliente. Na Região de Informação de Voo (FIR) Oceânica do Sal, registou-se uma trajetória sustentada de recuperação, tendo-se contabilizado um total de 56 mil sobrevoos durante o ano de 2023 - um acréscimo de 15% (+7 mil sobrevoos) em relação ao ano anterior.

Entre 2019 e 2023, a ASA concretizou um volume de investimentos na ordem dos 2.100.000 mECV, dos quais cerca de 64% foram aplicados em infraestruturas aeroportuárias. No mesmo período, os investimentos direcionados à Navegação Aérea totalizaram aproximadamente 550.000 mECV. No exercício de 2023, destaca-se que 52% do investimento total foi alocado aos serviços de Navegação Aérea, 34% à gestão de aeródromos e 5% às instalações da Sede da Empresa.

Em consequência da retirada da concessão da gestão aeroportuária, ocorrida a 24 de julho de 2023, a empresa registou um VN de 4.979.357 mECV no ano de 2023, traduzindo-se numa redução homóloga de 10,6%. Ainda assim, os rendimentos provenientes da Taxa de Rota apresentaram um crescimento significativo de 13,5%, correspondente a 343.034 mECV, face a 2022. A Taxa

Nacional de Circulação (TNC) também evidenciou um desempenho positivo, com um aumento de 7,5%, equivalente a 8.920 mECV, relativamente ao período homólogo.

Importa sublinhar que, até 2023, os rendimentos da coordenação de slots não eram registados de forma autónoma, encontrando-se incluídos nas receitas associadas à taxa de aterragem/descolagem integrada na gestão aeroportuária.

A cessação da concessão da gestão aeroportuária produziu ainda efeitos substanciais nas principais rubricas de gastos operacionais da empresa, refletindo-se em reduções significativas, nomeadamente:

- Fornecimentos e Serviços Externos, com o fim dos encargos relacionados com o funcionamento e manutenção dos aeroportos e aeródromos nacionais;
- Gastos com Pessoal, decorrentes da transferência de um número expressivo de colaboradores para a nova entidade concessionária.

Neste novo enquadramento, o VAB situou-se em 4.154.170 mECV, representando uma diminuição homóloga de 7,9% e uma taxa de realização de 87,3%.

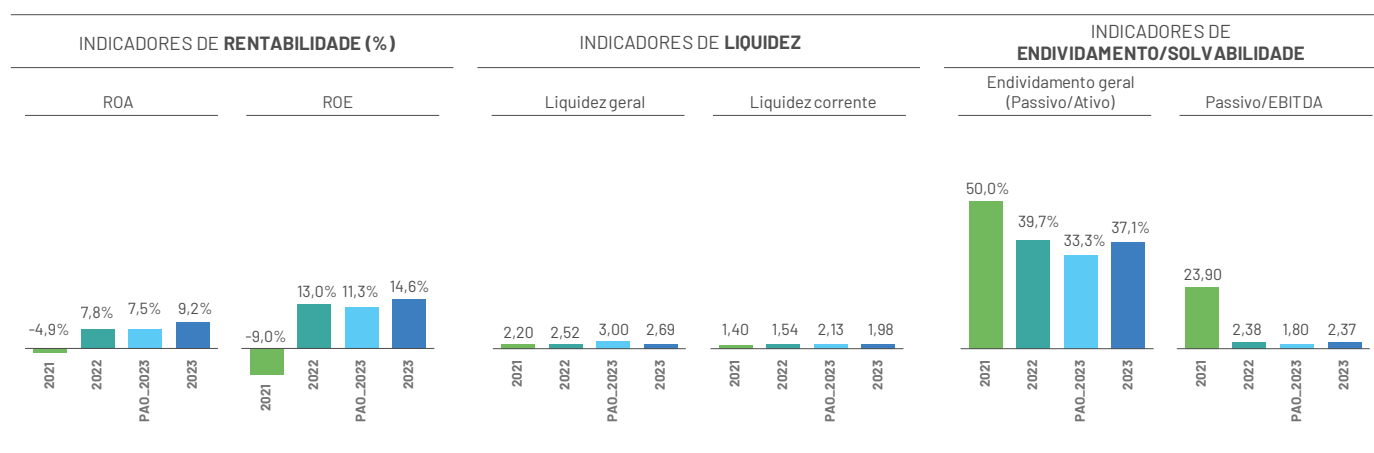
No plano operacional, registaram-se os seguintes resultados:

- EBITDA: 3.224.295 mECV, com uma ligeira redução de 1,6% face a 2022. No entanto, a margem EBITDA melhorou, passando de 55% para 60%;
- EBIT: 2.504.601 mECV, correspondente a uma variação homóloga positiva de 22,4%;
- Resultado Líquido: 1.890.565 mECV, refletindo um crescimento de 23,1% em relação ao ano anterior, com uma taxa de realização de 135,0%.

Em termos de geração de caixa, a ASA obteve um cash flow operacional positivo de cerca de 3.400.000 mECV em 2023, evidenciando um crescimento face ao exercício anterior e uma tendência de consolidação sustentável.

Quanto à estrutura patrimonial, a empresa registou uma variação homóloga positiva de 5,0% no Ativo, atingindo o montante global de 20.600.597 mECV. Simultaneamente, observou-se uma redução de 1,8% no Passivo, que se fixou em 7.645.672 mECV. O Capital Próprio aumentou 9,5% face a 2022, totalizando 12.954.925 mECV.

Tabela 19: Evolução dos rácios da ASA, entre 2021 e 2023



Em 2023, os principais indicadores de rentabilidade da ASA – nomeadamente o ROA e o ROE – registaram desempenhos positivos, com melhorias assinaláveis face ao ano anterior. O ROA fixou-se em 9,2%, traduzindo um acréscimo de 1,35 p.p. em relação a 2022. Por sua vez, o ROE alcançou 14,6%, o que representa uma melhoria de 1,61 p.p. face ao exercício anterior, refletindo uma gestão eficiente dos recursos e do capital próprio da empresa.

No domínio da liquidez, observaram-se também progressos significativos. A liquidez geral situou-se em 2,7 unidades e a liquidez corrente em 2,0 unidades, indicadores que evidenciam uma maior solidez financeira e uma capacidade reforçada da ASA para fazer face aos seus compromissos de curto prazo e de longo prazo, em comparação com os valores registados no período homólogo.

Relativamente ao endividamento, a ASA manteve um perfil conservador, com um rácio de endividamento geral de 37,1% em 2023. Este valor representa um ligeiro agravamento de 0,03 p.p. face ao ano anterior, mas continua a refletir uma estrutura financeira equilibrada e sustentável.

Não obstante a evolução positiva dos indicadores operacionais e financeiros, a classificação do risco global da empresa registou um ajustamento, passando de um perfil de *low risk* em 2022 para um perfil de *moderate risk* em 2023. Este reposicionamento decorre essencialmente da reconfiguração estrutural da ASA, no seguimento da cessação da concessão do serviço público aeroportuário, exigindo um período de adaptação e estabilização no novo modelo de negócio centrado exclusivamente nos serviços de navegação aérea.



ELECTRA

EMPRESA DE ELECTRICIDADE
E ÁGUA, S.A.

A ELECTRA, é uma sociedade sob a forma jurídica de S.A., pertencente ao setor de atividade da energia & água e é detida em 78% pelo Estado de Cabo Verde.

Tem como principais atividades a produção e distribuição de eletricidade e água pelas ilhas de Cabo Verde.



A gestão da Empresa é atribuída a um Conselho de Administração (CA) composto por:

PRESIDENTE:
Luís Manuel Barbosa Teixeira

ADMINISTRADOR/A EXECUTIVO/A:
Manuel Jesus Silva
Neusa Margarida Lima Ferreira Delgado
Francisco Amaro Pina Monteiro

ADMINISTRADOR/A NÃO EXECUTIVO/A:
Delmira Helena Almeida Sousa
Veiga

No exercício de 2023, a produção total de eletricidade ascendeu a 572,9 GWh, registando-se uma distribuição por fonte como segue: 81,6% de origem térmica, 13,4% eólica e 5,0% solar. Este volume representa um acréscimo de 30,1 GWh, correspondente a um crescimento de 5,6% face ao período homólogo.

Do total de energia produzida, 90,4% foi injetada na rede de distribuição, 1,9% foi consumida no próprio processo de produção e os restantes 7,7% foram afetos a outras atividades; dessalinização (6,9%) e bombagem de água (0,9%).

No que respeita à produção de água, atingiu-se um volume de 10.371.017 m³, dos quais 99,5% foram canalizados para a rede de distribuição, sendo os restantes 0,5% utilizados internamente.

A nível económico-financeiro, a ELECTRA registou um VN de 12.963.220 mECV, traduzindo-se numa variação negativa de 3,0% face ao ano anterior e correspondendo a uma taxa de realização de 94,4%. Esta redução está essencialmente associada à diminuição dos custos dos combustíveis, com reflexo direto na descida dos preços de venda no mercado grossista.

Em contraste, o VAB registou um expressivo crescimento homólogo de 104,1%, situando-se em 1.212.679 mECV, resultado positivo também influenciado pela redução dos custos com combustíveis.

O desempenho operacional da empresa evidenciou melhorias significativas, refletidas no crescimento do EBITDA em 128,9%, atingindo os 931.818 mECV. De igual modo, o EBIT registou um aumento de 133,1%, alcançando 160.123 mECV.

Relativamente ao resultado líquido, verificou-se uma melhoria homóloga de 70,3%. No entanto, à semelhança do ano anterior, o resultado manteve-se negativo, cifrando-se em -231.941 mECV. Importa destacar que este resultado foi significativamente impactado pelo reconhecimento de perdas da subsidiária Electra Sul, no montante de 785.081 mECV negativos, contabilizadas ao abrigo do Método da Equivalência Patrimonial (MEP), por via de imparidades e outras perdas registadas.

Tabela 20: Desempenho económico e financeiro da ELECTRA, de 2021 a 2023 (em mECV)

Descrição	2021	2022	PAO_2023	2023
Volume de negócios	10 391 336	13 363 030	13 725 554	12 963 220
Var. %	22,4%	28,6%	2,7%	-3,0%
Tx. Realização				94,4%
%PIB	5,4%	5,5%	5,2%	4,9%
Valor acrescentado bruto	55 593	594 110	168 518	1 212 679
Var. %	-95,5%	968,7%	-71,6%	104,1%
Tx. Realização				719,6%
%PIB	0,0%	0,2%	0,1%	0,5%
EBITDA	21 611	407 107	-15 386	931 818
Var. %	-97,7%	1783,8%	-103,8%	128,9%
Tx. Realização				-6056,3%
%PIB	0,0%	0,2%	0,0%	0,4%
EBIT	-1 043 559	-484 206	-915 739	160 123
Var. %	-378,0%	53,6%	-89,1%	133,1%
Tx. Realização				-17,5%
%PIB	-0,5%	-0,2%	-0,3%	0,1%
Resultado líquido	-1 338 082	-781 545	-1 215 907	-231 941
Var. %	-164,7%	41,6%	-55,6%	70,3%
Tx. Realização				19,1%
%PIB	-0,7%	-0,3%	-0,5%	-0,1%
Ativo	18 710 582	20 149 366	19 469 273	20 340 980
Var. %	-3,9%	7,7%	-3,4%	1,0%
Tx. Realização				104,5%
%PIB	9,7%	8,3%	7,4%	7,7%
Passivo	25 075 358	27 295 684	28 309 785	27 719 240
Var. %	2,3%	8,9%	3,7%	1,6%
Tx. Realização				97,9%
%PIB	13,0%	11,3%	10,7%	10,5%
Capital próprio	-6 364 776	-7 146 318	-8 840 512	-7 378 260
Var. %	-26,6%	-12,3%	-23,7%	-3,2%
Tx. Realização				83,5%
%PIB	-3,3%	-3,0%	-3,4%	-2,8%

A melhoria registada no resultado líquido foi, em parte, sustentada pela aplicação da tarifa de eletricidade fixada em 3,01 ECV/kWh a partir de 1 de janeiro de 2023, destinada à recuperação do défice tarifário acumulado entre outubro de 2021 e dezembro de 2022, num montante de 1.991.774 mECV, a ser amortizado num período de dois anos.

No que concerne à estrutura do balanço, o ativo total registou um crescimento de 1,0%, atingindo 20.340.980 mECV, com uma taxa de realização de 104,5%. Esta evolução positiva deve-se, em grande medida, ao aumento dos saldos de clientes intra-grupo e da AEB.

O ativo não corrente apresentou uma redução de 2,0% face ao ano anterior, refletindo sobretudo a diminuição de 11% na rubrica “equipamento básico” e de 4% nos “ativos intangíveis”. Em contrapartida, o ativo corrente cresceu 5,0%, impulsionado pelo aumento expressivo de 544% nos “adiantamentos a fornecedores”.

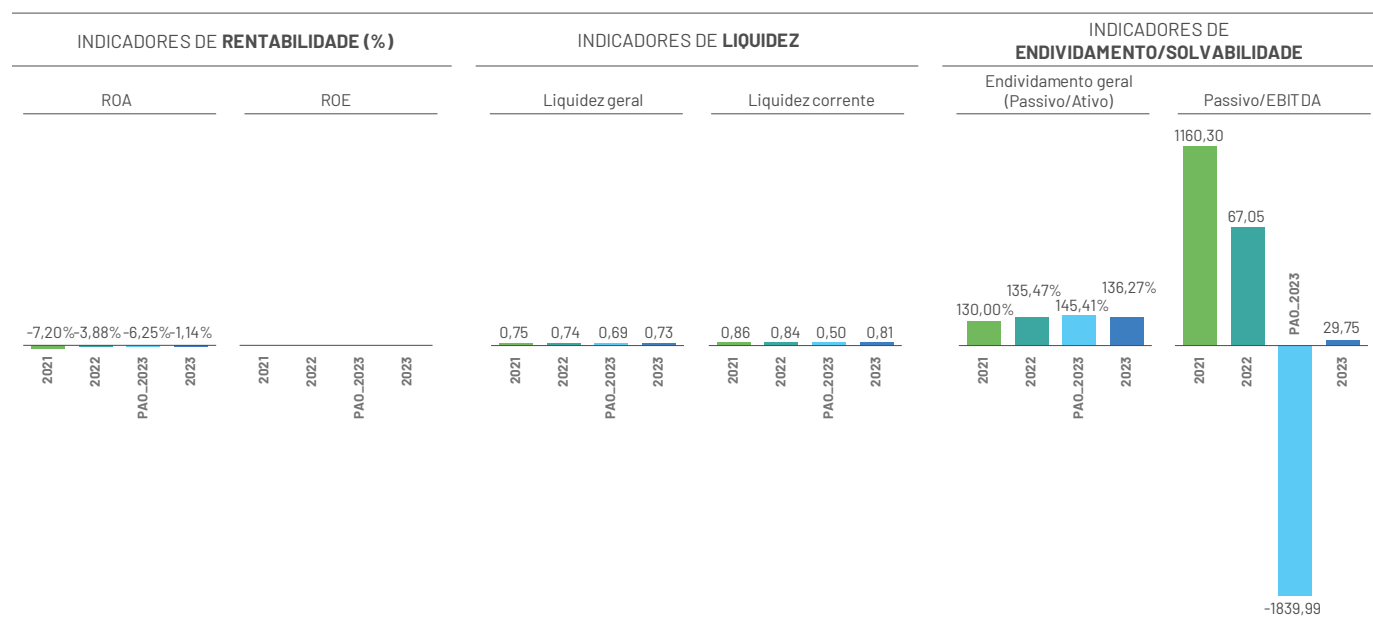
O passivo totalizou 27.719.240 mECV, representando um aumento de 1,6% e uma taxa de realização de 97,9%. Este é maioritariamente constituído por:

- Empréstimos retrocedidos pelo Estado de Cabo Verde: 14.139.625 mECV;
- Empréstimos obrigacionistas (Séries C, E e F): 4.506.575 mECV;
- Dívidas fiscais ao Estado de Cabo Verde: 2.304.027 mECV;
- Saldos credores da Electra Norte: 1.067.376 mECV.

O passivo não corrente registou uma redução de 3,0%, atribuída principalmente à diminuição na rubrica “financiamentos obtidos”. Por outro lado, o passivo corrente aumentou 9,0%, impulsionado por crescimentos de 41,0% em “financiamentos obtidos” e de 20,0% na rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”.

O capital próprio apresentou uma deterioração de 3,2%, situando-se em 7.378.260 mECV negativos. Esta variação é justificada, essencialmente, pelo reconhecimento das perdas da associada Electra Sul e pelos prejuízos de 2022 refletidos nos resultados transitados.

Tabela 21: Evolução dos Rácios da ELECTRA, entre 2021 e 2023 (em %)



Em termos de indicadores, o ROA registou uma melhoria assinalável de 2,74 p.p., face ao período homólogo, situando-se em -1,14%. Embora se mantenha ainda em terreno negativo, esta evolução traduz um sinal positivo de recuperação da eficiência na utilização dos ativos da empresa.

No entanto, à semelhança dos anos anteriores, a empresa não apresentou capital próprio positivo, não sendo, por conseguinte, possível apurar o ROE para o exercício em análise.

No que diz respeito aos rácios de liquidez, estes mantiveram-se aquém dos níveis mínimos recomendados, refletindo desafios na capacidade de resposta às obrigações financeiras de curto, médio e longo prazo. A liquidez geral fixou-se em 0,73 unidades e a liquidez corrente em 0,81 unidades, valores que exigem atenção e reforço no âmbito da estratégia de equilíbrio financeiro.

Importa, contudo, sublinhar um progresso relevante ao nível da avaliação de risco. A classificação global de risco atribuída à ELECTRA registou uma melhoria significativa, evoluindo de uma posição de *very high risk* em 2022 para *high risk* em 2023.

Esta melhoria demonstra o impacto positivo das medidas já implementadas no âmbito da reestruturação organizacional e financeira da empresa.

Neste enquadramento, a ELECTRA prossegue o seu processo de reestruturação e privatização, em alinhamento com as prioridades estratégicas nacionais para o setor. Está ainda prevista a possibilidade de intervenção direta do Estado de Cabo Verde em fases subsequentes, como instrumento de mitigação do risco fiscal e de suporte à estabilidade financeira da empresa. Estas ações visam garantir a sustentabilidade a médio prazo, reforçando a confiança dos investidores e parceiros institucionais.



EMPROFAC

EMPROFAC - EMPRESA NACIONAL DE
PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SARL

A EMPROFAC, sociedade sob a forma jurídica de SARL, pertence ao setor farmacêutico, sendo detida em 100% pelo Estado de Cabo Verde. Tem como missão assegurar o abastecimento do mercado em medicamentos de forma contínua e efetiva, garantindo a sua qualidade e disponibilidade permanente em todo o território.



A gestão da Empresa é feita por um Conselho de Administração (CA) composto pelos seguintes membros:

PRESIDENTE:

João Pedro Lima Lopes Spencer

ADMINISTRADOR/A EXECUTIVO/A:

Evelyze Semedo
Sara Pereira

SUPLENTE:

Ana Filomena da Cruz

No exercício de 2023, a empresa registou um VN de 2.096.558 mECV, refletindo uma ligeira variação negativa de 1,0% face ao período homólogo e correspondendo a 88,0% da previsão orçamental. Este desempenho foi influenciado, em grande medida, pela perda do monopólio na comercialização de medicamentos, com particular impacto nas vendas de produtos de fabrico nacional.

A estrutura de clientes manteve-se estável, com as farmácias a representarem aproximadamente 66,0% do total das vendas, seguidas dos hospitais, com uma quota de 15,0%.

Ao nível dos gastos operacionais, os Gastos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (GMVMC) totalizaram 1.644.978 mECV, o que representa uma redução de 3,0% face a 2022 e corresponde a 78,5% do total das vendas. Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram igualmente uma ligeira diminuição de 0,5%, atingindo 90.523 mECV. Em contraste, os Gastos com Pessoal registaram um acréscimo de 5,33%, totalizando 128.477 mECV. A rubrica "Outros Gastos" apresentou um aumento expressivo de 404,1%, impulsionado, sobretudo, pelas ofertas destinadas a hospitais e outras entidades, que ascenderam a 107.966 mECV.

As compras globais de mercadorias registaram uma redução de 14,0% face ao ano anterior, essencialmente devido à diminuição das aquisições de produtos nacionais. Em 2023, os produtos importados representaram 83,0% das compras totais, enquanto os produtos nacionais corresponderam a apenas 17,0%. Esta tendência refletiu-se também na estrutura das vendas: os produtos importados corresponderam a 84,0% do total, com um volume de 1.758.448 mECV, enquanto os produtos nacionais representaram 16,0%, totalizando 438.714 mECV.

Como consequência do recuo no VN, o VAB apresentou também uma variação negativa de 3,6%, atingindo 388.149 mECV, o que equivale a 89,7% da previsão orçamental.

Tabela 22: Desempenho económico e financeiro da EMPROFAC, de 2021 a 2023 (em mECV e %)

Descrição	2021	2022	PAO_2023	2023
Volume de negócios	2 106 923	2 118 664	2 381 264	2 096 558
Var. %	-17,0%	0,6%	12,4%	-1,0%
Tx. Realização				88,0%
%PIB	1,1%	0,9%	0,9%	0,8%
Valor acrescentado bruto	407 089	402 677	432 715	388 149
Var. %	-15,0%	-1,1%	7,5%	-3,6%
Tx. Realização				89,7%
%PIB	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%
EBITDA	-47 369	190 139	238 212	231 134
Var. %	-123,5%	501,4%	25,3%	21,6%
Tx. Realização				97,0%
%PIB	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
EBIT	-72 018	165 447	193 641	205 134
Var. %	-141,3%	329,7%	17,0%	24,0%
Tx. Realização				105,9%
%PIB	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
Resultado líquido	-96 228	140 712	134 208	171 097
Var. %	-170,3%	246,2%	-4,6%	21,6%
Tx. Realização				127,5%
%PIB	-0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Ativo	2 366 409	2 674 077	2 632 033	2 491 937
Var. %	-23,5%	13,0%	-1,6%	-6,8%
Tx. Realização				94,7%
%PIB	1,2%	1,1%	1,0%	0,9%
Passivo	1 336 179	1 507 471	1 298 075	1 161 117
Var. %	-28,4%	12,8%	-13,9%	-23,0%
Tx. Realização				89,4%
%PIB	0,7%	0,6%	0,5%	0,4%
Capital próprio	1 030 230	1 166 606	1 333 958	1 330 820
Var. %	-16,0%	-13,2%	14,3%	14,1%
Tx. Realização				99,8%
%PIB	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%

Apesar do contexto desafiante, os resultados operacionais evidenciaram um desempenho positivo. O EBITDA registou um crescimento de 21,6% e o EBIT aumentou 24,0% face a 2022. O resultado líquido situou-se em 171.097 mECV, o que representa um crescimento de 21,6% em relação ao ano anterior e corresponde a 127,5% da meta orçamental definida. O ano de 2023 foi ainda marcado por ganhos de eficiência operacional, traduzidos num aumento da margem bruta de 1,3 p.p., equivalente a 23.346 mECV.

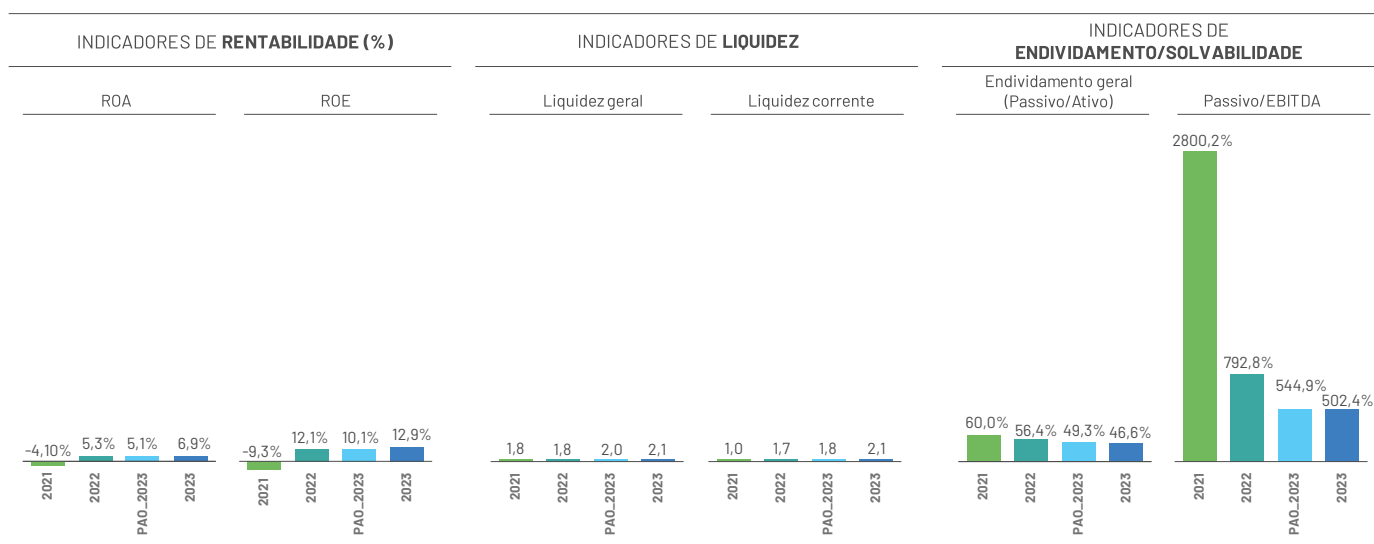
No que se refere à estrutura patrimonial, o ativo registou uma variação negativa de 6,8% face a 2022, situando-se em 2.491.937 mECV, com uma taxa de execução orçamental de 94,7%. Esta evolução deveu-se, em grande parte, à redução da rubrica "Inventários", que apresentou uma diminuição de cerca de 129.054 mECV.

O passivo apresentou uma redução significativa de 23,0% em relação ao ano anterior, fixando-se em 1.161.117 mECV (89,4% da previsão orçamental), influenciado principalmente pela re-

dução dos financiamentos obtidos, que diminuíram 183.595 mECV. Ainda assim, observou-se uma dinâmica distinta entre os componentes do passivo: o passivo não corrente registou uma melhoria expressiva, enquanto no passivo corrente se verificou um aumento do endividamento junto de fornecedores, ainda que com uma diminuição de 24% face a 2022, fixando-se em 498.943 mECV no final do ano.

Por fim, o capital próprio registou um crescimento robusto de 14,1% em relação ao período homólogo, alcançando 1.330.820 mECV, o que representa 99,8% da previsão orçamental. Este incremento é explicado essencialmente pelos reforços nas reservas, resultantes dos ajustamentos positivos dos resultados transitados.

Tabela 23: Evolução dos Rácios da EMPROFAC, entre 2021 e 2023 (em %)



Em 2023, os principais indicadores de rentabilidade da EMPROFAC apresentaram uma evolução positiva face ao período homólogo, refletindo a eficácia da gestão estratégica e financeira da empresa. O ROA atingiu 6,9%, registando um acréscimo de 1,60 p.p. em comparação com o ano anterior. Paralelamente, o ROE fixou-se em 12,9%, representando uma melhoria de 0,79 p.p. relativamente ao exercício anterior, demonstrando uma utilização eficiente dos recursos próprios.

No que respeita aos rácios de liquidez, a EMPROFAC registou ligeiras melhorias que reforçam a sua capacidade de honrar compromissos no curto prazo. A liquidez geral e a liquidez corrente aumentaram 0,37 p.p. e 0,48 p.p., respetivamente, refletindo uma gestão prudente da tesouraria e do ciclo operacional. Ainda que estas melhorias sejam positivas, importa manter uma vigilância contínua para garantir o cumprimento eficaz das obrigações financeiras nos horizontes de curto, médio e longo prazo.

A estrutura de capital da empresa mantém-se sólida, com um rácio de endividamento controlado em torno dos 50%, beneficiando de uma ligeira redução de 0,10 p.p. face ao período homólogo. Destaca-se, com relevância estratégica, a ausência de

garantias soberanas ou empréstimos de retrocessão, o que evidencia a independência financeira e a robustez da EMPROFAC perante o mercado e as entidades financiadoras.

Com base nestes resultados, a empresa mantém a sua classificação de *moderate risk*, em consonância com a avaliação atribuída no exercício anterior. Este posicionamento reflete um equilíbrio entre estabilidade operacional e capacidade de adaptação num contexto de mercado em constante transformação.

ENAPOR

EMPRESA NACIONAL
DE ADMINISTRAÇÃO DOS
PORTOS, S.A.

A ENAPOR, sociedade sob a forma jurídica de S.A., pertence ao setor dos transportes e logística, e é detida a 100% pelo Estado de Cabo Verde. Tem como principais atividades a gestão e exploração económica dos portos de Cabo Verde, terminais e zonas de jurisdição portuárias e ainda exerce as atividades de autoridade portuária.



A gestão da Empresa é atribuída a um Conselho de Administração (CA), composto pelos seguintes membros:

PRESIDENTE:
Ireneu Rosa de Azevedo Camacho

ADMINISTRADOR/A EXECUTIVO/A:
Eduardo Évora Lima
Eneida Cristina Lima Gomes

O ano de 2023 foi marcado pela concretização de projetos estruturantes delineados no exercício anterior, destacando-se a modernização das infraestruturas portuárias, a aposta na sustentabilidade ambiental e na inovação tecnológica, com enfoque na otimização de ferramentas de Business Intelligence enquanto instrumentos de suporte à decisão e modelos de gestão orientados para a eficiência.

Com o objetivo de assegurar a prestação de um serviço portuário de qualidade e sustentável, a ENAPOR manteve uma postura de rigor na gestão financeira, preservando o equilíbrio económico-financeiro como eixo fundamental da sua atuação. Em resultado deste posicionamento estratégico, os principais segmentos do tráfego portuário registaram desempenhos positivos:

- Movimento de navios: aumento de 2,6%, totalizando 7.877 escalas;
- Tráfego de passageiros: crescimento de 7,9% face a 2022, atingindo 1.479.701 passageiros;
- Tráfego de mercadorias: crescimento de 6,7%, com um volume total de 2.667.044 toneladas e 85.593 TEUs (+0,8%);
- Tráfego de cruzeiros: aumento de 31,8%, com 179 escalas (face a 129 em 2022) e crescimento de 43,1% no número de turistas, totalizando 86.721 visitantes.

Apesar da evolução favorável nos indicadores operacionais, o VN registou uma contração de 7,0% face ao ano anterior, fixando-se em 2.785.137 mECV. Este desempenho foi influenciado, essencialmente, por fatores como o embarque de contentores vazios de 40 pés – cujo tarifário, uniforme com os contentores de 20 pés, resultou em menor rendimento – bem como a redução de tráfego nas categorias de granel sólido (-17,0%), pescado (-20,8%) e carga convencional (-4,6%). Adicionalmente, os serviços prestados com equipamentos portuários diminuíram para 209.600 mECV (face a 222.672 mECV em 2022).

Tabela 24: Desempenho económico e financeiro da ENAPOR, de 2021 a 2023 (em mECV e %)

Descrição	2021	2022	PAO_2023	2023
Volume de negócios	2 962 100	2 995 830	3 134 534	2 785 137
Var. %	7,0%	1,1%	4,6%	-7,0%
Tx. Realização				88,9%
% PIB	1,5%	1,2%	1,2%	1,1%
Valor acrescentado bruto	2 405 408	2 327 589	2 510 917	2 170 031
Var. %	6,4%	-3,2%	7,9%	-6,8%
Tx. Realização				86,4%
% PIB	1,3%	1,0%	1,0%	0,8%
EBITDA	822 671	870 502	912 205	768 399
Var. %	16,3%	5,8%	4,8%	-11,7%
Tx. Realização				84,2%
	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%
EBIT	348 710	391 134	354 707	242 070
Var. %	44,9%	12,2%	-9,3%	-38,1%
Tx. Realização				68,2%
% PIB	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%
Resultado líquido	156 288	255 838	150 541	144 375
Var. %	-1,1%	63,7%	-41,2%	-43,6%
Tx. Realização				95,9%
% PIB	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Ativo	6 245 465	6 407 629	6 475 278	6 306 469
Var. %	-6,2%	2,6%	1,1%	-1,6%
Tx. Realização				97,4%
% PIB	3,2%	2,7%	2,5%	2,4%
Passivo	3 409 592	3 425 320	3 549 832	3 307 703
Var. %	1,1%	0,5%	3,6%	-3,4%
Tx. Realização				93,2%
% PIB	1,8%	1,4%	1,3%	1,3%
Capital próprio	2 835 872	2 982 309	2 925 445	2 998 765
Var. %	-13,7%	5,2%	-1,9%	0,6%
Tx. Realização				102,5%
% PIB	1,5%	1,2%	1,1%	1,1%

A rubrica de “Outros Rendimentos” apresentou uma evolução positiva de 21,0%, totalizando 207.128 mECV. Os “Investimentos não financeiros” registaram uma redução de 5,3%, em grande parte devido à menor movimentação de sacaria pela CIMPOR no Porto da Praia. Destacam-se ainda rendimentos extraordinários de 86.405 mECV, associados a correções contabilísticas e rendas relativas à ocupação de espaços no Porto da Praia.

Em linha com a retração da receita, os gastos operacionais da empresa registaram uma redução generalizada, sendo a maior contração verificada nos FSE, que representaram 23,0% do total dos gastos. O VAB situou-se em 2.170.031 mECV, refletindo uma diminuição de 6,8% face ao exercício anterior.

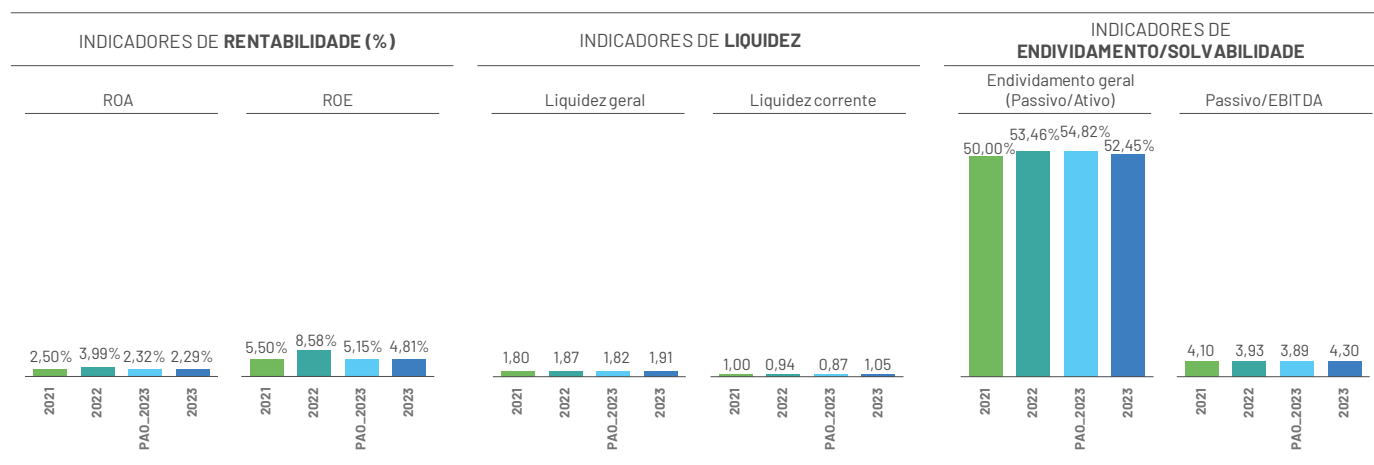
Consequentemente, os indicadores de rentabilidade também evidenciaram uma tendência descendente. O EBITDA fixou-se em 768.399 mECV (-11,7%) e o EBIT em 242.070 mECV (-38,1%). Ainda assim, o Resultado Líquido manteve-se positivo, atingindo 144.375 mECV, apesar de representar uma redução de 43,6% em relação a 2022.

A estrutura do balanço patrimonial registou uma ligeira redução de 1,6% no total do ativo, que totalizou 6.306.469 mECV, com uma taxa de execução orçamental de 95,9%. Esta diminuição deveu-se principalmente à redução dos Equipamentos Básicos em 130.000 mECV. Por outro lado, o ativo corrente cresceu 5,7%, sustentado pelo desempenho positivo das rubricas de Inventários, Estado e Acionistas.

O passivo total registou uma diminuição de 3,4%, fixando-se em 3.307.703 mECV. Esta evolução resultou, essencialmente, da amortização de empréstimos bancários (Financiamentos Obtidos -2,0%) e da redução nas rubricas de Fornecedores (-35,0%), Estado e outros entes públicos (-25,0%) – nomeadamente impostos e taxas marítimas – e Outras Contas a Pagar (-8,0%).

Por fim, o Capital Próprio apresentou um crescimento de 0,6%, totalizando 2.998.765 mECV, impulsionado sobretudo pelo reforço das Reservas Legais.

Tabela 25: Evolução dos Rácios da ENAPOR, entre 2021 e 2023 (em %)



No exercício de 2023, os indicadores de rentabilidade da ENAPOR evidenciaram uma performance positiva, com o ROA a situar-se em 2,29% e o ROE em 4,81%. No entanto, face ao período homólogo, ambos os indicadores registaram retrações – de 1,70 p.p. no ROA e 3,76 p.p. no ROE –, refletindo uma diminuição da capacidade da empresa para gerar valor a partir dos seus ativos e capitais próprios, revelando a necessidade de reforçar a eficiência económica para alinhar com o crescimento observado no setor portuário nacional.

Apesar deste contexto, a ENAPOR manteve sólidos rácios de liquidez e solvabilidade, assegurando a sua capacidade de honrar os compromissos financeiros, tanto a curto como a médio e longo prazo. Em 2023, os rácios de liquidez geral e corrente registaram incrementos de 0,04 p.p. e 0,11 p.p., respetivamente, posicionando-se consistentemente acima da unidade. Estes resultados refletem uma gestão eficaz da estrutura de capital e uma abordagem prudente na alocação de recursos, garantindo a estabilidade financeira da empresa e a capacidade de sustentar as suas operações e projetos estratégicos.

No que respeita à estrutura de financiamento, a empresa manteve um nível de endividamento controlado, com o rácio de endividamento geral a fixar-se em 52,45%. Esta métrica demonstra uma política financeira equilibrada, orientada para a sustentabilidade a longo prazo. Importa destacar que o passivo da empresa inclui ainda um stock relevante de empréstimos de retrocessão, refletindo o esforço continuado de investimento

em infraestruturas portuárias, fundamentais para a modernização e competitividade do setor marítimo em Cabo Verde.

No que diz respeito à avaliação de risco, a ENAPOR manteve a sua classificação de *moderate risk*, em linha com o ano anterior. Esta estabilidade demonstra a resiliência da empresa face aos desafios conjunturais e o compromisso com a solidez financeira.

Contudo, importa sublinhar que, apesar do crescimento registado em diversos segmentos do setor marítimo nacional, a performance económica e financeira da ENAPOR revelou sinais de desaceleração, não acompanhando plenamente a dinâmica positiva do setor. Esta realidade reforça a necessidade de implementação de medidas estratégicas adicionais para garantir que a empresa recupere e reforce a sua posição como operador portuário de referência.



IFH

IMOBILIÁRIA, FUNDIÁRIA
E HABITAT, S.A.

A IFH, sociedade sob a forma jurídica de S.A., pertence ao setor de engenharia, construção e infraestruturas e é detida a 100% pelo Estado de Cabo Verde. Tem como principais atividades a infraestruturização de terrenos, a construção e comercialização de habitações.



A gestão da Empresa está conferida a um Conselho de Administração (CA) composto pelos seguintes membros:

PRESIDENTE:
José Miguel Duarte Martins

ADMINISTRADOR/A EXECUTIVO/A:
Fátima Ribeiro Gonçalves
Natalino Jorge Ferreira Martins

No exercício económico de 2023, a IFH registou um VN de 2.134.377 mECV, representando um expressivo crescimento de 63,1% face ao período homólogo. Este resultado traduz uma taxa de execução de 154,4% relativamente ao valor orçamentado, evidenciando a eficácia da nova abordagem estratégica adotada no processo de comercialização, nomeadamente através da extensão da venda a prestações a todos os produtos, o que permitiu uma significativa ampliação da base de clientes.

O desempenho dos rendimentos superou largamente as previsões iniciais, e, quando analisado em conjugação com a evolução dos principais custos operacionais – nomeadamente subcontratações, variações nos Inventários, CM-VMC e FSE – que totalizaram 1.745.223 mECV, resultou na obtenção de um VAB positivo de 440.025 mECV, correspondente a um crescimento de 98,6% face ao ano anterior.

A evolução favorável do VAB, aliada ao controlo eficaz dos custos, permitiu um desempenho muito positivo ao nível do EBITDA, que atingiu 404.311 mECV, traduzindo um crescimento de 66,0% face a 2022. Também o EBIT apresentou uma evolução robusta, com um aumento de 68,3%, beneficiando da redução dos encargos financeiros com juros e perdas similares.

Em termos de resultado líquido, a IFH alcançou um crescimento homólogo significativo de 440,8%, fixando-se em 226.192 mECV em 2023 – o que representa 198,8% do valor orçamentado para o período – refletindo, de forma clara, a solidez da estratégia implementada e a eficiência operacional da empresa.

A nível patrimonial, a IFH registou igualmente uma evolução positiva. O ativo total ascendeu a 13.439.843 mECV, representando um crescimento de 2,0% face ao ano anterior e uma taxa de realização de 111,9% em relação ao previsto. O ativo não corrente cifrou-se em 5.694.410 mECV, com especial destaque para a rubrica “Clientes”, que representa 93,2% deste montante. Por

Tabela 26: Desempenho económico e financeiro da IFH, de 2021 a 2023 (em mECV e %)

Descrição	2021	2022	PAO_2023	2023
Volume de negócios	851 962	1 308 232	1 382 781	2 134 377
Var. %	-71,1%	53,6%	5,7%	63,1%
Tx. Realização				154,4%
% PIB	0,4%	0,5%	0,5%	0,8%
Valor acrescentado bruto	178 567	221 526	275 670	440 025
Var. %	-62,6%	24,1%	24,4%	98,6%
Tx. Realização				159,6%
% PIB	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
EBITDA	201 606	243 585	285 356	404 311
Var. %	-48,2%	20,8%	17,1%	66,0%
Tx. Realização				141,7%
% PIB	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
EBIT	191 672	234 535	275 951	394 784
Var. %	-49,2%	22,4%	17,7%	68,3%
Tx. Realização				143,1%
% PIB	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Resultado líquido	-28 733	41 826	113 795	226 192
Var. %	-145,7%	245,6%	172,1%	440,8%
Tx. Realização				198,8%
% PIB	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Ativo	13 371 726	13 176 949	12 014 489	13 439 843
Var. %	-15,9%	-1,5%	-8,8%	2,0%
Tx. Realização				111,9%
% PIB	6,9%	5,5%	4,6%	5,1%
Passivo	11 068 222	10 831 619	9 609 281	10 868 321
Var. %	-18,1%	-2,1%	-11,3%	0,3%
Tx. Realização				113,1%
% PIB	5,8%	4,5%	3,6%	4,1%
Capital próprio	2 380 956	2 345 330	2 405 208	2 571 522
Var. %	-3,3%	1,8%	2,6%	9,6%
Tx. Realização				106,9%
% PIB	1,2%	1,0%	0,9%	1,0%



TACV

TRANSPORTES AÉREOS DE
CABO VERDE, S.A.

A TACV, sociedade sob a forma jurídica de S.A., pertence ao setor dos transportes e logística e é detida em 90,38% pelo Estado de Cabo Verde. Tem como principal atividade o transporte aéreo de passageiros e cargas.



A gestão da Empresa é assegurada por um Conselho de Administração (CA), composto pelos seguintes membros:

PRESIDENTE:
Sara Helena Pires

ADMINISTRADOR/A EXECUTIVO/A:
Carlos Miguel Lopes Salgueiral
João Alberto Martins Pereira

ADMINISTRADOR/A NÃO EXECUTIVO/A:
José Aldino Ribeiro
Neusa Cristina Nascimento Évora

No período em análise, a TACV registou um total de 760 voos realizados e transportou 68.657 passageiros, superando significativamente os números de 2022 e ultrapassando o objetivo delineado no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o mesmo ano, que previa 60.286 passageiros. A taxa média de ocupação (load factor) dos voos atingiu 66,2%, com um incremento do índice de carga de 53,0% face aos 49,0% verificados no exercício anterior.

O VN da empresa ascendeu a 1.641.887 mECV, traduzindo uma variação homóloga positiva de 66,7% e uma taxa de execução de 85,5% relativamente ao orçamento. Este desempenho reafirma a trajetória de recuperação da empresa e demonstra o seu potencial de crescimento, ainda que condicionado por constrangimentos operacionais. De destacar o contributo relevante dos voos charter, que geraram receitas no montante de 455.045 mECV.

Embora a rentabilidade tenha sido positivamente influenciada, resultando num aumento de 56,2% do VAB face ao período homólogo, o valor permaneceu negativo em 469.528 mECV, correspondendo a uma execução orçamental de 85,5%.

O EBITDA registou igualmente uma melhoria de 26,6%, embora se tenha fixado ainda num valor negativo de 1.130.886 mECV, com uma taxa de execução de 92,3%. Este resultado foi impactado por gastos operacionais totais de 2.772.773 mECV, impulsionados sobretudo por aumentos nas seguintes rubricas:

- Encargos com Pessoal e Taxas Aeroportuárias, Navegação Aérea e Handling, que atingiram 409.200 mECV (face a 224.089 mECV em 2022).

- Encargos com Pessoal, que ascenderam a 572.084 mECV (face a 487.543 mECV em 2022).

- Leasing, que continuou a representar um peso substancial nas contas da empresa, totalizando 455.045 mECV.

O EBIT, apesar de uma melhoria de 26,6%, fixou-se ainda em 1.233.612 mECV negativos, refletindo a pressão persistente sobre a estrutura operacional da TACV. O resultado líquido, por sua vez, registou uma evolução positiva de 12,6%, situando-se em 1.795.158 mECV

Tabela 28: Desempenho económico e financeiro da TACV, de 2021 a 2023 (em mECV)

Descrição	2021	2022	PAO_2023	2023
Volume de negócios	18 596	985 229	1 921 294	1 641 887
Var. %	-99,0%	5198,1%	95,0%	66,7%
Tx. Realização				85,5%
%PIB	0,0%	0,4%	0,7%	0,6%
Valor acrescentado bruto	-403 930	-1 072 605	-549 233	-469 528
Var. %	81,0%	-165,5%	48,8%	56,2%
Tx. Realização				85,5%
%PIB	-0,2%	-0,4%	-0,2%	-0,2%
EBITDA	-1 209 923	-1 655 808	-1 224 821	-1 130 886
Var. %	45,4%	-36,9%	26,0%	31,7%
Tx. Realização				92,3%
%PIB	-0,6%	-0,7%	-0,5%	-0,4%
EBIT	-1 238 312	-1 679 795	-1 320 734	-1 233 612
Var. %	44,7%	-35,7%	21,4%	26,6%
Tx. Realização				93,4%
%PIB	-0,6%	-0,7%	-0,5%	-0,5%
Resultado líquido	-1 364 557	-2 054 181	-1 760 056	-1 795 158
Var. %	35,3%	-50,5%	14,3%	12,6%
Tx. Realização				102,0%
%PIB	-0,7%	-0,9%	-0,7%	-0,7%
Ativo	731 838	601 462	2 084 417	796 272
Var. %	-54,0%	-17,8%	246,6%	32,4%
Tx. Realização				38,2%
%PIB	0,4%	0,2%	0,8%	0,3%
Passivo	11 972 079	12 494 981	11 937 992	13 484 949
Var. %	16,9%	4,4%	-4,5%	7,9%
Tx. Realização				113,0%
%PIB	6,2%	5,2%	4,5%	5,1%
Capital próprio	-11 240 241	-11 893 519	-9 853 575	-12 688 677
Var. %	-29,9%	-5,8%	17,2%	-6,7%
Tx. Realização				128,8%
%PIB	-5,8%	-4,9%	-3,7%	-4,8%

negativos, o que corresponde a uma taxa de execução de 102,0% do orçamento previsto.

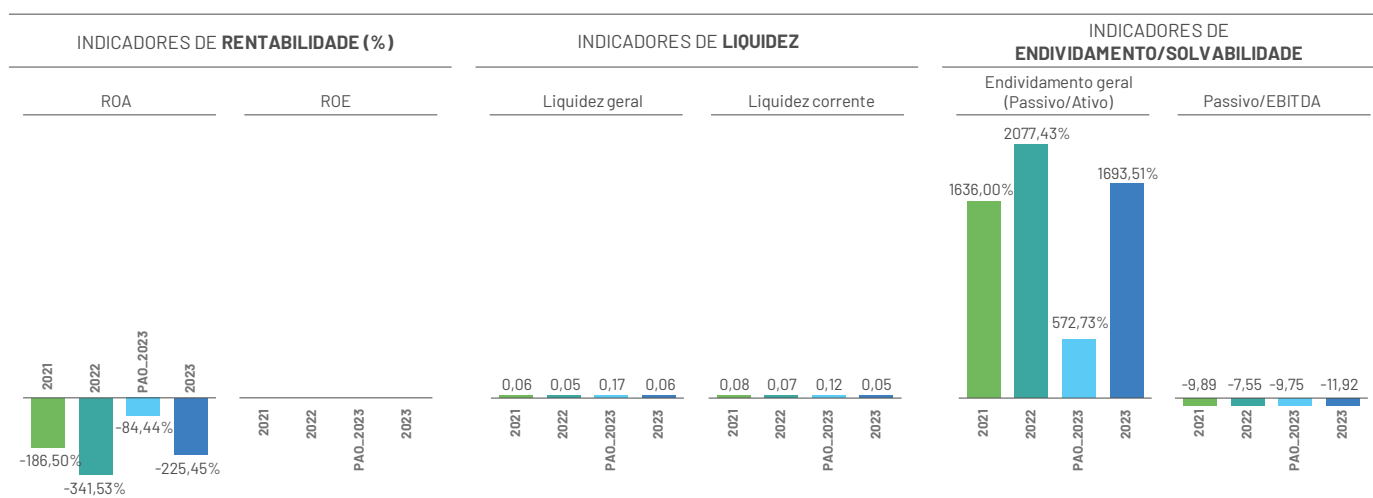
No que respeita à posição patrimonial, o ativo total atingiu 796.272 mECV, evidenciando um aumento de 32,4% face ao ano anterior, ainda que representando apenas 38,2% do valor orçamentado. Este crescimento foi impulsionado pela expansão da atividade operacional, com destaque para investimentos estratégicos. O ativo não corrente registou um aumento expressivo de 346,2%, situando-se em 409.334 mECV, embora abaixo do valor orçamentado. Em sentido inverso, o ativo corrente reduziu-se em 24,1%, com particular incidência na rubrica "Outras contas a receber", que decresceu em 173.365 mECV.

O passivo totalizou 13.484.949 mECV, traduzindo um aumento de 7,9% face ao período homólogo e uma taxa de execução de

113,0% relativamente ao orçamento, representando cerca de 5,1% do PIB nacional. Este acréscimo deve-se, sobretudo, ao aumento dos "Financiamentos Obtidos" na componente de dívida corrente. Em contraste, o passivo não corrente apresentou uma redução face a 2022, influenciado principalmente pela amortização de financiamentos no valor de 1.629.161 mECV.

O capital próprio manteve-se em terreno negativo, agravando-se em 6,7% face ao período homólogo, para um total de 12.688.677 mECV negativos, com uma taxa de execução de 128,8% face ao valor orçamentado. Esta deterioração resulta, fundamentalmente, da acumulação de resultados transitados negativos, reflexo das perdas líquidas registadas ao longo do exercício.

Tabela 29: Evolução dos Rácios da TACV, entre 2021 e 2023 (em %)



Relativamente aos indicadores de rentabilidade, destaca-se a melhoria substancial do ROA, que registou um aumento de 116,09 p.p., face ao período homólogo. Este resultado evidencia uma evolução significativa na eficiência da empresa na geração de lucros a partir dos seus ativos. Contudo, devido à persistência de capital próprio negativo na estrutura do balanço, não foi possível calcular o ROE, o que limita a análise completa da rentabilidade nesta vertente.

No domínio da liquidez, ambos os rácios – geral e corrente – mantiveram-se abaixo de 1 unidade, revelando uma fragilidade na capacidade da empresa para satisfazer atempadamente as suas obrigações financeiras, tanto de curto como de longo prazo. Apesar disso, a liquidez geral registou uma ligeira melhoria de 0,01 p.p., face ao exercício anterior, enquanto a liquidez corrente registou uma diminuição de 0,03 p.p., reforçando a necessidade de uma gestão financeira mais cautelosa e disciplinada.

O rácio de endividamento geral apresentou uma redução de 3,84 p.p., situando-se em 1.693,51%. Embora esta diminuição reflita um ligeiro recuo no volume de financiamento por capitais alheios, o indicador permanece em níveis bastante elevados, continuando a exercer uma pressão relevante sobre o perfil de risco financeiro da TACV.

Em termos de risco, a empresa registou um avanço significativo na sua classificação. A avaliação de risco passou da categoria de *very high risk* em 2022 para *high risk* em 2023, refletindo uma menor exposição a riscos operacionais e financeiros, e demonstrando progressos na estabilização do modelo de negócio.

Em síntese, o desempenho operacional da TACV em 2023 revelou sinais positivos, com um crescimento expressivo no tráfego de passageiros e melhorias consistentes nas principais rubricas da Demonstração de Resultados, o que atesta a eficácia das estratégias comerciais adotadas, sobretudo no que respeita à expansão da capacidade de oferta.

Contudo, os resultados financeiros continuam a refletir constrangimentos estruturais, nomeadamente a pressão exercida pelos custos operacionais e uma estrutura de capital deficitária, que condiciona a evolução dos principais indicadores de rentabilidade e o resultado líquido da empresa.

Não obstante, a TACV prossegue com a implementação de investimentos em ativos estratégicos, procurando simultaneamente assegurar a manutenção de um equilíbrio financeiro face aos atuais níveis de endividamento, que, embora elevados, se mantêm sob controlo.

A análise da situação patrimonial e financeira da empresa sublinha, assim, a necessidade de um acompanhamento contínuo, com foco na adoção de medidas de ajustamento e consolidação financeira, que garantam a sustentabilidade a longo prazo da operação.

Importa ainda referir que os resultados apresentados têm por base contas provisórias e não auditadas, estando, por isso, sujeitos a eventuais ajustamentos aquando da conclusão do processo de auditoria.



6

Anexos

Anexo 1: BALANÇO DAS EMPRESAS QUE COMPOEM O SPE

Empresas	2022			PAO_2023			2023		
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Ativo	Passivo	Capital próprio	Ativo	Passivo	Capital próprio
AdR	4 033 577	4 042 938	-9 361	3 591 613	3 904 875	-313 262	3 948 312	3 957 535	-9 223
AdS	4 548 539	6 605 035	-2 056 496	4 315 839	6 559 489	-2 243 650	4 239 189	7 070 545	-2 831 357
AEB	3 610 748	4 951 902	-1 341 154	3 849 881	4 613 329	-763 448	3 192 233	4 959 935	-1 767 701
APN	311 213	284 354	26 860	325 277	294 808	30 469	331 108	305 760	25 348
ASA	19 619 376	7 787 176	11 832 201	18 584 349	6 194 331	12 390 018	20 600 597	7 645 672	12 954 925
BVC	187 100	37 162	149 938	188 753	18 077	170 676	196 353	36 189	160 164
CABEÓLICA	4 350 999	2 834 406	1 516 592	4 033 343	2 261 446	1 771 897	4 048 786	2 410 693	1 638 093
CABNAVE	262 507	139 817	122 690	199 246	61 294	137 952	324 047	199 649	124 398
CCV	2 136 032	1 082 635	1 053 395	1 834 279	821 130	1 013 149	1 857 971	821 658	1 036 313
CERMI	648 445	80 412	568 033	595 990	58 461	537 529	626 781	600 527	26 253
CVB	1 600 933	545 060	1 055 873	1 592 934	568 837	1 024 098	1 617 817	544 039	1 073 777
CVFF	1 657 796	2 604 928	-947 132	1 672 891	2 769 378	-1 096 487	1 338 526	2 445 299	-1 106 773
CVT	16 391 473	9 257 425	7 134 049	17 702 095	10 501 441	7 200 654	17 329 433	9 784 485	7 544 948
ECV	407 641	280 464	127 177	850 563	762 538	88 025	859 558	676 449	183 109
EHTCV	519 688	10 002	509 686	454 357	10 787	443 570	489 770	24 708	465 062
ELECTRA	20 149 366	27 295 684	-7 146 318	19 469 273	28 309 785	-8 840 512	20 340 980	27 719 240	-7 378 260
EMAR	24 424	14 142	10 282	26 418	4 707	21 711	19 713	11 909	7 804
EMPROFAC	2 674 077	1 507 471	1 166 606	2 632 033	1 298 075	1 333 958	2 491 937	1 161 117	1 330 820
ENAPOR	6 407 629	3 425 320	2 982 309	6 475 278	3 549 832	2 925 445	6 306 469	3 307 703	2 998 765
FIC	24 737	12 774	11 963	30 495	13 409	17 087	34 055	14 189	19 867
ICV	1 624 219	1 529 683	94 536	904 658	839 650	65 008	1 624 666	1 545 705	78 961
IFH	13 176 949	10 831 619	2 345 330	12 014 489	9 609 281	2 405 208	13 439 843	10 868 321	2 571 522
INCV	692 371	389 920	302 451	991 591	693 500	298 091	6 306	3 308	2 999
INFORPRESS	63 679	159 753	-96 074	67 338	158 391	-91 053	61 403	176 465	-115 062
LEC	90 336	7 157	83 179	95 556	12 865	82 692	91 492	8 635	82 857
NEWCO	6 819 450	6 816 950	2 500	7 398 417	5 953 917	1 444 500	5 917 136	5 914 636	2 500
NOSI	1 130 950	858 607	272 343	1 454 445	1 021 934	432 511	1 718 076	1 401 085	316 990
RTC	1 540 630	1 242 236	298 394	1 562 349	1 388 436	173 913	1 568 823	1 137 884	430 939
SCS	71 479	66 745	4 735	70 411	34 872	35 539	62 316	77 192	-14 876
SDTIBM	11 672 808	10 252 711	1 420 097	11 727 727	10 570 325	1 157 402	11 699 043	10 794 791	904 252
SISP	1 943 315	566 944	1 376 371	2 141 043	739 104	1 401 938	2 611 769	865 242	1 746 526
SONERF	537 063	333 708	203 355	0	0	0	0	0	0
TACV	601 462	12 494 981	-11 893 519	2 084 417	11 937 992	-9 853 575	796 272	13 484 949	-12 688 677
TECHPARK	83 851	6 316	77 535	44 885	2 625	42 260	74 945	14 277	60 668
TICV	489 559	589 664	-100 105	0	0	0	0	0	0
Total SPE	130 104 423	118 946 099	11 158 322	128 982 233	115 538 920	13 443 313	129 865 723	119 989 791	9 875 932

Anexo 2: RESULTADOS POR EMPRESA DO SPE

Empresas	2022			PAO_2023			2023		
	Volume de negócios	Valor acrescentado bruto	Resultado líquido	Volume de negócios	Valor acrescentado bruto	Resultado líquido	Volume de negócios	Valor acrescentado bruto	Resultado líquido
AdR	31 152	5 524	-2 789	38 731	21 409	-328 262	54 125	24 351	138
AdS	1 314 360	262 944	-528 997	1 419 992	644 977	102 906	1 313 245	20 861	-527 451
AEB	1 418 089	272 725	-270 881	1 406 504	141 675	-629 468	1 808 976	256 631	-316 907
APN	52 373	23 930	834	49 417	18 750	4 126	51 270	11 848	-1 511
ASA	5 566 722	4 511 856	1 535 680	6 339 908	4 755 977	1 400 363	4 976 357	4 154 170	1 890 565
BVC	104 927	70 793	15 337	125 743	87 727	25 613	115 800	75 960	17 895
CABEÓLICA	1 184 591	920 090	236 757	1 289 686	1 015 398	315 460	1 170 648	827 257	213 166
CABNAVE	337 757	206 919	-1 202	341 990	205 815	5 706	284 038	165 285	699
CCV	272 477	324 443	61 174	132 039	103 227	20 928	215 845	281 902	38 036
CERMI	64 821	57 921	-14 894	83 878	85 285	2 573	85 849	30 998	-12 981
CVB	103 992	53 320	21 250	103 254	27 796	3 199	107 407	53 437	17 905
CVFF	0	-7 548	-105 973	101 077	95 293	-253 023	0	-7 041	-157 911
CVT	5 270 087	3 486 632	348 783	1 374 655	899 739	103 370	3 955 026	2 808 748	585 290
ECV	1 820	-1 444 663	18 696	1 600	-595 450	-35 916	470	-347 574	96 661
EHTCV	44 153	52 298	-31 645	73 979	51 153	-41 462	48 379	39 268	-57 024
ELECTRA	13 363 030	594 110	-781 545	13 725 554	168 518	-1 215 907	12 963 220	1 212 679	-231 941
EMAR	23 456	1 228	-1 814	28 815	25 304	11 428	8 835	6 871	-1 936
EMPROFAC	2 118 664	402 677	140 712	2 381 264	432 715	134 208	2 096 558	388 149	171 097
ENAPOR	2 995 830	2 327 589	255 838	3 134 534	2 510 917	150 541	2 785 137	2 170 031	144 375
FIC	21 631	11 138	-3 146	27 300	14 160	901	34 753	21 744	7 903
ICV	72 446	-281 077	-9 811	96 383	-28 069	-28 128	73 817	-36 935	-15 575
IFH	1 308 232	221 526	41 826	1 382 781	275 670	113 795	2 134 377	440 025	226 192
INCV	106 501	70 395	9 325	142 072	81 037	-9 012	2 785	2 170	144
INFORPRESS	0	51 642	-1 243	0	51 869	-4 399	0	46 346	-17 293
LEC	36 481	24 074	-6 359	56 430	36 575	377	35 073	26 947	-323
NEWCO	0	-6 246	0	0	-1 559	0	0	-3 712	0
NOSI	669 764	425 115	35 350	993 377	369 909	2 418	806 627	393 572	44 647
RTC	493 825	353 944	4 611	435 350	325 191	-111 766	484 695	393 094	94 686
SCS	46 555	12 606	-8 303	73 500	27 500	5 928	27 889	727	-19 610
SDTIBM	3 385	-19 549	-154 518	550	-37 144	-248 939	1 619	-35 654	-515 846
SISP	1 349 447	658 075	292 208	1 608 855	684 944	282 758	1 606 645	734 993	416 001
SONERF	52 444	12 241	-33 304	0	0	0	0	0	0
TACV	985 229	-1 072 605	-2 054 181	1 921 294	-549 233	-1 760 056	1 641 887	-469 528	-1 795 158
TECHPARK	0	-3 409	-13 406	18 972	-18 929	-33 012	1 277	-4 439	-16 867
TICV	2 067 993	148 534	-143 384	0	0	0	0	0	0
Total SPE	41 482 235	12 729 195	-1 149 013	38 909 485	11 928 147	-2 012 752	38 892 629	13 683 182	277 067

Anexo 3: PASSIVO DETALHADO POR EMPRESA DO SPE

Empresas	Participação do Estado	Fornecedores	Estado e Outros Entes Públicos	Empréstimo Banca/Obrigacionista	Empréstimo Retrocessão	Outros Passivos	Passivo não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Total	Var.23/22%	% PIB	Stock de aval	2023/2022	Stock de aval / %PIB	
AdR	100,00%	34 657	5 412	3 859 275	-	58 191	3 859 275	98 260	3 957 535	-2,1%	1,5%	-			
AdS	49,00%	3 165 134	148 966	1 112 355	-	2 644 090	968 858	6 101 687	7 070 545	7,0%	2,7%	1 085 766	↑	11,6%	0,41%
AEB	100,00%	1 670 952	383 562	2 559 888	-	345 533	1 794 576	3 165 359	4 959 935	0,2%	1,9%	787 847	↑	6,1%	0,30%
APN	10,00%	63 478	857	156 109	-	85 316	214 949	90 811	305 760	7,5%	0,1%	-			
ASA	100,00%	105 543	177 289	6 506 723	-	856 117	5 829 725	1 815 947	7 645 672	-1,8%	2,9%	1 270 605			
BVC	100,00%	2 989	6 977	-	-	26 223	1 706	34 483	36 189	-2,6%	0,0%	-			
CABEÓLICA	2,00%	-	52 624	2 094 259	-	263 810	1 143 033	1 267 660	2 410 693	-14,9%	0,9%	-			
CABNAVE	100,00%	47 201	7 535	115 532	-	29 381	67 072	132 577	199 649	42,8%	0,1%	-			
CCV	100,00%	39 587	19 620	379 073	-	383 378	342 106	479 552	821 658	-24,1%	0,3%	-			
CERMI	100,00%	26 473	24 907	13 722	-	535 425	11 714	588 813	600 527	646,8%	0,2%	12 442	↓	-11,3%	0,00%
CVB	100,00%	3 624	5 215	-	-	535 201	533 570	10 469	544 039	-0,2%	0,2%	-			
CVFF	96,00%	110 223	257 011	1 171 884	-	906 181	788 755	1 656 544	2 445 299	-6,1%	0,9%	-			
CVT	3,00%	2 756 766	307 710	5 382 780	-	1 337 229	4 528 416	5 256 069	9 784 485	5,7%	3,7%	1 916 113	↓	-9,7%	0,73%
ECV	100,00%	622 801	3 067	-	-	50 581	-	676 449	676 449	141,2%	0,3%	-			
EHTCV	100,00%	6 705	10 861	-	-	7 142	-	24 708	24 708	147,0%	0,0%	-			
ELECTRA	78,00%	1 746 077	2 304 027	6 154 509	14 139 625	3 375 002	17 134 887	10 584 353	27 719 240	1,6%	10,5%	5 903 998	↑	3,0%	2,24%
EMAR	100,00%	2 248	93	-	-	9 568	-	11 909	11 909	-15,8%	0,0%	-		0,00%	
EMPROFAC	100,00%	498 943	17 274	519 559	-	125 341	331 168	829 949	1 161 117	-23,0%	0,4%	-			
ENAPOR	100,00%	66 942	112 287	1 233 169	1 334 965	560 341	2 086 760	1 220 944	3 307 703	-3,4%	1,3%	10 498	↓	-69,9%	0,00%
FIC	100,00%	6 372	1 243	-	-	6 573	5 144	9 044	14 189	11,1%	0,0%	-			
ICV	100,00%	-	5 749	690 101	-	849 855	530 266	1 015 438	1 545 705	1,0%	0,6%	690 101	↓	-18,1%	0,26%
IFH	100,00%	215 576	200 192	371 228	8 595 964	1 485 360	8 917 595	1 950 726	10 868 321	0,3%	4,1%	350 000	↓	-47,3%	
INCV	100,00%	67	112	2 568	-	560	2 087	1 221	3 308	-99,2%	0,0%	253 000	↑	77,9%	0,10%
INFORPRESS	100,00%	-	116 791	200	-	59 475	4 625	171 840	176 465	10,5%	0,1%	-			
LEC	100,00%	498	1 075	4 602	-	2 461	5 347	3 289	8 635	20,7%	0,0%	-			
NEWCO	100,00%	-	-	3 918 993	-	1 995 644	3 948 788	1 965 848	5 914 636	-13,2%	2,2%	3 407 967	↓	-1,7%	1,29%
NOSI	100,00%	823 247	142 704	267 186	-	167 948	240 492	1 160 593	1 401 085	63,2%	0,5%	129 451	↑	219,3%	0,05%
RTC	100,00%	378 287	330 036	152 685	-	276 877	326 390	811 494	1 137 884	-8,4%	0,4%	110 000	↑	0,0%	0,04%
SCS	69,00%	14 621	26 530	32 188	-	3 853	24 740	52 452	77 192	15,7%	0,0%	18 568	↓	-2,6%	0,01%
SDTIBM	51,00%	1 317	185 054	2 981 727	-	7 626 694	8 497 051	2 297 740	10 794 791	5,3%	4,1%	1 178 865	↑	57,8%	0,45%
SISP	10,00%	645 696	93 187	-	-	126 360	-	865 242	865 242	52,6%	0,3%	-		0,00%	
SONERF	100,00%	-	-	-	-	-	-	-	-		0,0%	-			
TACV	90,00%	2 813 182	1 039 165	6 448 173	-	3 184 429	5 154 868	8 330 081	13 484 949	7,9%	5,1%	6 352 757	↑	3,9%	2,41%
TECHPARK	100,00%	-	596	1 404	-	12 278	487	13 791	14 277	126,0%	0,0%	-			
TICV	30,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%	0,0%	-			
Total	-	15 869 204	5 987 728	46 129 890	24 070 554	27 932 415	67 294 452	52 695 340	119 989 791	1,2%	45,5%	23 477 978	↑	7,9%	8,9%
Peso relativo ao passivo total(%)	-	13,2%	5,0%	38,4%	20,1%	23,3%	56,1%	43,9%	100,0%			19,6%			

Anexo 4: RISCO POR EMPRESA

Empresas	2021						2022						2023						Risco Global		
	Rentabilidade		Liquidez		Solvabilidade		Rentabilidade		Liquidez		Solvabilidade		Rentabilidade		Liquidez		Solvabilidade		2021	2022	2023
	ROA	ROE	Geral	Reduzida	Pas./At.	Pas./C.P.	ROA	ROE	Geral	Reduzida	Pas./At.	Pas./C.P.	ROA	ROE	Geral	Reduzida	Pas./At.	Pas./C.P.			
AdR	Very High		Very High		Very High	Very High	High	Very High	Very Low		Very High	Very High	Moderate	Very High	Very Low	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High
AdS	High		Very High	Very High	Very High	Very High	High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High
AEB							High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Moderate	Very High	Very High
APN	Moderate	Low	Very Low	Very Low	High	Very High	Low	Very Low	Very Low	Very Low	High	Very High	Moderate	High	Very Low	Very High	High	Very High	Moderate	Moderate	High
ASA	High	High	Moderate	Very Low	Low	Low	Very Low	Very Low	Very Low		Very Low	Very Low	Very Low	Low	Low	Low	Low	Moderate	High	Low	Moderate
BVC	Low	Moderate	Very Low		Very Low	Very Low	Very Low	Very Low	Low	Very Low	Low	Low	Moderate	Low	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low	Low	Low	Low
CABEOLICA	Low	Very Low	Moderate		Moderate	Very High	Very Low	Very Low	High		Moderate	High	Very Low	Low	Very High		Moderate	Moderate	Moderate	Moderate	Moderate
CABNAVE	High	High			Moderate	Moderate	Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Moderate	Moderate	Moderate	Moderate	Very Low	Very High	Moderate	Very High	Moderate	Moderate	High
CCV	Moderate	Moderate	Very High	Very High	Low	Low	Moderate	Moderate	Very High	Moderate	Moderate	Moderate	Moderate	Moderate	Very High	Very High	Low	Very High	High	High	High
CERMI, EPE	Moderate	Moderate	Very High	Moderate	Very Low	Very Low	Moderate	Moderate	Very High	Very High	Very Low	Very Low	High	Very High	Very High	Very High	High	Very High	Moderate	High	Very High
CVB	Moderate	Moderate	Very High	High	Low	Low	Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Low	Low	Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Low	Very High	High	Moderate	Moderate
CVFF			Very High		Very High	Very High	Moderate	Very High	Very High		Very High	Very High		Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High
CVT	Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Very High	Very High	Moderate	Moderate	Moderate	Moderate	Very High	Very Low	Moderate	Very High	Moderate	Moderate	High
ECV	Very High	Very High	High			Very High	Moderate	Moderate	High		Moderate	Very High	High	High	Very Low	Very High	Very Low	Very Low	Very High	High	Moderate
EHTCV	Very High	Very High	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low	Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low	Very High	Very High	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low	Moderate	Low	Moderate
ELECTRA	Very High	Very High	Very High	High	Very High	Very High	Moderate	Very High	Very High	High	Very High	Very High	Moderate	Very High	Very High	Very Low	Very High	Very High	Moderate	Very High	High
EMAR							Very High	Very High	Moderate		Moderate	Moderate	High	Very High	Moderate	Very High	Moderate	Very Low		High	High
EMPROFAC	High	High	Low	Moderate	Moderate	Moderate	Low	Low	Low	Moderate	Moderate	Moderate	Moderate	Low	Very Low	Very Low	Low	Very High	High	Moderate	Moderate
ENAPOR	Moderate	Moderate	Very High	Moderate	Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Very High	Moderate	Moderate	Moderate	Moderate	Moderate	High	Very Low	Moderate	High	High	Moderate	Moderate
FIC	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low	Moderate	Moderate	Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Moderate	Moderate	Low	Very Low	Very Low	Very Low	Low	Very Low	Low	Moderate	Low
ICV	High	Very High	High		High	Very High	High	High	High		High	Very High	High	Very High	High		High	Very Low	Very High	Very High	High
IFH	High	High	Very Low	Very High	High	Very High	Moderate	Moderate	Very Low	Very High	High	Very High	Moderate	Low	Very Low	Very Low	High	Very High	High	High	Moderate
INCV	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low	Moderate	Moderate	Low	Low	Very Low	Very Low	Moderate	Moderate	Moderate	Moderate	High	Very Low	Moderate	High	Low	Low	Moderate
INFORPRESS, S.A.	Moderate		Very High		Very High	Very High	Moderate	Very High	Very High		Very High	Very High	High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very Low	Very High	Very High	Very High
LEC, EPE	Very High	High	Low		Very Low	Very Low	Moderate	Moderate	Very Low		Very Low	Very Low	Moderate	Moderate	Very Low	Very Low	Very Low	Moderate	Moderate	Low	Low
NEWCO	Moderate	Moderate	Very Low		High	Very High	Moderate	Moderate	High		High	Very High		Moderate	High		High	Very High	High	High	High
NOSI	Very High	Very High	Low		High	Very High	Low	Very Low	High		High	Very High	Moderate	Low	High	Very Low	High	Very High	Very High	High	High
RTC	Moderate	Very Low	Very High		High	Very High	Moderate	Low	Very High		High	Very High	Moderate	Very Low	Very High	Very Low	Moderate	Very High	High	High	Moderate
SCS	Very High	Very High	High	Very High	High	Very High	Very Low	Very Low	Very High	Very High	High	Very High	Very High		Very High	Very Low	Very High	Very Low	Very High	High	High
SDTIBM	Moderate	Moderate	Very High	Very High	High	Very High	High	Very High	Very High	Very High	High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	High	Very Low	Very High	Very High	Very High
SISP	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low	Low	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low	Low	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low	Very Low	Low	Low	Low	Low	Low
SONERF	Very High	Very High	Very Low	Very Low	Moderate	Moderate	Very High	Very High	Very Low	Very Low	Moderate	High		Very High	Very High	Very Low	Very High	Very Low	Moderate	High	
TACV	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very High	Very Low		Very Low	Very Low	Very High	Very High	High
TECHPARK	Very High	High	Very Low		Very Low	Very Low	Very High	Very High	Very Low		Very Low	Very Low							Moderate	Moderate	Moderate
TICV			Very High		Very High	Very High	Very High	Very High	Very High		Very High	Very High							Very High	Very High	

FICHA TÉCNICA

Ministério das Finanças -
Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado

Coordenador:
Sandeney Fernandes

Técnico:
Gabinete Planeamento e Controlo - Carlos Santos e Luís Barbosa

Editor:
Ministério das Finanças
Av. Amílcar Cabral, n.º 07, CP 102 - Praia
República de Cabo Verde

Tel.: +238 260 74 64

Data de Edição:
Julho 2025

